

**UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
MESTRADO EM CIÊNCIAS DA LINGUAGEM**

MARIA SIMONE DA SILVA HOLANDA

**SUJEITO E AUTORIA EM ARTIGOS DE OPINIÃO DE ALUNOS
DO ENSINO MÉDIO INTEGRADO: UMA ABORDAGEM
DISCURSIVA**

RECIFE

2013

MARIA SIMONE DA SILVA HOLANDA

**SUJEITO E AUTORIA EM ARTIGOS DE OPINIÃO DE ALUNOS DO
ENSINO MÉDIO INTEGRADO: UMA ABORDAGEM DISCURSIVA**

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado em Ciências da Linguagem da Universidade Católica de Pernambuco como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Ciências da Linguagem.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Maria de Fátima Vilar de Melo.

RECIFE

2013

SUJEITO E AUTORIA EM ARTIGOS DE OPINIÃO DE ALUNOS DO ENSINO MÉDIO INTEGRADO: UMA ABORDAGEM DISCURSIVA

Maria Simone da Silva Holanda

Prof^a. Dr^a. Maria de Fátima Vilar de Melo

Dissertação de Mestrado submetida à banca examinadora como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ciências da Linguagem.

Aprovada em _____ de _____ de _____.

Banca examinadora:

Prof^a. Dr^a. Maria de Fátima Vilar de Melo – UNICAP
Orientadora

Prof^a. Dr^a. Silmara Cristina Dela da Silva – UFF
Examinadora Externa

Prof^a. Dr^a. Nadia Pereira da Silva Gonçalves de Azevedo - UNICAP
Examinadora Interna

AGRADECIMENTOS

A Deus, em especial, por atender às minhas súplicas, dando-me a graça da serenidade, da fé e da luz do conhecimento para o alcance deste objetivo.

À professora doutora Maria de Fátima Vilar de Melo, orientadora, pela atenção, pelas críticas e sugestões, as quais me possibilitaram a dar prosseguimento a este trabalho.

Às professoras doutoras Silmara Cristina Dela da Silva e Nadia Pereira Gonçalves de Azevedo, pelo carinho, pela atenção, sempre demonstrados, desde a entrevista de seleção do mestrado, de uma forma especial, por terem sido responsáveis pela minha filiação à teoria a qual defendo neste trabalho.

À minha querida mãe, Maria do Carmo, por acreditar em mim, pelas vezes que me abençoou, para que eu tivesse êxito neste trabalho, mesmo no momento em que estava com a saúde fragilizada.

Ao meu saudoso pai, João Antônio, pelo exemplo de dignidade, pelos ensinamentos que continuam me guiando na trajetória de vida.

Ao meu esposo, Joaquim Holanda, grande companheiro, pela alegria que expressou quando fui aprovada na seleção do mestrado, e também pela compreensão, pela confiança depositada em mim.

Aos meus irmãos e sobrinhos, pelos gestos de solidariedade, por dividirem comigo a alegria desta vitória.

À Universidade Católica de Pernambuco, pelo apoio, pela formação a mim dada.

Aos colegas de mestrado, em especial, Cristiane Renata, Elaine Dároz, Raimundo Batista, pelo carinho e pela ajuda nos momentos difíceis da minha jornada acadêmica.

Ao Instituto Federal que me permitiu a realização desta pesquisa.

À professora Edvânea Maria da Silva, com carinho, pela contribuição dada a este trabalho.

Aos professores Edna Guedes, Elisabeth Carvalho, Djair Rego, colegas de trabalho, pelo apoio e atenção a mim concedidos.

DEDICATÓRIA

À minha querida mãe, Maria do Carmo, e à memória do meu pai, João Antônio, com muito amor e gratidão pelos momentos compartilhados.

Ao meu esposo, Joaquim Holanda, com quem divido esse momento de alegria, de conquista e vitória.

Aos meus irmãos e sobrinhos, exemplos de fé, coragem e dedicação à família.

“Tenho medo de escrever. É tão perigoso. Quem tentou, sabe. Perigo de mexer no que está oculto – e o mundo está à tona, está oculto em suas raízes submersas em profundidade no mar. Para escrever tenho que me colocar no vazio. Neste vazio é que eu existo intuitivamente. Mas é um vazio terrivelmente perigoso: dele arranco sangue. Sou um escritor que tem medo da cilada das palavras: as palavras que eu digo escondem outras – quais? Talvez as diga. Escrever é uma pedra lançada no fundo do mar”. (LISPECTOR, 1978, p. 13)

Numa folha qualquer
Eu desenho um sol amarelo
E com cinco ou seis retas
É fácil fazer um castelo...
[...]
Se um pinguinho de tinta
Cai num pedacinho de papel
Num instante imagino
Uma linda gaivota
A voar no céu...[...]

(Toquinho-Aquarela)

RESUMO

Percebe-se que, em muitas escolas, o ensino da língua portuguesa ainda ocorre sob o enfoque da transparência da linguagem, numa abordagem conteudista. Em relação à autoria em produções escritas de alunos, observa-se que a designação de autor geralmente está associada à ideia de escritor de obras artísticas, literárias ou científicas. No entanto, o presente trabalho tem como proposta analisar a ocorrência de autoria em recortes de um *corpus* constituído de artigos de opinião, textos dissertativo-argumentativos produzidos por alunos do Ensino Médio Integrado de uma Instituição de Ensino. Nesse contexto, considera-se relevante a noção de sujeito como posição discursiva, buscando compreender como se dá o processo de assunção e/ou interdição da autoria. Para tanto, recorreu-se aos pressupostos teóricos da Análise do Discurso de linha francesa, a AD, pautados nos estudos de Pêcheux. Nesse quadro teórico, são enfocados os conceitos sobre sujeito, autoria, texto, discurso, formações discursivas, ideologia, memória discursiva e condições de produção. Ressalta-se ainda, em função das especificidades do *corpus*, a importância das contribuições teóricas de autores como Foucault, Gallo, Indursky, Lagazzi, Orlandi, Pacífico, Pfeiffer e Tfouni que abordam também a questão do sujeito e da função-autor. Busca-se, nesta pesquisa, investigar as possibilidades de o sujeito movimentar-se ao produzir um texto argumentativo, a sua inscrição em uma memória discursiva, no repetível histórico, em determinado espaço sócio-ideológico. Para melhor entendê-la, é fundamental conhecer o conceito de interpretação e sentido, não pensado como um mero processo de decodificação, uma vez que a linguagem é histórico-social. Cabe dizer que, na AD, a interpretação está ligada ao sujeito, à história e à ideologia. Dessa forma, a interpretação leva à autoria, já que trabalha com o interdiscurso. No que concerne ao sentido, ele ocorre por meio dos gestos de interpretação, a partir da posição sujeito, numa dada formação discursiva. Com isso, é importante salientar que a metodologia adotada neste trabalho baseia-se na abordagem qualitativa, tendo em vista a análise de recortes de artigos de opinião, observando neles a tensão entre a paráfrase e a polissemia, a presença de marcas de heterogeneidade linguística e ideológica no funcionamento discursivo que apontem indícios de autoria, as formas de repetição do sentido no texto, a inscrição do sujeito em determinado espaço sócio-ideológico. Nesse enfoque, a AD fornece um dispositivo teórico que permite ao analista a identificação de tais elementos, partindo do pressuposto de que o sujeito pode ou não ocupar a posição de autor do seu discurso. Com base nessas considerações, vale ressaltar que os resultados alcançados no que diz respeito ao sujeito e à autoria em artigos de opinião mostram que houve o exercício da função-autor, apesar de boa parte dos alunos não ter conseguido assumir essa posição discursiva no trabalho com a argumentação no contexto escolar, uma vez que as atividades de leitura e escrita ainda estão restritas ao discurso da escola, à imposição de modelos padronizados, ao campo da repetição formal, em que o sujeito apenas repete o dizer, não o historiciza de modo interpretável, como considera Orlandi.

Palavras-chave: Análise do discurso, interpretação, sujeito, autoria.

ABSTRACT

It is noticed that, in many schools, the teaching of the Portuguese language still occurs from the standpoint of transparency of language, a content-based approach. Regarding to the students' authority of written productions, it is observed that the designation of the author is often associated with the idea of artistic production, literary or scientific. However, the present work aims to analyze the occurrence of authoring clippings of a corpus of opinion articles, dissertation-argumentative texts produced by integrated high school students of an educational institution. Thus, it is relevant the notion of subject as a discursive position, aiming to understand how the process of taking and/or banning of authorship. Therefore, we used the theoretical Discourse Analysis of French, AD, guided by the Pêcheux's studies. In this theoretical framework, we focused on the conception of subject, authorship, text, discourse, discursive formations, ideology, discursive memory and production conditions. It is noteworthy, according to the specificities of the corpus, the importance of theoretical contributions from authors such as Foucault, Gallo, Indursky, Lagazzi, Orlandi, Pacific, and Pfeiffer Tfouni that also address the question of the subject and the author function. It's intended, in this study, to investigate the possibilities of movement of the subject towards the production of an argumentative text, its insertion in discursive memory as well as historical repeatable, in specific socio-ideological position. In order to getting a better comprehension of it, it is essential to understand the concept of interpretation and meaning, not thought as a mere decoding process, since the language is socio-historical. It must be said that in AD, the interpretation is linked to the subject, the history and ideology. Thus, the interpretation leads to authorship, since it works to interdiscourse. The sense, in turn, occurs through gestures of interpretation, from the position of subject in a given discursive formation. Thereby, it is important to understand that the methodology adopted in this work is based on a qualitative approach, focused on the analyses clippings opinion articles, considering in them the intrinsic tension between paraphrase and polysemy, the presence of linguistic marks as well as ideological heterogeneity in the discursive operation that point authorship marks, the forms of repetition of meaning in the text, the inscription of the subject in a specific socio-ideological position. In this approach, AD provides theoretical device that allows the analyst to identify such elements, assuming that the subject may, or not, occupy the position of the author of his speech. Based on these considerations, it is worth realize that the results achieved regarding to the subject and written opinion articles show that there was exercise of author function, even though many of the students could not take this discursive position in his work with the argument text in the context of school, since the activities of reading and writing are still restricted to the school speech, which is implicit the imposition of standard models and formal repetition and, therefore, the subject just reproduces the speech, not historicizes it in a interpretable way, as consider Orlandi.

Keywords : Discourse analysis, interpretation, subject, author.

LISTA DE SIGLAS

AD – Análise do Discurso

AIE – Aparelhos Ideológicos do Estado

ARE – Aparelhos Repressores

CP – Condições de Produção

FD – Formação Discursiva

FI – Formações Imaginárias

IFPE – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco

UNICAP – Universidade Católica de Pernambuco

SUMÁRIO

CONSIDERAÇÕES INICIAIS	12
CAPÍTULO 1: FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	15
1.1 Percorso teórico da Análise do Discurso de linha francesa	15
1.2 Sujeito da AD	19
1.3 Texto e Discurso	23
1.4 Paráfrase e Polissemia: produção discursiva do sentido.....	28
1.5 As Condições de Produção e o Interdiscurso	29
1.6 Formações Discursivas e Formações Ideológicas	34
1.7 Marcas linguísticas	36
1.8 Sobre a Argumentação e Autoria no Contexto Escolar	39
1.9 Leitura, Interpretação e Sentido.....	51
CAPÍTULO 2: METODOLOGIA	55
2.1 Da teoria ao método.....	55
2.2 <i>Corpus</i> e Procedimentos de Análise.....	56
CAPÍTULO 3: ANÁLISE DO <i>CORPUS</i> DISCURSIVO	59

CONSIDERAÇÕES FINAIS	97
REFERÊNCIAS	100
APÊNDICES	104
APÊNDICE I – Carta de Anuência I.....	105
APÊNDICE II - Carta de Anuência II.....	106
ANEXOS	107
ANEXO A – Proposta de Redação.....	108
ANEXO B – Produções dos Alunos.....	110

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O percurso investigativo deste trabalho tem por finalidade analisar a ocorrência de autoria em artigos de opinião de alunos do Ensino Médio Integrado de um Instituto Federal, a partir dos pressupostos teóricos da Análise do Discurso de linha francesa, a AD, cujo principal representante é Michel Pêcheux, na França, e no Brasil, Eni Orlandi.

Com efeito, uma das razões que possibilitaram a escolha do tema desta dissertação foi porque se vê, costumeiramente, na escola, um trabalho de leitura, interpretação e produção textual restrito à visão conteudista, sob o enfoque da transparência da linguagem, visando apenas à decodificação de enunciados. Com isso, o desejo de se trabalhar a autoria em textos de alunos, compreendendo uma outra abordagem – a da análise de discurso de matriz francesa -, originou-se em sala de aula, nas atividades de redação, numa prática pedagógica em que se cultivava o gosto pela produção escrita, relacionando-as às situações formais de uso, numa perspectiva empírica.

Na verdade, o interesse por uma pesquisa sobre tal temática foi despertado por um certo incômodo ocasionado pela forma de avaliação de produções textuais dos discentes no contexto escolar, direcionada à dimensão da norma padrão da escrita. Há, nesse tipo de avaliação, uma excessiva preocupação com o trabalho gramatical, com a estrutura do texto, com a materialidade linguística, porém, sem um enfoque nas condições de produção, no contexto histórico, ideológico e discursivo.

Em face dessa observação, é importante salientar que o estudo do texto, sua relação com a autoria, é pouco praticado no âmbito das Instituições de Ensino, quando o é, restringe-se à ideia de que o texto é um evento comunicativo, o autor é alguém inspirado, um ser “iluminado”, de exímia capacidade intelectual. Geralmente, a palavra autor está associada à de escritor de obras artísticas, literárias ou científicas. Com isso, a escolha de um Instituto Federal para a realização deste trabalho justifica-se pelos seguintes motivos:

1- Pelo desejo de elaborar um projeto de pesquisa com alunos do ensino médio da modalidade integrado, uma vez que fazem parte de uma realidade político-pedagógica que lhes possibilita, ao mesmo tempo, concluir o ensino médio e, ao mesmo tempo, obter uma formação profissional de nível técnico.

2- Por considerar inexistente, nessa Instituição, o trabalho com autoria em artigos de opinião de alunos, sob a perspectiva da análise do discurso de linha francesa.

É importante dizer que esta pesquisa busca responder às seguintes questões:

- Que posições discursivas o sujeito ocupa ao escrever um artigo de opinião?
- Que marcas linguísticas podem ser identificadas como indícios de autoria nesse tipo de texto?
- Que movimentos de paráfrase e de polissemia dão efeitos de sentido ao dizer do aluno em trabalho com o texto argumentativo?

Cabe acrescentar que, no decorrer do trabalho, serão discutidos ainda estes pontos: O que é um autor? O que caracteriza um autor? Partindo dessas questões já postas, buscar-se-á compreender como se dá a constituição da autoria do sujeito aluno em textos argumentativos produzidos no espaço escolar, através da análise da discursividade. Para isso, serão mobilizados como dispositivo analítico conceitos relativos a essa temática, tal como apresenta Orlandi (2007;2012), dialogando ainda com outros autores como Foucault (1992;2011), Gallo (1992), Indursky (2001;2010), Lagazzi (2006;2010), Pacífico (2012), Pfeiffer (2002) e Tfouni (2001) dando destaque à compreensão da autoria como função de todo sujeito.

Diante do exposto, optou-se, neste trabalho, pela Análise do Discurso de linha francesa, como referencial teórico, em função da mudança de proposta por esta disciplina, em que se busca pontuar a discursividade para entender como se dá a ocorrência da autoria em textos de alunos. Sendo assim, com esta proposta em sala de aula, começa-se a pensar na importância do texto como espaço simbólico, o discurso como efeito de sentidos, construído para satisfazer diversas especificidades, o sujeito como posição discursiva, realçando ainda que, na AD, não se trabalha com a noção de sujeito origem do discurso, mas com a ilusão de sê-lo. Nessa teoria, é importante dizer que o sujeito não é totalmente livre, uma vez que é submetido ideologicamente à formação discursiva que o domina, lembrando a forma-sujeito concebida por Pêcheux.

Para atingir os objetivos propostos, este trabalho estrutura-se em três capítulos, a saber: fundamentação teórica, aspectos metodológicos e análise discursiva de um *corpus*. Consta ainda das considerações finais, além dessas considerações iniciais, em que se mostra o percurso do trabalho.

No primeiro capítulo, serão apresentados em forma de tópicos os estudos que nortearam o percurso teórico da AD, com destaque a sua origem, compreendendo as três épocas, a filiação teórica, o conceito de ideologia, língua e sujeito, a concepção de texto como espaço simbólico, heterogêneo, o discurso como efeito de sentido entre locutores, as condições de produção e o interdiscurso, as formações imaginárias, discursivas e ideológicas.

Nesse item, vê-se ainda a constituição de sujeitos e de produção de sentidos advindos da tensão entre a constituição e a formulação do discurso.

Além disso, consideram-se relevantes, no capítulo I, a discussão acerca dos processos parafrásticos e polissêmicos, das marcas linguísticas, da argumentação no contexto escolar, da função discursiva do autor, enfatizando a importância da leitura e da interpretação na construção de sentidos.

O segundo capítulo desta pesquisa propõe-se a mostrar o objeto de estudo, com ênfase na metodologia utilizada, centrada na pesquisa qualitativa, considerando ainda o local e a seleção de sujeitos, os procedimentos de análise e da constituição de um *corpus* discursivo, bem como as considerações éticas.

O terceiro destina-se à apresentação da análise discursiva do *corpus*, sob o enfoque teórico e analítico da Análise do Discurso de linha francesa, de acordo com os fundamentos dessa linha de pesquisa. Para melhor compreender como se dá o processo de autoria em artigos de opinião, esse capítulo se propõe a mostrar o discurso em relação à exterioridade, compreendendo o sujeito, a memória discursiva, entendida como interdiscurso, levando em conta os modos de funcionamento desse discurso, reconhecendo em sua materialidade a inscrição de marcas constitutivas dos processos de significação. Serão enfocados ainda o modo de constituição dos sujeitos e de produção de sentidos, o que permanece e o que desloca, considerando o funcionamento da interpretação na linguagem, a não evidência, a incompletude, o dito e o não dito.

É importante lembrar que, neste capítulo, serão identificados os gestos de interpretação, os seus movimentos, as posições-sujeito inscritas em determinadas formações discursivas, a autoria como uma função discursiva do sujeito, este afetado pela língua, pela história, pela ideologia, atravessado pelo inconsciente, tendo em vista também o funcionamento das formações ideológicas, discursivas e imaginárias.

Na última parte dessa pesquisa, as considerações finais, tecer-se-ão algumas reflexões sobre o trabalho realizado, ao mesmo tempo, que serão apontadas questões que possam contribuir para novos estudos no âmbito do objeto investigado, dando destaque aos resultados advindos da análise.

CAPÍTULO 1: FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

1.1 Percurso teórico da Análise do Discurso de linha francesa

A Análise do Discurso de linha francesa, a AD, tem sua origem na França, na década de 1960, a partir dos estudos de Michel Pêcheux, como seu principal articulador. Vale salientar que, com a publicação de *Análise Automática do Discurso*, em 1969, e com o lançamento da revista *Langages*, organizada por Jean Dubois, dá-se início a essa teoria, que tem como objeto de análise o discurso, o qual constitui o ponto de partida para a discussão de questões relativas à língua, à história e ao sujeito. Contudo, Mazière (2007, p. 7) diz que “o sintagma ‘análise do discurso’ (doravante AD) desenvolveu na França nos anos 1960-1970, a partir de trabalhos do linguista americano Z. S. Harris”. Pode-se dizer que a obra de Harris, “*Discourse Analysis*”, publicada em 1952, constitui o marco inicial da Análise do Discurso, uma vez que lhe coube a atribuição do epíteto “Análise do Discurso” a essa nova perspectiva teórica.

No Brasil, a AD já tem uma história bastante consistente, cujo marco inicial se dá em Campinas, com destaque a figura de Eni Orlandi, em fins da década de 70. Para essa autora (2007, p. 25), a AD é considerada uma desdisciplina, visto que é articulada no entremeio de três regiões do conhecimento científico: O Materialismo Histórico, a Linguística e a teoria do discurso. Isto pode ser verificado na proposta do quadro epistemológico geral da AD proposto por Pêcheux e Fuchs, onde se lê:

Ele [o quadro epistemológico] reside, a nosso ver, na articulação de três regiões do conhecimento científico:

1. O materialismo histórico, como teoria das formações sociais e de suas transformações, compreendida aí a teoria das ideologias;
2. A linguística, como teoria dos mecanismos sintáticos e dos processos de enunciação ao mesmo tempo;
3. A teoria do discurso, como teoria da determinação histórica dos processos semânticos (PÊCHEUX, 2010, p. 160).

E Pêcheux acrescenta: “Convém explicitar ainda que estas três regiões são, de certo modo, atravessadas e articuladas por uma teoria da subjetividade (de natureza psicanalítica).” (PÊCHEUX, 2010, p. 160).

Com base no quadro acima, no que se refere à Psicanálise, pode-se dizer que a teoria psicanalítica lacaniana foi tratada por Pêcheux de forma mais discreta, não tão explícita. No entanto, pode-se dizer ainda que a presença de Lacan na AD foi, ao mesmo tempo, velada e incisiva. Com efeito, a articulação da AD com a psicanálise não chegou a ser trabalhada em profundidade por Pêcheux, conforme atesta Malidier (2003).

Para Orlandi (2009, p. 20),

[...] a Análise do Discurso é herdeira das três regiões do conhecimento – Psicanálise, Linguística, Marxismo – não é de modo servil e trabalha uma noção – a de discurso – que não se reduz ao objeto da Linguística, nem se deixa absorver pela Teoria Marxista e tampouco corresponde ao que teoriza a Psicanálise. Interroga a Linguística pela historicidade que ela deixa de lado, questiona o Materialismo perguntando pelo simbólico e se demarca da Psicanálise pelo modo como, considerando a historicidade, trabalha a ideologia como materialmente relacionada ao inconsciente sem ser absorvida por ele.

Numa perspectiva oposta à de Orlandi (2012, p. 42), quando diz que a “AD se caracteriza como uma teoria do entremeio”, alguns teóricos atribuem à AD uma designação de disciplina interdisciplinar, conforme se vê em Brandão (2012, p. 16), “A AD nasceu tendo como base a interdisciplinaridade, pois ela era a preocupação não só de linguistas como de historiadores e de alguns psicólogos”. Orlandi (2007, p. 24) recusa essa noção quando diz que “a interdisciplinaridade dá ideia de instrumentalização de uma disciplina pela outra”. Posto isso, entende-se que a AD é uma disciplina do entremeio, uma vez que discute conceitos exteriores à língua, movendo-se no espaço entre a linguística e as ciências das formações sociais. Diante do exposto, Orlandi (2007, p. 25) afirma,

[...] a AD é uma espécie de antidisciplina, uma desdisciplina, que vai colocar questões da linguística no campo de sua constituição, interpelando-a pela historicidade que ela apaga do mesmo modo que coloca questões para as ciências sociais em seus fundamentos, interrogando a transparência da linguagem sobre a qual elas se assentam.

Vale ressaltar que a AD origina-se na Linguística, mas afasta-se dela por estar filiada a outras áreas do conhecimento. Com efeito, trata-se de uma corrente linguística que surge no auge do estruturalismo, a qual mobiliza em seus estudos conceitos da história e da psicanálise. Além disso, toma por base o discurso como acontecimento, como “efeito de sentidos entre locutores”. (PÊCHEUX, 2010, p. 81).

Na AD, três conceitos são fundamentais, além da noção de discurso, o da ideologia, língua e sujeito. No que concerne à ideologia, a AD adota o conceito de ideologia, postulado por Althusser a partir de sua releitura da obra de Marx. Orlandi (2009, p. 46) diz que “a ideologia é a condição necessária para a constituição do sujeito e dos sentidos”. Na concepção de Marx e Engels, é importante destacar que:

[...] em Marx o termo “ideologia” parece estar reduzido a uma simples categoria filosófica de ilusão ou mascaramento da realidade social, isso decorre do fato de se tomar, como ponto de partida para a elaboração de sua teoria, a crítica ao sistema capitalista e o respectivo desnudamento da ideologia burguesa. A ideologia a que ele se refere é, portanto, especificamente a ideologia da classe dominante (BRANDÃO, 2012, p.22).

Cabe dizer que, após apresentação dos conceitos acerca da ideologia abordados por Marx e Engels, Brandão faz referência a Althusser, enfocando como funciona a ideologia, segundo esse autor.

[...] Althusser afirma que, para manter sua dominação, a classe dominante gera mecanismo de perpetuação ou de reprodução das condições materiais, ideológicas e políticas de exploração. É aí então que entra o papel do Estado que, através de seus Aparelhos Repressores – ARE – (compreendendo o governo, a administração, o exército, a polícia, os tribunais, as prisões etc.) e Aparelhos Ideológicos – AIE – (compreendendo instituições tais como: a religião, a escola, a família, o direito, a política, o sindicato, a cultura, a informação), intervém ou pela repressão ou pela ideologia, tentando forçar a classe dominante a submeter-se às relações e condições de exploração. (BRANDÃO, 2012, p.23)

Ainda, segundo Althusser, “a ideologia é o modo através do qual os homens vivem suas relações em relação às suas condições de existência”. (ORLANDI, 2012, p. 74). Para Pêcheux:

é a ideologia que, através do ‘hábito’ e do ‘uso’, está designando, ao mesmo tempo, *o que é* e *o que deve ser*, e isso, às vezes, por meio de ‘desvios’ linguisticamente marcados entre a constatação e a norma e que funcionam como um dispositivo de ‘retomada do jogo’. É a ideologia que fornece as evidências pelas quais ‘todo mundo sabe’ o que é um soldado, um operário, um patrão, uma fábrica, uma greve etc, evidências que fazem com que uma palavra ou um enunciado ‘queiram dizer o que realmente dizem’ e que mascaram, assim, sob a ‘transparência da linguagem’, aquilo que chamaremos *o caráter material do sentido* das palavras e dos enunciados. (PÊCHEUX, 2009, p. 146, grifo do autor).

Na perspectiva da AD, a língua é sujeita a falha e equívoco. Ela não tem autonomia absoluta, como ocorre na Linguística saussuriana/formalista, mas uma autonomia relativa, uma vez que não há separação entre seus elementos internos e externos, os quais se dão de forma simultânea e integradamente. Nessa acepção, a língua constitui-se como base material para que o discurso aconteça. Pêcheux afirma que

ao opor *base linguística e processo discursivo*, inicialmente estamos pretendendo destacar que [...] todo sistema linguístico, enquanto conjunto de estruturas fonológicas, morfológicas e sintáticas, é dotado de uma *autonomia relativa* que o submete a leis internas, as quais constituem, precisamente, o objeto da Linguística. (PÊCHEUX, 2009, p. 81, grifos do autor).

Para Orlandi (2008, p. 102), “a falha é constitutiva da ordem do simbólico, enquanto o equívoco é fato de discurso”. Ainda, segundo essa autora (2009, p. 15), “Na análise de discurso, procura-se compreender a língua fazendo sentido, enquanto trabalho simbólico, parte do trabalho social geral, constitutivo do homem e da sua história”. Orlandi trabalha diretamente com a relação da língua com o interdiscurso, característica do trabalho analítico sobre o sujeito discursivo e a ideologia. Esta última sendo concebida como estrutura/funcionamento, tal como o inconsciente. Para Pêcheux (ibidem, p. 82), a ‘língua não é uma superestrutura’, ela não se divide segundo as estruturas de classes em ‘línguas de classes’, com sua próprias ‘gramáticas de classes’. Conforme esse autor (2010, p. 173-174), “a língua é mediação entre sujeito e mundo, não é idealizada como ‘visão-percepção do mundo e, em seu limite, não é a origem do mundo’”.

Para Saussure, nas palavras de Orlandi (2011, p. 144), “a língua é um produto social do qual se exclui o processo de produção, a historicidade, o sujeito. A fala, por outro lado, é individual, ocasional, histórica mas nada tem de social”. Em outras palavras, a primeira é concebida como um fenômeno social, analisada como código, como um sistema de signos, podendo ser objeto da análise científica, enquanto a segunda é definida como ato individual, não passível de classificação.

Isso posto significa que, de acordo com os postulados da AD, a língua não é tratada sob o enfoque da transparência, da literalidade, da univocidade, mas sob o viés da historicidade, levando-se em conta o ideológico, a incompletude. Com efeito, na AD, a noção de língua como sistema, como propõem os formalistas, é relativizado, ou seja, não se pode tratá-la como um sistema linguístico nem tão fechado, nem tão homogêneo, ou estável, como atestam os seguidores da perspectiva saussureana.

Nesse enfoque, implica considerar a incompletude e a opacidade dos movimentos do sujeito na língua. É importante ressaltar também que, na AD, não se faz uma análise da língua, já que o interesse se volta para o seu funcionamento. Diferencia-se, na AD, a língua dos linguistas daquela do analista de discurso, uma vez esta última parte do processo discursivo, enquanto a primeira é una, entendida a partir de princípios internos, como almejou Saussure.

1.2 Sujeito da AD

No quadro teórico da AD, entende-se que o sujeito é interpelado ideologicamente. Diferentemente do sujeito gramatical, visto como centro do dizer, criador de um ideal de completude, o sujeito da AD é, ao mesmo tempo livre e submisso, pode tudo dizer, desde que se submeta à língua para sabê-la. Livre para se posicionar em diferentes domínios discursivos, apesar de ficar, de certa forma, subordinado a eles. Nesse sentido, o sujeito não é dono do seu dizer, pois é afetado pela língua, interpelado pela ideologia, pelo simbólico, dito pelo inconsciente. Eis, portanto, a noção de assujeitamento. Para Orlandi (2008, p. 100), “Não há nem sentido nem sujeito se não houver assujeitamento à língua”. Nas palavras de Brandão (2012, p. 59),

para essas abordagens, a noção de história é fundamental, pois, porque marcado espacial e temporalmente, o sujeito é essencialmente histórico. [...] à concepção de um sujeito histórico articula-se outra noção fundamental: a de um sujeito ideológico. Sua fala é um recorte das representações de um tempo histórico e de um espaço social.

Desse modo, recusa-se a ideia de um sujeito uno, centrado, origem e fonte do sentido, em função de um sujeito dividido, clivado, descentrado, constituído de uma estrutura complexa que une história, psicanálise e teorias da linguagem.

Na AD1, o sujeito é colocado como assujeitado: “Os sujeitos acreditam que ‘utilizam’ seus discursos quando, na verdade, são seus ‘servos’ assujeitados, seus ‘suportes’” (PÊCHEUX, [1969] 1990, p. 311). Nesse período, os espaços discursivos são entendidos como fechados e homogêneos.

A questão sobre o estatuto dos sujeitos é abordada nos trabalhos de autores que falam de lugares distintos, como Althusser, Foucault, Lacan e Pêcheux. De tal modo que esses

autores não concebem o sujeito a partir de sua existência empírica, positivista. Segundo Althusser, não há outro sujeito senão o da ideologia. Para esse autor, “a ideologia não existe senão por e para os sujeitos” (2010, p. 31). Em outras palavras, todo indivíduo humano só pode ser agente de uma prática social se interpelado em sujeito pela ideologia. Nessa perspectiva, o sujeito é assujeitado pela ideologia, inserindo em seu discurso determinada prática ideológica.

Em dissonância com as ideias de Althusser, ser sujeito para Foucault é ocupar uma posição enquanto enunciador. Para ele, os discursos são enunciados. A unidade elementar do discurso é o enunciado. Assim, o sujeito de Foucault é o sujeito “da ordem do discurso” (GADET, 2010, p. 35). O sujeito concebido por esse autor é o sujeito do discurso. Sua concepção de sujeito disperso não convoca nem o materialismo histórico nem a psicanálise. Para Foucault, conforme diz Gregolin (2006, p. 35), “o sujeito do enunciado não é causa, origem ou ponto de partida do fenômeno de articulação escrita ou oral de um enunciado e nem a fonte ordenadora, móvel e constante, das operações de significação que os enunciados viriam manifestar na superfície do discurso”.

A definição de sujeito proposta por Lacan difere-se do conceito de Althusser. O objetivo de Lacan é renovar a psicanálise e seu sujeito é aquele do inconsciente estruturado como uma linguagem. Esta é a condição do inconsciente, aquilo que introduz para todo ser falante uma discordância com sua própria realidade. Para esse autor, a partir da releitura que fez dos textos freudianos, o sujeito só pode ser concebido no campo da linguagem, articulado à cadeia dos significantes, podendo surgir no ato da fala. Isso fica explícito na fala de Lacan, quando se interroga acerca do sujeito no Seminário 5 (cinco): “As Formações do Inconsciente”:

O que é um sujeito? Será alguma coisa que se confunde, pura e simplesmente, com a realidade individual que está diante de seus olhos quando vocês dizem o sujeito? Ou será que, a partir do momento em que vocês o fazem falar, isso implica necessariamente uma outra coisa? (...) quando há um sujeito falante, não há como reduzir a um outro, simplesmente, a questão de suas relações como alguém que fala, mas sempre um terceiro, o grande Outro, que é constitutivo da posição do sujeito enquanto alguém que fala (LACAN, 1957, p. 58).

Enquanto os sujeitos de Lacan e Foucault estão ligados à linguagem, o sujeito de Althusser está relacionado à ideologia. Em outras palavras, o sujeito da Análise do Discurso é, portanto, atravessado pelo inconsciente e interpelado pela ideologia. De acordo com Pêcheux (2009, p. 160-162), o sujeito é um efeito de sentido, é um efeito ideológico elementar,

também denominado forma-sujeito, caracterizado por dois tipos de esquecimento, que ele chama de ilusões.

No esquecimento nº 1, da ordem do inconsciente e ideológica, remete à ilusão do sujeito como fonte única do dizer, a origem dos sentidos, criando a ilusão de ser um, repetindo sentidos já preexistentes.

No esquecimento nº 2, da ordem da enunciação, o sujeito tem a ilusão de que está no controle dos sentidos, ao selecionar uma palavra, um enunciado, reformulando os dizeres. Este é um esquecimento parcial, pré-consciente. Nele, o sujeito tem a ilusão da realidade do seu pensamento, da transparência da linguagem, acredita que aquilo que diz corresponde a sua forma de pensar. Pêcheux (2010, p. 176) diz:

na medida em que o sujeito se corrige para exemplificar a si próprio o que disse, para aprofundar “o que pensa” e formulá-lo mais adequadamente, pode-se dizer que esta zona nº 2, que é a dos processos de enunciação, se caracteriza por um funcionamento do tipo pré-consciente/consciente. Por oposição, o esquecimento nº 1, cuja zona é inacessível ao sujeito, precisamente por esta razão, aparece como constitutivo da subjetividade na língua.

Pêcheux se colocou entre o sujeito da linguagem e o sujeito da ideologia, ao relacionar a linguagem e a ideologia. Ressalta-se ainda que esse sujeito pode apresentar momentos de pré-consciência, mas pelo ângulo do inconsciente.

Cabe destacar que a forma-sujeito, postulada por Pêcheux, decorre da identificação do indivíduo com a formação discursiva que o domina. Nesse sentido, a forma-sujeito é, então, o sujeito interpelado pela ideologia. Com efeito, é importante enfatizar que a expressão “forma-sujeito” foi introduzida por Althusser quando disse que “Todo indivíduo humano, isto é, social, só pode ser agente de uma prática se se revestir da *forma sujeito*. A ‘forma-sujeito’, de fato, é a forma de existência histórica de qualquer indivíduo, agente das práticas sociais”. (PÊCHEUX, 2009. p. 150).

Na Idade Média, a forma-sujeito caracterizava-se pela submissão a Deus, ao discurso religioso. No entanto, com as mudanças no campo das relações sociais, surge um sujeito submetido ao Estado e às leis. Além disso, é importante enfatizar que essa forma-sujeito, também chamada de sujeito jurídico, não se trata de um indivíduo, de uma entidade psicológica, uma vez que é resultado do formalismo jurídico, de uma sociedade capitalista. E Orlandi acrescenta:

a forma-sujeito histórica que corresponde à da sociedade atual representa bem a contradição: é um sujeito ao mesmo tempo livre e submisso. Ele é capaz de uma liberdade sem limites e uma submissão sem falhas: pode tudo dizer, contanto que se submeta à língua para sabê-la. Essa é a base do que chamamos assujeitamento. (ORLANDI, 2009, p. 50)

Na AD2, surge, então, a noção de *interdiscurso*, para designar “o exterior específico” de uma FD¹ que irrompe no interior dela. Nesse período, o sujeito do discurso continua sendo visto como efeito de assujeitamento à maquinaria da FD, com a qual ele se identifica.

Como exímio pensador que era, Pêcheux reformulou muitos dos conceitos apresentados pela AD-69. Um deles diz respeito à maquinaria discursiva, vista como um espaço fechado, homogêneo. No entanto, em 1975, novos conceitos são formulados acerca da FD e do interdiscurso. Nessa época, pensa-se a questão da alteridade, entendida como o discurso-outro. Passa-se, então, a falar sobre a heterogeneidade enunciativa. De fato, é a partir da década de 1980, que o discurso é colocado sob o signo da heterogeneidade. Esse momento de revisão teórica ilustra a terceira fase da AD, a AD-3, caracterizada pela inserção da teoria proposta pela linguista Jaqueline Authier-Revuz.

A noção de heterogeneidade discursiva proposta por essa autora baseia-se nas reflexões acerca do dialogismo bakhtiniano, para quem os discursos sempre dialogam com os outros, e também na psicanálise, vista sob a leitura Lacaniana de Freud, em que o sujeito é estruturalmente clivado pelo inconsciente. Segundo Pêcheux (2010 p. 311), esta é a fase em que o “primado teórico do outro sobre o mesmo se acentua.”

Authier-Revuz apresenta dois tipos de heterogeneidade: a mostrada (marcada e não marcada) e a constitutiva. Na heterogeneidade mostrada marcada, que está na ordem da enunciação, as marcas linguísticas aparecem bem delimitadas na superfície do texto, através do discurso relatado (direto, indireto), das glosas enunciativas, das palavras entre aspas, em itálico. Já a heterogeneidade mostrada não marcada é mais velada, está presente na ironia, alusões, no discurso indireto livre e na imitação.

Para Authier-Revuz (1990), a heterogeneidade constitutiva diz respeito ao discurso, uma vez que é dominada pelo interdiscurso. Para ela, o sujeito está sempre tomando o discurso de outro, sem que o perceba. Com efeito, ele assume uma posição em que acredita ser a fonte do dizer, no entanto, há uma heterogeneidade em sua fala.

¹ Formação discursiva (FD): é aquilo que, numa formação ideológica dada, isto é, a partir de uma posição dada numa conjuntura dada, determina *o que pode e deve ser dito* (articulado sob a forma de uma arenga, de um sermão, de um panfleto, de uma exposição, de um programa etc.). (PÊCHEUX, 2009, p. 147).

Esses tipos de heterogeneidade apresentadas por Authier-Revuz estão relacionados com as duas formas de esquecimentos enfocadas por Pêcheux (2009, p.161-162), o esquecimento número relaciona-se com a heterogeneidade constitutiva, enquanto o esquecimento número dois associa-se à heterogeneidade mostrada.

Como se vê, o descentramento do sujeito tanto aparece em Authier-Revuz, quando trabalha o conceito de heterogeneidade discursiva, como em Pêcheux, quando discorre sobre os dois tipos de esquecimentos. Cabe dizer ainda que o sujeito discursivo é plural, atravessado por uma pluralidade de vozes e, por isso, inscreve-se em diferentes formações discursivas e ideológicas (FERNANDES, 2007, p. 44).

Vale lembrar que Authier-Revuz (1990), em seu estudo, assinala quatro campos da não-coincidência ou de heterogeneidade, tais como:

- a) Não-coincidência interlocutiva entre o enunciador e o destinatário.
- b) Não-coincidência do discurso com ele mesmo.
- c) Não-coincidência entre as palavras e as coisas.
- d) Não-coincidência das palavras com elas mesmas.

No primeiro tipo de não-coincidência, a autora recorre ao dialogismo de Bakhtin, apoiando-se também no conceito de Lacan sobre o sujeito não-coincidente consigo mesmo, clivado em relação ao inconsciente que o determina. No segundo tipo, observa-se que Revuz refere-se à concepção de Pêcheux acerca do interdiscurso, quando diz que algo fala antes, em outro lugar, no sentido heterogêneo.

Os dois outros tipos de não-coincidência estão relacionados ao real da língua, funcionando, de um lado, como forma, do outro, como espaço de equívoco, tratados sob a égide da psicanálise lacaniana.

1.3 Texto e discurso

Quando se fala em texto e discurso na AD, pode-se dizer que ambos são sinônimos? Trata-se do mesmo objeto? Para os estudos tradicionais de linguagem, o texto é entendido como uma forma verbal, escrita, uma sequência de frases, que deve apresentar clareza. Numa perspectiva empírica, ele é visto como unidade homogênea, objeto acabado, com início, meio e fim, sob o enfoque conteudista, respondendo às questões: O que quer dizer este texto? Que ideia contém este texto?

Da perspectiva da análise de discurso:

[...] um texto, do ponto de vista de sua apresentação empírica, é um objeto com começo, meio e fim, mas que, se o considerarmos como discurso, reinstala-se imediatamente sua incompletude. Dito de outra forma, o texto, visto na perspectiva do discurso, não é uma unidade fechada – embora, como unidade de análise, ele possa ser considerado uma unidade inteira – pois ele tem relação com outros textos (existentes, possíveis ou imaginários), com suas condições de produção (os sujeitos e a situação), com o que chamamos sua exterioridade constitutiva (o interdiscurso: a memória do dizer). (ORLANDI, 2007, p. 54)

No que diz respeito ao alcance do sentido de um texto, na AD, ressalta-se a relação dele com a exterioridade, com as condições de produção. “Essa relação com a exterioridade, com a situação – contexto de enunciação e contexto sócio-histórico – mostra o texto em sua *incompletude*” (ORLANDI, 2011, p. 194, grifo da autora). Nesse sentido, pensar o texto em sua incompletude significa dizer que ele não é um objeto acabado, finito, pronto, fechado em si mesmo, mas um espaço simbólico, que mantém relação com outros textos.

Nessa vertente teórica, o texto é concebido como efeito imaginário, ilusório de unidade, lugar de dispersão de sujeitos, uma vez que comporta posições-sujeito, inscritas em diferentes formações discursivas. De acordo com Orlandi (2008, p.65), “todo texto tem pontos de deriva possíveis, deslizamentos que indicam diferentes possibilidades de formulação. Há textos possíveis nas margens do texto”. Cabe ressaltar que, nas palavras dessa autora (2012, p. 171), “No próprio texto, em sua constituição, há gestos de interpretação que mostram a ou as posições do sujeito que o produziu”.

É importante destacar que, no quadro teórico da AD, na análise de um texto, busca-se uma semântica discursiva, opondo-se à ordem do formal, do sintático, como acontece na Linguística Textual. Através dele, chega-se ao discurso, uma vez que é tomado como materialidade discursiva. Orlandi (2009, p. 69) diz que

o texto é texto porque significa. Então, para a análise do discurso, o que interessa não é a organização linguística do texto, mas como o texto organiza a relação da língua com a história no trabalho significante do sujeito com o mundo. É dessa natureza sua unidade: linguístico-histórica.

Segundo Indursky (2010, p. 73), “O texto é um efeito-texto, espaço discursivo, dotado ilusoriamente de homogeneidade e completude, sendo seu fechamento da ordem do simbólico”. Para essa autora (2010, p. 72), “o texto em análise do discurso, está totalmente atravessado pelo interdiscurso. Dessa forma, para compreender um texto, é preciso associá-lo

à ideia de discurso, de modo a considerá-lo não como uma unidade definitiva, fechada em si mesma, mas como um espaço simbólico, heterogêneo, já que se pensa a relação dele com a exterioridade, a qual convoca o contexto sócio-histórico. Em outras palavras, o que interessa para a AD é a forma como o texto organiza sua relação com a discursividade.

Na concepção da AD, o texto é heterogêneo, com relação ao material simbólico que o constitui, à natureza da linguagem e às posições de sujeito. Vale salientar ainda que ele não está relacionado a uma única formação discursiva, em virtude da heterogeneidade que o forma. Para essa vertente teórica, o texto constitui a unidade de análise do discurso, podendo ser, na maioria das vezes, atravessado por várias formações discursivas.

O interesse no texto se dá pelo fato de funcionar como uma unidade de análise que lhe permite ter acesso ao discurso. No entanto, é importante ressaltar que a relação entre texto e discurso não é biunívoca, ou seja, o texto não é o mesmo que discurso e vice-versa. Este último, permeado pelas condições de produção, constitui-se na relação entre a língua e o sujeito.

Como visto até agora, é importante acrescentar que a AD trabalha a opacidade do texto. Vendo nesta opacidade, segundo Orlandi (2008, p. 21), “a presença do político, do simbólico, do ideológico, o próprio fato do funcionamento da linguagem: a inscrição da língua na história para que ela signifique”.

Quanto ao discurso, como se sabe, é o objeto teórico da Análise do Discurso de linha francesa. Nas palavras de Orlandi (2009, p. 15), “a palavra discurso, etimologicamente, tem em si a ideia de curso, de percurso, de correr por, de movimento”. Essa autora (idem) acrescenta ainda que “o discurso é assim palavra em movimento, prática de linguagem: com estudo do discurso observa-se o homem falando”.

Cumprido ressaltar que, na fase inicial da AD, privilegia-se o estudo dos discursos do campo político. Hoje, a AD no/do Brasil trabalha com uma diversidade de materialidades discursivas, pois há trabalhos que analisam o discurso religioso, indígena, dos movimentos sociais, midiático, pedagógico, dos afásicos, sendo desenvolvidos por diferentes grupos de pesquisa. (FERNANDES; SANTOS, 2007, p. 18).

Seguindo a teoria da AD acerca do discurso, pode-se dizer que ele não se restringe à transmissão de informação, dado de forma linear. Não se deve entendê-lo, nessa perspectiva teórica, enquanto fala, em oposição à língua, ou simplesmente um somatório de frases, privilegiando-se o aspecto formal e estrutural da língua. Por outro lado, na AD, entende-se o discurso em seu aspecto funcional e interativo, visto ainda como uma retomada de dizeres que estão em outros lugares, considerando a sua heterogeneidade, marcada por diferentes

posições-sujeito em seu interior. Com base nessa compreensão, Indursky (2001, p. 27-28) acrescenta:

Sob nossas palavras, ressoam palavras-outras, palavras de outros sujeitos, pois o discurso é da ordem do repetível e essa repetição não remete, apenas, àquilo que foi dito anteriormente pelo sujeito do discurso, no presente ou no passado. O repetível é da ordem de um já dito mais amplo e disperso, que remete para o dizer de outros sujeitos, em outros discursos, em outros espaços e em tempos diversos, que tanto podem estar inscritos na mesma Formação Discursiva do sujeito que enuncia quanto em outra Formação Discursiva, seja ela “amigável” ou antagônica.

Dito isso, essa autora entende que o discurso é heterogêneo porque, em seu interior, agrega outros discursos. Para Orlandi (2009, p. 71), “o discurso é uma dispersão de textos cujo modo de inscrição histórica permite definir como um espaço de regularidades enunciativas”. Assim, pode-se dizer que o discurso, conforme essa autora (2012, 70), é caracterizado duplamente pela dispersão: a dos textos e a do sujeito. Ressalte-se que, para a AD, o sujeito do discurso é heterogêneo, múltiplo, clivado, enquanto o texto é um efeito discursivo.

Orlandi (2009, p. 86) diz que, dependendo do funcionamento do discurso, ele pode ser caracterizado como lúdico, polêmico e autoritário. Nessa tipologia discursiva, pode-se dizer que, no discurso lúdico, a polissemia é aberta, a reversibilidade é total. Segundo Orlandi (2011, p. 84), esse tipo de discurso é o desejável, é o que vaza na sociedade atual. Ele é entendido como ruptura, ocupando um lugar marginal, diferentemente do polêmico e autoritário.

No discurso polêmico, a reversibilidade é controlada, ou seja, ela se dá sob certas condições. A relação entre paráfrase e polissemia é equilibrada. Oposto a essa definição, destaca-se o discurso autoritário, também chamado de pedagógico. Esse tipo de discurso não permite a reversibilidade, a troca de papéis entre interlocutores, uma vez que o locutor se coloca como agente exclusivo. Nele, a polissemia é contida, há o apagamento do objeto, predominando a monossemia.

Conforme Orlandi (2011, p. 155),

Em relação à tensão entre os dois grandes processos – a paráfrase (o mesmo) e a polissemia (o diferente) – que consideramos ser o fundamento da linguagem, diríamos que o discurso lúdico é o polo da polissemia (a multiplicidade de sentidos), o autoritário é o da paráfrase (a permanência do sentido único ainda que nas diferentes formas) e o polêmico é aquele em que melhor se observa o jogo entre o mesmo e o diferente, entre um e outro sentido, entre paráfrase e polissemia. Dada a tensão, o jogo, entre o processo

parafrástico e o polissêmico, que estabelece uma referência para a constituição da tipologia, cada tipo não se define em sua *essência* mas como *tendência*, isto é, o lúdico tende para a polissemia, o autoritário tende para a paráfrase, o polêmico tende para equilíbrio entre polissemia e paráfrase.

Dessa forma, é importante ressaltar que não há um discurso estritamente autoritário, lúdico ou polêmico. Para Orlandi (2009, p. 87), “O que há são misturas, articulações de modo que podemos dizer que um discurso tem um funcionamento dominante autoritário, ou tende para o autoritário (para a paráfrase) etc.” Ainda, segundo essa autora, a tríade discursiva, as denominações lúdico, polêmico, autoritário não devem ser entendidas como formas de julgamento dos sujeitos desses discursos. Na realidade, trata-se de uma descrição do funcionamento discursivo relacionado a suas determinações histórico-sociais e ideológicas.

Sabe-se que Pêcheux introduziu aquilo que ele chama discurso, tentando desenvolver uma teoria do discurso e um dispositivo operacional de análise do discurso. Para esse autor (1969), o discurso é definido como “efeito de sentidos entre interlocutores.” Na década de 1980, a concepção de discurso adotada por Pêcheux é da ordem da estrutura e do acontecimento.

Não se trata de pretender aqui que todo discurso seria como um aerólito miraculoso, independente das redes de memória e dos trajetos sociais nos quais ele irrompe, mas de sublinhar que, só por sua existência, todo discurso marca a possibilidade de uma desestruturação-reestruturação dessas redes e trajetos: todo discurso é um índice potencial de uma agitação nas filiações sócio-históricas de identificação (...)” (PÊCHEUX, 2008, p. 56).

A respeito do discurso, Foucault (2011, p. 21) afirma que há procedimentos internos de controle do discurso, também conhecidos como princípios de rarefação. De acordo com esse autor,

Pode-se, creio eu, isolar outro grupo de procedimentos. Procedimentos internos, visto que são os discursos eles mesmos que exercem seu próprio controle; procedimentos que funcionam, sobretudo, a título de princípios de classificação, de ordenação, de distribuição, como se tratasse, desta vez, de submeter outra dimensão do discurso: a do acontecimento e do acaso. (FOUCAULT, 2011, p. 21).

O comentário, o qual conjura o acaso do discurso, é o primeiro desses princípios. Ele permite dizer algo além do texto. No entanto, estabelece a condição de que o mesmo texto seja proferido, e de certa forma, concretizado. O segundo princípio de rarefação, complementar ao do comentário, trata do autor. Este, segundo as palavras de Foucault (2011,

p. 26), não é entendido como um indivíduo falante que pronunciou ou escreveu um texto, mas o autor como um princípio de agrupamento do discurso, como unidade e origem de suas significações, como foco de sua coerência.

Por fim, Foucault apresenta a disciplina como o último procedimento interno de limitação do discurso. Ao contrário do princípio do comentário e também a do autor, a disciplina define-se como aquilo que é exigido, necessário à construção de novos enunciados. De acordo com Foucault (2011, p. 30), “para que haja disciplina, é preciso, pois, que haja possibilidade de formular, e de formular indefinidamente, proposições novas”.

Conforme se pode observar, texto e discurso são dois conceitos importantes para a AD. O primeiro está totalmente atravessado pelo interdiscurso, afetado pelas condições de produção, considerado um efeito discursivo, enquanto o segundo não se reduz a uma simples transmissão de conhecimento, uma vez que tem sua regularidade, seu funcionamento, possível de ser apreendido, caso não se oponha o social e o histórico, o sistema e a realização, o subjetivo ao objetivo, o processo ao produto (ORLANDI, 2009, p. 22). Vale lembrar que o sujeito, na AD, tem a ilusão de “unicidade”, ou seja, o sujeito acredita ser o senhor do discurso, do seu dizer.

1.4 Paráfrase e Polissemia: produção discursiva do sentido

É bastante comum, nas escolas, ouvir-se que um dos problemas identificados nas produções escritas dos alunos diz respeito à repetição de sentidos na formulação de parágrafos. Outrossim, refere-se à escrita do aluno conforme os estereótipos, como propõe o professor. Em outras palavras, o aluno reproduz o já-dito. A esse processo sobre a reprodução do mesmo, na AD, chama-se de paráfrase.

Na Linguística, a paráfrase é considerada a “matriz dos sentidos”, uma vez que não existe discurso sem o uso da repetição. Na AD, é vista como a retomada de sentidos já estabilizados, como um retorno constante a um mesmo dizer. Esse processo também é chamado de produtividade.

No trabalho com a linguagem, entendida na teoria do discurso como estrutura e acontecimento e não simplesmente um instrumento de comunicação, fatores novos, sentidos diferentes, múltiplos podem aparecer no discurso do aluno, podendo ser identificados tanto na produção escrita como na oral. A esse processo, atribui-se o nome de Polissemia, a qual é

concebida, na perspectiva da AD, como “fonte do sentido”, como ruptura, criatividade, processo em que os sentidos se deslocam.

[...] a paráfrase e a polissemia são os dois grandes processos da linguagem: a *matriz* e a *fonte* do sentido, respectivamente. Processos esses que aparecem domesticados nos modelos linguísticos, enquanto sinonímia (paráfrase) e ambiguidade (polissemia). (ORLANDI, 2011, p. 116)

Orlandi (2009, p. 36) diz que, no funcionamento do discurso, a paráfrase representa assim o retorno aos mesmos espaços do dizer. Produzem-se diferentes formulações do mesmo dizer sedimentado. A paráfrase está do lado da estabilização. Ao passo que, na polissemia, o que temos é deslocamento, ruptura de processos de significação. Ela joga com o equívoco.

Vale salientar que em uma das formas de esquecimento mencionadas por Pêcheux (2010, p. 176), neste caso, no esquecimento nº 2, há o processo parafrástico, uma vez que o sujeito tem a ilusão de que o discurso só pode ser dito de uma única maneira e não de outra.

Pode-se dizer ainda que a relação entre o mesmo e o diferente é contraditória, pois um processo não ocorre sem o outro. Além disso, no meio desse confronto entre paráfrase e polissemia, há também o confronto entre o político e o simbólico. Esses dois movimentos dão sentido ao dizer. Desse modo, cabe ao analista do discurso compreender como esses dois processos se inter-relacionam na formação dos sujeitos e na constituição dos sentidos. Para isso, as condições de produção são indispensáveis.

Assim sendo, para interpretar o funcionamento discursivo e o fato de o sujeito assumir ou não a posição de autor, esses dois processos da linguagem, o parafrástico e o polissêmico, são fundamentais para essa pesquisa. Conforme Orlandi (2001, p. 125), “As diferentes paráfrases estabelecem diferentes relações de interlocução. Nas construções estão as marcas com que o sujeito se representa e ao seu interlocutor”. Dessa forma, pode-se considerar que, para essa autora, é este jogo entre o mesmo e o diferente que está no cerne da pesquisa sobre tipologia que ela estabelece. No discurso autoritário, há a presença da paráfrase; no lúdico, a da polissemia; no polêmico, observa-se o jogo entre a paráfrase e a polissemia.

1.5 As Condições de Produção e o Interdiscurso

A noção de condições de produção é problematizada por Courtine (1981). Segundo ele, o advento dessa noção pressupõe três origens. Primeiramente, o termo condições de

produção origina-se da análise do conteúdo, tal como é praticada na psicologia social, para representar as características circunstanciais em que um texto é produzido.

Indiretamente, origina-se da Sociolinguística, a partir da noção das variáveis sociolinguísticas, tais como *status social* do emissor e do receptor, idade, sexo, situação de comunicação, como responsáveis pelas condições de produção. De forma implícita, tem origem no texto de Harris (1952), que estabelece a relação entre o termo situação, no sentido do extralinguístico, ao termo discurso.

No texto de 1969, na AD1, o termo “condições de produção” designava:

ao mesmo tempo o efeito das relações de lugar nas quais se acha inscrito o sujeito e a “situação” no sentido concreto e empírico do termo, isto é, o ambiente material e institucional, os papéis mais ou menos conscientemente colocados em jogo etc. No limite, as condições de produção neste último sentido determinariam “a situação vivida pelo sujeito” no sentido de variável subjetiva (“atitudes”, “representações” etc.) inerentes a uma situação experimental. (PÊCHEUX, 2010, p. 169)

Para reformular a ideia de circunstância, Pêcheux desenvolve a noção de condições de produção, visando explicar o processo de produção do discurso. Orlandi (2010, p. 15) afirma que as condições de produção do discurso englobam o sujeito e a situação, além da memória. A situação pode ser vista em sentido estrito e em sentido lato, amplo. Em sentido estrito, ela corresponde ao contexto imediato, em que ocorre a enunciação, o aqui e o agora do dizer; em sentido amplo, ao contexto sócio-histórico e ideológico em que sujeito e discurso estão presentes. Nesse sentido, busca-se compreender o discurso fazendo sentido, relacionado com a ideologia, com o meio social e histórico.

As condições de produção, que constituem os discursos, compreendem o que é material, o que é institucional e o mecanismo imaginário. Este último representa as imagens do sujeito. Para falar das condições de produção, Orlandi diz que são formações imaginárias, em que se apresentam certos fatores chamados de relações de força, de sentido e a antecipação. Esses mecanismos de funcionamento do discurso podem constituir diferentes posições do sujeito.

As formações imaginárias presidem todo discurso: a imagem que o sujeito faz dele mesmo, a imagem que ele faz de seu interlocutor, a imagem que ele faz do objeto do discurso. Assim como também se tem a imagem que o interlocutor tem de si mesmo, de quem lhe fala, e do objeto de discurso (ORLANDI, 2010, p. 15). Nos termos de Pêcheux (2010, p. 82-83),

todo processo discursivo supõe a existência de formações imaginárias, designadas da seguinte forma:

Expressão que designa as formações imaginárias		Significação da expressão	Questão implícita cuja “resposta” subtende a formação imaginária correspondente
A	$I_A(A)$	Imagem do lugar de A para o sujeito colocado em A	“Quem sou eu para lhe falar assim?”
	$I_A(B)$	Imagem do lugar de B para o sujeito colocado em A	“Quem é ele para que eu lhe fale assim?”
B	$I_B(B)$	Imagem do lugar de B para o sujeito colocado em B	“Quem sou eu para que ele me fale assim?”
	$I_B(A)$	Imagem do lugar de A para o sujeito colocado em B	“Quem é ele para que me fale assim?”

Reprodução do quadro apresentado por Pêcheux (2010, p. 82)

Nesse quadro, Pêcheux faz alusão à imagem que A e B (os sujeitos nas posições) fazem de seu próprio lugar o do lugar do outro. Nesse sentido, vale ressaltar que esses lugares não fazem menção a situações físicas, mas a representações desses lugares no discurso. As perguntas postas na terceira coluna do quadro estão relacionadas ao lugar de fala que cada falante assume no momento do discurso. Na verdade, as questões “*Quem sou eu para lhe falar assim?*” e “*Quem é ele para que eu lhe fale assim?*”, vistas no quadro acima, são constitutivas do processo discursivo.

Com relação a esse quadro, Pêcheux (ibidem, p. 83) acrescenta outro formado dos pontos de vista de A e B sobre o referente:

Expressões que designam as formações imaginárias	Significação da expressão	Questão implícita cuja “resposta” subtende a formação imaginária correspondente
A. $I_A(R)$	“Ponto de vista” de A sobre R	“De que lhe falo assim?”
B. $I_B(R)$	“Ponto de vista” de B sobre R	“De que ele me fala assim?”

Quanto à significação das expressões dos esquemas, anteriormente apresentados, pode-se dizer que:

- 1) Imagem do lugar de A para o sujeito colocado em A, correspondente à questão “*quem sou eu para lhe falar assim?*”;
- 2) Imagem do lugar de B para o sujeito colocado em A, com a interrogação “*quem é ele para que eu lhe fale assim?*”;
- 3) Imagem do lugar de B para o sujeito colocado em B, com a interrogação “*quem sou eu para que ele me fale assim?*”;
- 4) Imagem do lugar de A para o sujeito colocado em B, com a questão “*quem é ele para que me fale assim?*”;
- 5) O “ponto de vista” de A sobre R, com a pergunta “*de que lhe falo assim?*”;
- 6) O “ponto de vista” de B sobre R, relacionado à “*de que ele me fala assim?*”.

Para Pêcheux (idem), “todo processo discursivo supunha, por parte do emissor, uma antecipação das representações do receptor, sobre o qual se funda a estratégia do discurso”, o que esse autor chama de jogo de formações imaginárias. De acordo com Orlandi (2010, p. 16),

o mecanismo de antecipação é em grande parte o responsável pela argumentação. E a troca da linguagem, por este mecanismo, se assemelha a um grande jogo de xadrez em que aquele consegue melhor antecipar-se a seu interlocutor é melhor orador, mais eficiente com a palavra.

Mussalim, ao fazer uso das palavras de Pêcheux, diz que, para a AD, o sujeito, uma vez que não tem acesso às reais condições de produção de seu discurso, em virtude de ser atravessado pelo inconsciente e à própria noção de discurso com a qual trabalha a AD – uma teoria materialista da discursividade -, representa essas condições de maneira imaginária. É o que Pêcheux (1969) chama de jogo de imagens de um discurso (MUSSALIM, 2006, p. 136).

No que se refere às relações de força, cabe afirmar que funcionam como representação dos lugares sociais de onde falam os sujeitos. Estes podem falar do lugar de pai, de professor, de aluno, cujas palavras significam de acordo com as posições sociais ocupadas por eles. Para Orlandi (2010, p. 16), “cada um desses lugares tem sua força na relação de interlocução e isto representa nas posições de sujeito”. Na verdade, no discurso, as relações entre esses lugares acham-se representados por uma série de formações imaginárias que indicam a imagem que os sujeitos atribuem a si mesmos e ao outro, e também a imagem que eles fazem de seu próprio lugar e do outro.

As relações de sentido são definidas como um processo em que um dizer remete a outros dizeres, uma vez que não existe um discurso único. Com isso, entende-se que em suas relações de sentido, o discurso mantém-se acessível a outros dizeres. E o que dizer do interdiscurso, o qual integra também as condições de produção? “A noção de interdiscurso é introduzida na AD2 para designar o ‘exterior específico’ de uma FD enquanto este irrompe nesta FD para construí-la em lugar de evidência discursiva, submetida à lei de repetição estrutural fechada” (PÊCHEUX, 2010, p. 310). Orlandi (2009, p. 31) considera que ele é:

[...] o saber discursivo que torna possível todo dizer e que retorna sob a forma do pré-construído, o já-dito que está na base do dizível, sustentando cada tomada da palavra. O interdiscurso disponibiliza dizeres que afetam o modo como o sujeito significa em uma situação discursiva dada.

De acordo com essa autora, a memória, quando pensada em relação ao discurso, é tratada como interdiscurso. Este é definido como algo que funciona antes, em outro lugar, independentemente. Para que nossas palavras façam sentido, é preciso que já signifiquem, de modo que possam ser interpretadas. Além disso, um outro aspecto importante constitutivo da memória discursiva é o da sua não homogeneidade. Desse modo, pode-se dizer que há enunciados que remetem a memórias discursivas diversas, pois não há um espaço de regularização dos sentidos na AD.

Outro aspecto discutido, na AD, acerca do interdiscurso, enquanto memória, trata-se da ideia de que ele se estrutura pelo esquecimento, diferentemente do arquivo, memória institucionalizada, documental, em que os sentidos se estabilizam, dando a ideia de completude. Nesse enfoque, os sujeitos têm a ilusão de estar na origem dos sentidos, dado que se esquecem como os sentidos se constituem. Acrescenta Orlandi (2012, p. 172), que “no Interdiscurso, há duas possibilidades: a do mesmo e a do diferente”. Para ela (ibidem),

[...] *arquivo* é memória institucionalizada, estabilização de sentidos. No arquivo o dizer é documento, atestação de sentidos, efeito de relação de forças. Se no interdiscurso há o que se deve dizer, o que se pode dizer e mesmo a possibilidade de se dizer o irrealizado, o arquivo repousa sobre o realizado, menos sobre o que *pode* e mais sobre o que *deve* ser dito. No arquivo há um efeito de fechamento, de saturação, de completude.

Convém dizer ainda que, na AD, o conceito de memória discursiva não é o mesmo de memória cognitiva. Esta última diz respeito às informações adquiridas ao longo da vida, enquanto a primeira, também chamada de saber discursivo por Orlandi (ibidem, p. 171), o qual é chamado de interdiscurso, representado como um eixo vertical, a da constituição, torna

possível todo dizer, na forma do já dito, do pré-construído. Nas palavras de Pêcheux (2009, p. 149),

[...] propomos chamar interdiscurso a esse ‘todo complexo com dominante’ das formações discursivas, esclarecendo que também é submetido à lei de desigualdade-contradição-subordinação que, como dissemos, caracteriza o complexo das formações ideológicas. [...] o próprio de toda formação discursiva é dissimular, na transparência de sentido que nela se forma, a objetividade material contraditória do interdiscurso, que determina essa formação discursiva como tal, objetividade material essa que reside no fato de que ‘algo fala’ (*ça parle*) sempre ‘antes, em outro lugar e independentemente’, isto é, sob a dominação do complexo das formações ideológicas.

O que mais interessa, nessa passagem, é a definição de todo complexo com dominante como interdiscurso, importando dizer que uma formação discursiva depende dele. Em termos filosóficos, o que está em jogo é a posição do sujeito, segundo o qual fala a partir de um já dito.

1.6 Formações Discursivas e Formações Ideológicas

Sabe-se que o discurso para Pêcheux não é o mesmo que para Foucault, apesar de apresentarem pontos em comum. Este responsável pela introdução do conceito de Formação Discursiva (FD), um conjunto de enunciados identificáveis por seguirem um mesmo sistema de regras, historicamente determinadas. Aquele que, na segunda fase da AD, que vai de 1975 a 1980, utiliza a noção de Formação Discursiva para ser reformulada, determinando o que pode e deve ser dito, a partir de uma dada posição numa dada conjuntura.

Vale ressaltar ainda que, na primeira fase da AD, a noção de Formação Discursiva, tomada de empréstimo a Michel Foucault, é entendida como máquina estrutural fechada. No entanto, esse conceito começa a ser minado na AD-2, em que se reconhece que o dispositivo da FD está em relação paradoxal com o seu “exterior”:

uma FD não é um espaço estrutural fechado, pois é constitutivamente ‘invadida’ por elementos que vêm de outro lugar (isto é, de outras FD) que se repetem nela, fornecendo-lhe suas evidências discursivas fundamentais (por exemplo sob forma de “pré-construídos” e de “discursos transversos”. (PÊCHEUX, 2010, p. 310).

Ainda de acordo com Pêcheux (2008, p. 56),

A noção de “formação discursiva emprestada a Foucault pela análise de discurso derivou muitas vezes para a ideia de uma máquina discursiva de assujeitamento dotada de uma estrutura semiótica interna e por isso mesmo voltada à repetição: no limite, esta concepção estrutural da discursividade desembocaria em um apagamento do acontecimento, através de sua absorção em uma sobre-interpretação antecipadora.

A respeito dessa citação feita por Pêcheux sobre a formação discursiva, é importante assinalar que há uma crítica à máquina estrutural fechada que a FD havia se tornado, no início da AD, na década de 1960. Esse autor revela ainda uma preocupação com a noção de acontecimento, que atravessa toda discussão acerca do discurso na última fase da AD.

Como diz Orlandi (2009, p. 44), as formações discursivas não podem ser pensadas como blocos homogêneos, funcionando automaticamente. Elas são heterogêneas, constituídas pela contradição, configurando-se e reconfigurando-se continuamente em suas relações. Desse modo, a compreensão dos diferentes sentidos das palavras, das expressões, das proposições dá-se de acordo com a formação discursiva em que são produzidos. Pode-se dizer ainda que o sentido das palavras muda conforme a posição ideológica daqueles que as utilizam, inscrito em diferentes condições de produção.

O sentido é produzido a partir de posições ideológicas determinadas pela situação histórica na qual se dão as lutas de classes. Assim diz Pêcheux (2009, p. 146-147):

as palavras, expressões, proposições etc., mudam de sentido segundo as posições sustentadas por aqueles que as empregam, o que dizer que elas adquirem seu sentido em referência a essas posições, isto é, em referência às formações ideológicas nas quais essas posições se inscrevem.

Para a Análise do Discurso, “uma formação discursiva é aquilo que, numa formação ideológica dada, isto é, a partir de uma posição dada numa conjuntura dada, determina *o que pode e deve ser dito* (articulado sob a forma de uma arenga, de um sermão, de um panfleto, de uma exposição, de um programa etc.). (PÊCHEUX, 2009, p. 147). É nesse sentido que formação discursiva e ideologia estão necessariamente articuladas, delimitando o modo de constituição dos discursos. Dessa forma, pode-se dizer que uma formação discursiva é governada por uma formação ideológica.

A formação discursiva representa no discurso as formações ideológicas, constituindo-se na relação com o interdiscurso, também chamado de memória do dizer, por Orlandi. Assim, a respeito das formações ideológicas, entende-se como um conjunto de

representações, não individuais e nem universais, relacionadas às posições de classes em conflito umas com as outras. Em outras palavras, são modos como a ideologia se manifesta nas instituições, igrejas, família, escola. Na verdade, quem fala, fala sempre de algum lugar. Esse lugar é determinado pelas formações ideológicas. Para Mussalim (2006, p. 137), “O sujeito não é livre para dizer o que quer, a própria opção do que dizer já é em si determinada pelo lugar que ocupa no interior da formação ideológica à qual está submetido, mas as imagens que o sujeito constrói ao enunciar só se constituem no próprio processo discursivo”.

Convém ressaltar que as formações ideológicas são compostas por formações discursivas, estas constituídas por um sistema de paráfrase, espaço em que dizeres são retomados e reformulados. Em oposição a esse conceito, destaca-se a polissemia, a qual se caracteriza pela multiplicidade de sentidos, pela ruptura de significados. Assim, é no interior de uma formação discursiva que ocorre o assujeitamento do sujeito, numa determinada conjuntura histórica.

Para Pêcheux (1995, p. 161), “Os indivíduos são interpelados em sujeitos falantes pelas formações discursivas que representam, na linguagem, as formações ideológicas que lhes são correspondentes”. Portanto, é no interior de uma formação discursiva que se dá o assujeitamento do sujeito do discurso. Cabe dizer ainda que a formação discursiva representa no discurso as formações ideológicas, constituindo-se na relação com o interdiscurso, memória do dizer (ORLANDI, 1996, p.21).

1.7 Marcas Linguísticas

De acordo com Authier-Revuz (1998, p. 143), “É o conjunto de aspas, itálicos, entonação de modalização autonímica que apresentam uma marca, mas uma marca que deve ser interpretada como referência a um outro discurso”. Essa autora também discute sobre “a falta do dizer, dizer de falta”, mostrando que toda designação demanda uma falta, uma vez que tanto a linguagem como o sujeito são falhos. Na construção do seu discurso, o sujeito busca a palavra “certa” a aquelas que faltam.

Pensando no trabalho com textos, na teoria discursiva, as marcas linguísticas, formais, também chamadas de pistas, traços, vestígios, não são tratadas diretamente, empiricamente, como acontece na Linguística, sob o enfoque conteudista. Para a Análise do Discurso, as

marcas linguísticas são construções discursivas com seus efeitos ideológicos, não podendo ser compreendidas mecanicamente.

As marcas são pistas (Ginsburg, 1980). Não são encontradas diretamente. Para se atingi-las é preciso teorizar. Além disso, a relação entre marcas e o que elas significam é tão indireta quanto é indireta a relação do texto com as suas condições de produção. No domínio discursivo não se pode, pois, tratar as marcas ao modo “positivista”, como na linguística. (ORLANDI, 2012, p. 72)

O analista, ao se defrontar com os textos, busca atestar o processo de significação dessas marcas e o modo de funcionamento no discurso. De acordo com Orlandi (2009, p. 90), “As marcas formais, em si, não interessam diretamente ao analista. O que lhe interessa é o modo como elas estão no texto, como elas se “encarnam” no discurso”. De acordo com essa autora (2011, p. 132), “de um lado, as marcas são definidas pela sua relação com a ideologia; de outro, derivam das condições de produção do discurso”.

Orlandi (2012, p. 34) aprofunda a questão, quando estabelece a distinção entre marcas e propriedades. Para ela, as marcas dizem respeito à organização do discurso, enquanto a propriedade considera o discurso como um todo em relação à exterioridade, à situação, englobando as instituições, o contexto sociohistórico, a cultura, a ideologia. No entanto, as marcas não são suficientes para caracterizar um funcionamento discursivo. Por esta razão, é preciso remetê-las à propriedade.

Orlandi elaborou o conceito das marcas para a ideologia a partir do momento em que passou a operar com o conceito de funcionamento discursivo. Essa autora fala que, considerando os princípios teóricos postulados por Pêcheux, pôde empreender uma análise das marcas formais que remetessem à formação ideológica. Ainda, segundo Orlandi, há marcas formais que caracterizam as formações discursivas. De acordo com essa autora,

A formação discursiva é caracterizada pelas marcas estilísticas e tipológicas que se constituem na relação da linguagem com as condições de produção. De outro lado, podemos dizer que o que define a formação discursiva é sua relação com a formação ideológica. Assim, podemos perceber como se faz a relação das marcas formais com o ideológico. Podemos fazer o percurso nos dois sentidos: o que vai do ideológico para as marcas formais ou destas para aquele. Isso só é possível, entretanto, mantendo-se o conceito de *Formação Discursiva* como mediador. (ORLANDI, 2011, p. 132)

Para Orlandi (2011, p. 132), pode-se perceber, metodologicamente, o funcionamento discursivo da seguinte forma: “De um lado as marcas são definidas pela sua relação com a ideologia; de outro, derivam das condições de produção do discurso”. Desse modo, para

melhor entender a presença dessas marcas na organização discursiva, Orlandi (2012, p. 34) dá exemplos, tomando por base o discurso religioso. Nele, são identificadas marcas gramaticais e textuais. A primeira é descrita em forma de negação, perífrase, imperativo, enquanto a segunda se mostra por meio de antítese, parábola, metáfora etc., na propriedade, por sua vez, há ilusão de reversibilidade.

Para melhor ilustrar o funcionamento dessas marcas na materialidade do discurso, é importante ver como Pacífico (2012, p. 24) as analisa no seguinte enunciado: “Ela é pobre, mas é limpinha?” Considerando que os enunciados estão ligados pelo conectivo “mas”, a análise desse conectivo deve ir além de nomeá-lo como uma conjunção adversativa, dada a sua grande frequência e sua ligação com o implícito. Nas palavras dessa autora, o conectivo “mas” leva a investigar os sentidos possíveis para a palavra “limpinha”.

Para isso, é preciso considerar a ideologia, os conteúdos implícitos, que vão além do literal, do significado dado pelo dicionário. Na realidade, o uso da marca “mas” estabelece uma relação ideológica entre pobreza e sujeira. No enunciado, pode-se compreender que o sujeito, apesar de ser pobre não é sujo, em outras palavras, é “limpinha”, cujo efeito de sentido é de rebaixamento e não de valorização.

Pacífico (ibidem, p. 94) enfatiza também o uso da marca linguística X, presente em títulos de textos. Essa marca, segundo essa autora, como circula no discurso do senso comum, significa “versus”, indicando oposição entre enunciados, entre partes. Ela também considera o título como marca inicial de autoria, mesmo porque

O título faz parte da organização do texto, pois pode condensar aquilo que será expandido na construção textual, fornecendo ao leitor uma pista para a leitura a ser realizada. O título é a primeira tentativa de controle da deriva, é marca inicial de autoria, que pode ou não se efetivar no texto.

Essa autora (ibidem, p. 66) também menciona que há marcas de oralidade em produções escritas, as quais podem ser compreendidas de acordo com o que Tfouni (1995) denomina de “genéricos”. Estes podem ser identificados sob a forma “de slogans, provérbios, máximas, rezas, fórmulas adivinhatórias, etc, que codificam os valores e crenças de uma cultura” (TFOUNI, 1995, p. 79). Ao retomar a questão da análise das diferenças por meio da paráfrase e da caracterização dos múltiplos tipos de diferença, Orlandi (2011, p. 130) explicita o lugar da tipologia nisso tudo.

Para nós, todo esse funcionamento discursivo está atravessado pela tipologia. Sobredeterminado por ela. Então, essas marcas estarão determinadas pela

atividade estruturante, que determina o tipo de relação: autoritária, polêmica ou lúdica. [...] A escolha de um “mas” ou de um “embora” de uma “explicativa” ou de um “adjunto” depende dessa atividade tipificante que se constitui a partir das condições de produção.

De acordo com Possenti (2009, p. 107-108), “marcas não são mais do que indícios de autoria”. Para ele, (ibidem, p. 110), “As verdadeiras marcas de autoria são da ordem do discurso, não do texto ou da gramática”.

1.8 Sobre a Argumentação e Autoria no Contexto Escolar

No decorrer desse tópico, serão abordados alguns pressupostos teórico-metodológicos, a fim de discutir melhor acerca da autoria em produções escritas de alunos. Cabe dizer que o trabalho com texto dissertativo-argumentativo está presente em diferentes perspectivas de estudo acerca da linguagem. No âmbito escolar, o artigo de opinião, texto opinativo, de natureza argumentativa, organiza-se na defesa de um ponto de vista sobre determinado assunto. Nele, torna-se fundamental a apresentação de uma opinião, seguida de explicações e argumentações, a fim de formar a opinião do leitor, com o objetivo de convencê-lo acerca da ideia defendida.

É importante destacar ainda que o texto dissertativo-argumentativo possui dupla natureza: é argumentativo porque defende uma ideia, uma tese, e é dissertativo, uma vez que faz uso de explicações para justificá-la. Dessa forma, verifica-se que, no espaço escolar, esse tipo de texto é identificado, de acordo com Sayeg-Siqueira (1995, p. 14), a partir da seguinte estrutura:

- Introdução: nessa parte, coloca-se a tese que será defendida no texto, podendo situar o leitor acerca do assunto.
- Desenvolvimento: nesse momento, são apresentados os argumentos que servirão para sustentar a tese apresentada na introdução, de modo a convencerem o leitor. Cada argumento deve responder à pergunta “por quê?” relacionada à tese defendida.
- Conclusão: é o fechamento do texto, em que se reafirma a tese explicitada na introdução.

Observa-se, nessa abordagem, o que importa nas redações escolares é o conteúdo, dando destaque à análise da estrutura do texto. É relevante considerar que essa concepção de leitura fundamenta-se na visão da transparência da linguagem, cultivando-se a ideia da formação de um sujeito origem do dizer. Em *Análise do Discurso*, segundo Orlandi (2007, p. 49-50),

a argumentação é vista no processo histórico em que as posições do sujeito são constituídas. Desse modo, a instância da formulação – em que entram as intenções – já está determinada pelo jogo das diferentes posições do sujeito em relação às formulações discursivas, jogo ao qual ele não tem acesso direto. Ou seja, as filiações ideológicas já estão definidas e o jogo da argumentação não afeta as posições dos sujeitos.

Em outras palavras, os argumentos, para essa autora (*ibidem*, p. 50) “derivam das relações de discursos. As intenções do sujeito terão um papel importante determinante em nível da formulação, que funciona pelas projeções imaginárias”. Nesse nível, o analista trabalha com a organização.

De acordo com Osakabe (1999, p. 109), o estudo da organização do texto argumentativo depende totalmente das condições de produção do discurso:

Isto é, depende das imagens mútuas que se pressupõem fazer locutor e ouvinte; depende das imagens que se pressupõem fazer locutor e ouvinte sobre o referente; depende, em último lugar, dos atos de linguagem que o locutor realiza no momento do discurso.

Esse autor (1999, p. 110), ao analisar o discurso político, diz que argumentação parece estar fundada em três atos distintos que conservam entre si uma relação de proximidade com a relação de implicação, mostrando ainda que esses atos podem ser entendidos como: um ato de *promover* o ouvinte para um lugar de decisão na estrutura política; um ato de *envolvê-lo* de forma tal a anular a possibilidade da crítica; e um ato de *engajar* o ouvinte numa mesma posição ou mesma tarefa política.

Dessa forma, é importante destacar que a estrutura argumentativa mencionada por Osakabe relaciona-se ao que Orlandi (2011) concebe como mecanismo de antecipação no que se refere à estratégia discursiva. Segundo essa autora (2011, p. 126), “Pela antecipação, o locutor experimenta o lugar de seu ouvinte a partir de seu próprio lugar: é a maneira como o locutor representa as representações de seu interlocutor e vice-versa”. Logo, é pelo mecanismo da antecipação que se busca convencer o interlocutor na argumentação. Como diz Orlandi (1998, p. 73-74),

há duas noções que estão na base do mecanismo da argumentação e que desempenham um papel importante na articulação da linguagem com a ideologia e o político: 1. A noção de antecipação, sustentada pelo funcionamento das formações imaginárias (posições-sujeito); 2. A noção de esquecimento ligada ao interdiscurso (exterioridade discursiva).

Ainda, segundo, essa autora (2011, p. 128),

são, de forma geral, três coisas que presidem a argumentação em termos de discurso: relação de forças (lugares ‘sociais’ e posição relativa ao discurso), relação de sentido (o ‘coro de vozes’ em um dizer; a relação que existe entre os vários discursos) e a antecipação.

Nas palavras de Orlandi (ibidem, p. 126), “Pela antecipação, o locutor experimenta o lugar de seu ouvinte a partir de seu próprio lugar: é a maneira como o locutor representa as representações de seu interlocutor e vice-versa”. Logo, é pelo mecanismo da antecipação, entendida como formação imaginária, que se busca convencer o interlocutor na argumentação, pois ele está presente nas condições de produção do discurso, apontando para o que o outro vai pensar. Retomando a fala de Orlandi (ibidem, p. 127), pode-se dizer que a antecipação é um mecanismo mais complexo que o fato de discordar e concordar. Essa autora (2008, p. 61) acrescenta ainda que:

[...] pelo mecanismo da antecipação, o sujeito-autor projeta-se imaginariamente no lugar em que o outro o espera com sua escuta e, assim, ‘guiado’ por esse imaginário, constitui, na textualidade, um leitor virtual que lhe corresponde, como seu duplo. Esse é o jogo dos gestos de interpretação que se dá na ou a partir da materialidade mesma do texto e ao qual o analista deve ser sensível quando pensa o imaginário que constitui o sujeito leitor virtual e o sujeito leitor efetivo com suas determinações concretas.

Para Pêcheux (1969), há, pois, antecipação das representações do receptor “sobre a qual se funda a estratégia do discurso”. No que diz respeito a essa estratégia, Orlandi (1998, p. 76) diz que “sobre o mecanismo da antecipação repousa o funcionamento discursivo da argumentação. Argumentar é prever, tomado pelo jogo de imagens”. Esse mecanismo propicia a busca de controle do sentido que está sendo pleiteado.

Como se sabe, no trabalho com o artigo de opinião, o sujeito produz um discurso argumentativo, de modo a apresentar argumentos para sustentação de seu ponto de vista. Dessa forma, entende-se que não basta apenas o sujeito apresentar bons argumentos no texto, é preciso ainda constituir seu arquivo para que, assim, ocorra a assunção da autoria.

Em relação à noção de arquivo, diz Pêcheux (1997, p. 57) que o arquivo pode ser entendido como “campo de documentos pertinentes e disponíveis sobre uma questão”. Pacífico (2012, p. 54) acrescenta:

[...] para argumentar o sujeito precisa ter um ponto de vista formado e certo conhecimento sobre o objeto discursivo, como é que o mesmo sujeito pode construir ‘seu’ ponto de vista sobre um objeto se ele não tem acesso ao arquivo, se a escola (ensino fundamental e médio) não lhe dá meios para realizar pesquisas, para investigar os discursos acordes e discordes sobre determinado tema? Ao contrário, a escola trabalha com a concepção de sujeito universal e mostra, para este, uma visão dada como certa e inquestionável e aguarda a homogeneização dos textos produzidos pelos alunos, textos que devem repetir os ‘argumentos’ dados por alguma ‘autoridade’ no assunto.

Pacífico (ibidem, p. 49) ainda fala que, “para conseguir argumentar, o sujeito precisa de leitura, pois é através da leitura que o sujeito constrói seu ponto de vista sobre determinado assunto”. Segundo essa autora (ibidem, p. 44),

[...] argumentar é uma arte em duplo sentido, isto é, tanto como a capacidade criadora do sujeito de colocar em prática uma ideia, quanto no sentido de o sujeito fazer algo com o intuito de provocação, de ir contra os padrões aceitos pelas instituições sociais.

Nesse sentido, o sujeito deve responsabilizar-se pelo dizer, pela historicização dos sentidos, criando dessa forma, estratégias discursivas que antecipem as possibilidades de respostas do ouvinte/leitor. Vale lembrar que, numa abordagem discursiva, como acontece na AD, no trabalho de análise de textos, pensa-se também na tipologia discursiva, nos processos parafrástico e polissêmico, nas condições de produção, nas posições do sujeito, na ideologia, no arquivo, na deriva e no interdiscurso, já mencionados anteriormente.

Dito isso, cabe salientar que é no discurso polêmico em que se dá a argumentatividade. Nele, permite-se a discussão, a disputa pelo objeto discursivo. Assim diz Pacífico (ibidem, p. 48), “[...] podemos dizer que o discurso polêmico permite o exercício da argumentatividade, pois permite a disputa, considera a ação e a reação dos interlocutores, enfim, possibilita o movimento do sujeito na construção do seu discurso”.

E o que dizer do funcionamento das condições de produção da escrita na instituição escolar? A respeito disso, é importante ressaltar o que propõe Pêcheux sobre o funcionamento das condições de produção:

[...] a título de proposição geral, que os fenômenos linguísticos superior à frase podem efetivamente ser concebidos como um funcionamento mas com a condição de acrescentar imediatamente que este funcionamento não é integralmente linguístico, no sentido atual desse termo e que não podemos defini-lo senão em referência ao mecanismo de colocação dos protagonistas e do objeto de discurso, mecanismo que chamamos de “condições de produção” do discurso (PÉCHEUX, 2010, p. 77-8 – itálicos do autor).

Para Gallo (1992, p. 59), verifica-se que, na escola, não se ensina o discurso da escrita, uma vez que não se separa o Discurso da Oralidade e o Discurso da Escrita.

[...] No entanto, a Escola não ensina esse discurso, exatamente porque esse discurso tem um lugar próprio para existir, e um lugar sempre institucional, que não é a Escola. A Escola é uma instituição de outro tipo, muito particular: a principal instituição ‘mantenedora’ do discurso escrito, e não uma instituição ‘produtora’. As instituições produtoras são, por exemplo, o jornal, o livro, a publicidade, a revista, a TV, o rádio, entre outras.

Orlandi (2012, p. 105-106) entende que é possível a passagem do sujeito enunciador para o de autoria, da função-autor, levando em consideração as condições de produção.

O que tem faltado [...] é compreender o processo em que se dá a assunção, por parte do sujeito, de seu papel de autor. Essa assunção implica, segundo o que estamos procurando mostrar, uma inserção (construção) do sujeito na cultura, uma posição dele no contexto histórico-social.

Sabe-se que a escola brasileira, desde o período da colonização, com enfoque na participação dos jesuítas na educação, destaca-se pelo uso de um discurso que valoriza a repetição e a memorização de conhecimentos de outrem. Nessa direção, cabe aos professores e alunos a reprodução do dizer. Acerca disso, Orlandi apresenta o conceito e a distinção de três formas de repetição, que melhor esclarece a questão da autoria proposta por essa autora. Trata-se das repetições: empírica, formal e histórica.

A repetição empírica (mnemônica) que a do efeito papagaio, só repete. A repetição formal (técnica) que é um outro modo de dizer o mesmo. A repetição histórica, que é a que desloca, a que permite o movimento porque historiciza o dizer e o sujeito, fazendo fluir o discurso, nos seus percursos, trabalhando o equívoco, a falha, atravessando as evidências do imaginário e fazendo o irrealizado irromper no já estabelecido” (ORLANDI, 2009, p. 54).

A empírica, baseada no exercício mnemônico, em que o aluno só repete o dizer, não o historiciza, ficando no nível da paráfrase. Essa prática acontece muito no ambiente escolar,

em que o aluno decora o que está escrito no livro didático, a fim de reproduzir os mesmos dizeres em questões de prova. Outra repetição bastante comum na escola é a formal, a qual consiste na técnica de produzir frases, exercício gramatical que também não historiciza, continua na paráfrase. Por último, a repetição histórica, em que o aluno inscreve o dizer no repetível enquanto memória discursiva, constituindo autor de seu discurso.

Orlandi (2007, p. 70), o sujeito só se faz autor quando historiciza o dizer, de modo interpretável, inscrevendo-o no repetível histórico, enquanto memória constitutiva. O que quer dizer inscrevê-lo em uma memória do dizer, produzindo interpretação. A partir dessa abordagem sobre sujeito e autoria, Orlandi apresenta as três formas distintas de repetição: empírica, formal e histórica.

No contexto de muitas escolas, observa-se que o tipo de repetição mais praticada é a formal. O aluno que consegue se destacar nessa repetição é considerado aprovado para seguir os estudos. No entanto, para Orlandi, a repetição que deve ser praticada na escola é a histórica, uma vez que leva o aluno a se colocar na origem do dizer, assumindo a posição de autor do seu texto. É, portanto, na repetição histórica que o sujeito constitui-se como autor de seu texto, fazendo a língua significar, quando remete ao interdiscurso.

Para entender a noção de autoria na AD, considera-se relevante a noção de sujeito enquanto uma posição. Na verdade, o que interessa a essa teoria discursiva não é o indivíduo empírico, mas o lugar que o sujeito discursivo fala no texto. É importante dizer ainda que, em Português, a palavra autor origina-se do latim auctor, óris, cujo significado está relacionado ao criador de algo, ao que gera, fundador, responsável por um ato (HOUAISS, 2003, p. 55).

Nos estudos pechetianos, dá-se ênfase à noção de sujeito como posição discursiva, constituída pelos furos e falhamentos. Ao tratar dessa questão, Orlandi (2009, p. 49) lembra que “... o sujeito discursivo é pensado como ‘posição’ entre outras. Não é uma forma de subjetividade mas um ‘lugar’ que ocupa para ser sujeito do que diz”. Além disso, essa autora lembra que, na AD, o sujeito é visto como linguístico-histórico, constituído pelo esquecimento e pela ideologia. Nesse enfoque, não se trabalha o sujeito psicológico, empírico, tampouco a transparência da linguagem e a evidência dos sentidos. Essa autora ainda afirma que:

[...] as diferentes posições do sujeito correspondem a diferentes formações discursivas que, por sua vez, se configuram pelas diferentes relações que estabelecem com a ideologia. Desse modo, as diferentes formações discursivas indicam que o sujeito é ideologicamente heterogêneo (e muitas vezes, mesmo, contraditório) e, conseqüentemente, mostram também que um texto não funciona compactamente em relação à ideologia. No entanto, a

formação dominante que rege as diferentes posições do sujeito no texto propicia-lhe unidade (ORLANDI, 2012, p. 95).

No que concerne à autoria, é importante ressaltar que, na análise discursiva, a autoria é entendida como uma forma que se constitui historicamente. A função-autor é concebida como uma função discursiva do sujeito. Desse modo, a autoria funciona como uma forma de o sujeito se relacionar com o outro e, especificamente, com o Outro². Para Orlandi, o autor é a instância onde há o maior “apagamento” do sujeito.

nessa instância mais determinada pela representação social – que mais se exerce a injunção a um modo de dizer padronizado e institucionalizado no qual se inscreve a responsabilidade do sujeito por aquilo que diz. É da representação do sujeito como autor que mais se cobra sua ilusão de ser origem e fonte de seu discurso. É nessa função que sua relação com a linguagem está mais sujeita ao controle social. (ORLANDI, 2000, p. 78)

Segundo essa autora, o autor responde pelo que diz ou escreve. A função-autor é determinada pela exterioridade, pelo contexto-histórico. Orlandi (2007, p. 75) afirma que “a autoria, função mais atingida pelo contato com o social e com as coerções, está mais submetida às regras das instituições, de modo que nela são bem visíveis os procedimentos disciplinares”.

Para Orlandi (2008, p. 65), “a função-autor constrói uma relação organizada – em termos de discurso – produzindo um efeito imaginário de unidade (com começo, meio, progressão, não contradição e fim).” A esse processo, Orlandi dá o nome de textualidade. De acordo com essa autora, toda vez que isso acontece, há a função-autor, em que o sujeito se coloca na origem do sentido, mesmo imaginariamente. Para Gallo (2001, p. 69), a autoria pode ser observada em dois níveis:

Primeiramente, em um nível enunciativo-discursivo, que é o caso da função autor, que tem relação com a heterogeneidade enunciativa e que é condição de todo sujeito e, portanto, de todo acontecimento discursivo. E em segundo lugar, em um nível discursivo por excelência, que é o caso do efeito-autor, e que diz respeito ao confronto de formações discursivas com nova dominante, verificável em alguns acontecimentos discursivos, mas não em todos. Sendo a função-autor condição de todo sujeito, esse nível de autoria é pouco operante para uma prática de produção de texto. Assim, venho trabalhando no nível da produção do efeito-autor, especificamente na relação do Discurso

² Segundo Tfouni (2001), nas palavras de Pacífico (2012, p. 80), o “outro” refere-se ao leitor, no trabalho de amarração das partes do texto, através dos mecanismos de coesão, dos conectivos interfrásticos, enquanto o “Outro” está relacionado à la langue, ao Interdiscurso.

Pedagógico com outro discurso. Essa é a prática que denomino TEXTUALIZAÇÃO.

A noção de textualização é usada por Solange Gallo em sua tese de doutorado (1994). Para essa autora, quando o autor preenche os espaços cambiáveis deixados em branco no texto, indicando a hora e o espaço de determinado evento, contextualizando-o e tornando “pública” sua produção, dá-se a textualização (INDURSKY, 2010, p. 73).

Gallo (1992) mostra um trabalho realizado com alunos da 5ª série, no final da década de 1990, no que concerne ao ensino de produção textual, incluindo a escrita e a autoria. Com base no trabalho do texto, considerando as relações deste com os sentidos, os discentes foram conduzidos a se posicionarem como sujeitos autores de um livro, resultando em um trabalho de construção de personagens e enredos. Para tal feito, essa analista de discurso (1992) menciona as quatro fases de sua experiência:

- a) o momento da apresentação da proposta da criação de um livro e o trabalho da construção de um personagem;
- b) um segundo momento, em que os alunos estiveram criando seus capítulos, sem uma orientação mais específica;
- c) quando os alunos passaram a escrever em função do que eu chamei de “enredo”;
- d) o momento em que eles produziram um “fecho” para o texto (GALLO, 1992, p. 79).

A experiência acima, seguida de etapas, mostra uma prática pedagógica bastante simples acerca da produção textual, realizada no contexto da sala de aula. Com efeito, esse tipo de trabalho serve de base teórica para a elaboração desta pesquisa, uma vez que trabalha a autoria, com ênfase na produção textual dos alunos, os quais assumem a função discursiva de autor. Ao tratar dessa questão, Gallo (1992) acrescenta ainda:

o que está envolvida é a questão do “acreditar-se” autor, “sentir” que produziu, realmente, um livro etc., o que do ponto de vista da Análise de Discurso, é percebido pela forma de representação do sujeito que neste caso “coloca-se no lugar de autor”, “representa-se como tal”, ocupa uma “posição”. Essa forma de constituição do sujeito é que permite reconhecer a assunção da autoria, realmente. Quando, no entanto, a autoria se “elabora” mas não é “explicitada” para o sujeito, este não se constitui como sujeito-autor [...]. Sendo assim, o que está em jogo, aqui, são as formações imaginárias que presidem toda produção. (GALLO, 1992, p. 99-100)

Como se vê, o conceito de autoria apresentado por Gallo está relacionado ao fato de primeiro o sujeito acreditar “ser autor”. Ao constituir essa imagem de si como autor, ele pode produzir interpretações, inscrever o seu dizer numa memória discursiva, historicizando-o. Para isso, cumpre ao professor mostrar aos alunos esse funcionamento dos textos e a possibilidade de se ocupar tal posição.

Conforme Lagazzi (2006, p. 93): “assumir a autoria colocando-se na origem do dizer é fazer do dizer algo imaginariamente ‘seu’, com ‘começo, meio e fim’, que seja considerado original e relevante que tenha clareza e unidade. É, dessa maneira, responsabilizar-se pelo que foi dito e pelo que foi silenciado”. Essa autora diz ainda que a autoria está ligada ao trabalho com a equivocidade da linguagem, tal como propõe Pêcheux (LAGAZZI, 2010, p. 85). Em outras palavras, não se deve entender a equivocidade como um erro, tal como se interpreta no senso comum, uma vez que o equívoco é constitutivo da linguagem. Assim, para essa autora (ibidem, p. 83), “Discutir a equivocidade é abrir espaço para tornar visível a contradição de diferentes interpretações, é se expor às diferentes formas significantes e, no caso específico da linguagem verbal, se expor às palavras”. Lagazzi (2010, p. 93) ressalta que,

[...] O ‘aprendizado’ da autoria é uma prática no processo da textualidade, prática de textualização. [...] Da mesma maneira que sujeito e linguagem se constituem mutuamente, também autor e texto mantêm entre si uma relação necessária. O autor (se) produz (n) o texto, dá ao texto seus limites e se reconhece no texto. O sentido da autoria depende do efeito de unidade e coesão do texto.

Ainda, de acordo com essa autora (2007, p. 97),

o que caracteriza a autoria é a produção de um gesto de interpretação, ou seja, na função-autor o sujeito é responsável pelo sentido do que diz, em outras palavras, ele é responsável por uma formulação que faz sentido. O modo como ele faz isso é que caracteriza sua autoria. Como, naquilo que lhe faz sentido. Como ele interpreta o que o interpreta.

Pfeiffer (1995, p. 127) acrescenta que

há autoria no mesmo, não é preciso que se deem rupturas para que se instaurem o novo e assim o autor. Há autoria na ambiguidade, no equívoco (na falta, no excesso, no non-sense, no absurdo). Só que essa autoria não se dá se o sujeito não tem condições de ultrapassar a repetição formal, alcançando o funcionamento da repetição histórica.

Para Orlandi, não há textos destituídos da função-autor, como justifica Foucault, no excerto abaixo. Haverá sempre a indicação de uma autoria, seja em textos em que aparece o nome do autor, seja em textos que circulam no anonimato. Segundo Orlandi, o sujeito ocupa uma posição de sujeito-autor, na medida em que inscreve seu dizer no repetível, que não é concebido como um mero exercício mnemônico.

Orlandi (2008, p. 65-66) chama atenção para o fato de que há textos possíveis nas margens do texto. De um lado, tem-se a função-autor, entendida como unidade de sentido formulado, decorrente da imagem de leitor virtual; de outro, há o efeito-leitor como unidade (imaginária) de um sentido lido. Para essa autora (ibidem, p. 66), “no discurso, o que existem são efeitos de sentidos variados, dispersos, descontínuos, sendo sua unidade construção imaginária (onde intervêm a ideologia e o inconsciente)”. Vale destacar ainda que o efeito-autor caracterizado por Orlandi é uma função do sujeito como a função-autor.

De acordo com essa autora (2009, p. 74), a função-autor, considerada uma função discursiva do sujeito, estabelece-se ao lado de outras funções, chamadas de enunciativas, que são o locutor e o enunciador, de acordo com a definição de O. Ducrot. Para esse autor (1984), o locutor é aquele que, no discurso, se mostra como “eu”, enquanto o enunciador é a forma que esse “eu” constrói. No entanto, para Orlandi, é na função de autor que o sujeito está mais afetado pela sociedade e suas regras. “Não basta falar para ser autor. A assunção da autoria implica uma inserção do sujeito na cultura, uma posição dele no contexto histórico-social”. (ORLANDI, 2009, p. 76).

Não se pode falar em autoria sem que se mencione a teoria de Foucault. Na concepção desse autor (2011, p. 26-27),

O autor, não entendido, é claro, como o indivíduo falante que pronunciou ou escreveu um texto, mas o autor como princípio de agrupamento do discurso, como unidade e origem de suas significações, como foco de sua coerência. Esse princípio não voga em toda parte nem de modo constante: existem, ao nosso redor, muitos discursos que circulam, sem receber seu sentido ou sua eficácia de um autor ao qual seriam atribuídos: conversas cotidianas, logo apagadas; decretos ou contratos que precisam de signatários mas não de autor, receitas técnicas transmitidas no anonimato.

Para esse filósofo francês, nem todo sujeito é um autor, nem todo indivíduo que pronuncia ou escreve um texto assume essa função, uma vez que há discursos sem autoria. Na verdade, o princípio de autoria não vale para tudo, pois há discursos, como as conversas, receitas técnicas transmitidas no anonimato, decretos ou contratos, uma carta particular, que precisam de signatários, mas não de autor. Assim, seguindo o raciocínio de Foucault, da

função autor decorre a ideia de que alguns discursos teriam autor, outros não. Para Orlandi (2009, p. 75), “um texto pode até não ter um autor específico mas, pela função autor, sempre se imputa uma autoria a ele”, ou seja, o autor colocando-se como originário do dizer e, portanto, daquilo que escreve.

No discurso científico, na Idade Média, a prerrogativa de autor era indispensável, constituindo um dado relevante de indicação da verdade. Hoje, por exemplo, os textos considerados de teor científico só teriam validade, na Idade Média, caso viessem acompanhados do nome do autor. Segundo Foucault (2011, p. 27), [...] na ordem do discurso científico, a atribuição a um autor era, na Idade Média, indispensável, pois era um indicador de verdade. Uma proposição era considerada como recebendo de seu autor seu valor científico.

Na visão foucaultiana, a função autor se limita a um quadro restrito de produtores originais da linguagem, que se definiriam em relação a uma obra, como por exemplo, Marx e Saussure. Dessa forma, pode-se dizer que Marx, assim como Saussure, são considerados por Foucault como instauradores de discurso.

Foucault caracteriza a função autor em quatro elementos básicos: O primeiro diz que a função-autor está ligada a um sistema institucional, que determina e articula o universo de discursos. O segundo não se exerce da mesma forma em todas as épocas e sociedades. O terceiro refere-se à função-autor que não se define pelo escritor real, nem pela atribuição ao locutor fictício. O quarto pode dar, simultaneamente, a vários eus, posições-sujeito, abrangendo a dispersão. Para Foucault, a função autor:

[...] está ligada ao sistema jurídico e institucional que contém, determina, articula o universo dos discursos; [...] não se exerce uniformemente e da mesma maneira sobre todos os discursos, em todas as formas de civilização; [...] não é definida pela atribuição espontânea de um discurso ao seu produtor, mas por uma série de operações específicas e complexas; [...] não remete pura e simplesmente a um indivíduo real [...] (FOUCAULT, 2006, p. 279-280).

Além disso, de acordo com a perspectiva foucaultiana, outras características são próprias de um discurso portador da função-autor, com destaque para duas que podem aqui ser relacionadas.

a função-autor é uma série de operações específicas e complexas que define a atribuição espontânea de um discurso a seu produtor, de tal modo que há uma tentativa de dar a este ser racional um estatuto realista, acreditando ser no indivíduo uma instância profunda, um poder criador, o lugar de origem da

escrita. Porém, o que no indivíduo é designado como autor, ou o que faz o indivíduo como autor, é apenas a projeção, em termos mais ou menos psicologizantes, do tratamento a que submetemos os textos, as aproximações que operamos, os traços que estabelecemos como pertinentes, as continuidades que admitimos ou as exclusões que efetuamos [...] (FOUCAULT, 2002, p. 51).

Cabe dizer ainda que Foucault distingue a noção de autor da de escritor. Este diz respeito ao indivíduo que escreve, aquele se relaciona, em grande parte, ao modo como são vistos e concebidos os diversos discursos em diferentes épocas em cada sociedade. Para esse autor, a noção de autor é discursiva.

Carreira (2001, p. 51) define a autoria “como uma posição do sujeito que permite o fechamento dos sentidos e a instalação da singularidade”. Para essa autora, o autor é visto “como uma posição enunciativo-discursiva do sujeito caracterizada pela responsabilização pelo dizer, fruto do esquecimento nº 1, e pela tentativa de controle do sentido, fruto do esquecimento nº 2” (*Ibid.*, p. 57). Segundo Baronas (2005, p. 184),

o sujeito só se constitui como autor a partir do momento em que legitimar o seu discurso. E para que isso ocorra, não é suficiente só a atuação do sujeito com e sobre a língua, nem estar na origem da discursividade, mas principalmente que esse sujeito reconheça em que lugar sócio-histórico produz sentidos. Ou ainda, que se desvencilhe da formação discursiva na qual está inscrito e se inscreva em outra.

Ainda, conforme afirma esse autor (2005, p. 181), com base em Foucault, para que o sujeito se constitua enquanto autor, “é fundamental, sobretudo, que esse sujeito inscreva o seu discurso na ordem do enunciável, no verdadeiro da época”.

Tomando como bases teóricas a análise de discurso pêncheutiana (AD) e a psicanálise lacaniana, Tfouni (2008, p. 142), relaciona o conceito de autoria com o de deriva. O significado dessa última palavra, segundo a autora (2008, p. 153), “refere-se ao fato de que o sentido sempre pode vir a ser outro, e, quando ocorre sem ser controlada, instala uma ausência de coerência no texto”. Ela afirma ainda que “analiticamente, o sujeito ocupa a posição de autor quando retroage sobre o processo de produção de sentidos, procurando “amarrar” a dispersão que está sempre virtualmente se instalando, devido à equivocidade da língua” (TFOUNI 2001, p.80). Essa autora comenta, nesse mesmo texto que

o autor produz o que Lacan (1957) denominou ‘point de capiton’, ponto de estofo, lugares do processo de enunciação onde se percebe que o sujeito efetuou um movimento de retorno ao enunciado, e pode, assim, olhá-lo de um outro lugar, que proponho denominar o lugar de autor.

E o que dizer do lugar em que há silenciamento da autoria? Segundo Orlandi (2007, p. 71), “Há certas condições – as que são chamadas de plágio – em que há estancamento desse movimento da interpretação, lugar em que há silenciamento da autoria”. Para essa autora, o silêncio está relacionado também ao plágio, uma vez que o plagiador se apropria do dizer do outro, repetindo e apagando o que já foi dito, silenciando sentidos que podem sempre ser outros, como diz Pfeiffer (1995, p. 9), em sua tese de doutorado.

Pensar sobre o silêncio nos remete, necessariamente, à questão da incompletude da linguagem, já que os sentidos podem sempre ser outros, desdobrando-se em outros. É no silêncio que há a correnteza inacabável dos possíveis sentidos (nem sempre necessários historicamente). É o lugar em que o dizer pode vir a ser outro.

Como se vê, em Orlandi, a questão do silêncio³ está relacionada também ao plágio; em Pfeiffer, diz respeito à incompletude da linguagem. No tocante aos sentidos, pelo movimento entre paráfrase e polissemia, há aqueles que são silenciados, interditados, pondo em destaque a relação do dito com o não-dito; mas há também os que são apreciados, privilegiados, sobretudo, no trabalho com a escrita no âmbito escolar.

1.9 Leitura, Interpretação e Sentido

“Não é a relação com a escola que define o escritor. Ela poderá ser útil, mas não é necessária, nem suficiente. [...] Ao contrário, para ser autor, sim: a escola é necessária.”

(ORLANDI, 2012, p. 109)

A escola, nas atividades de leitura e interpretação, muitas vezes, interdita o trabalho de autoria, visando apenas à reprodução dos sentidos legitimados pelo livro didático (LD), em que o sujeito é privado de questionamentos diversos, de argumentar, de construir sentidos. Nessa perspectiva, a concepção de leitura baseia-se na transparência da linguagem, na teoria positivista, em que o sentido já está determinado antes, de forma que o sujeito só precisa

³ Sobre as formas do silêncio e o seu funcionamento no discurso, Orlandi (2009, p. 82) apresenta a distinção? entre o silêncio fundador e a política do silêncio. O primeiro implica a significação do dizer, permitindo o movimento dos sentidos, não está no vazio, enquanto o segundo, a política do silêncio, subdivide-se em dois: silêncio constitutivo e silêncio local.

identificar a intenção do autor do texto. Seguindo esse ponto de vista, verifica-se que muitas das atividades do LD não dão espaço para outras leituras, para deslizamentos de sentidos, já que partem da ideia de que os textos, geralmente, apresentam uma estrutura e um sentido único. Assim diz Pacífico (2012, p. 14),

essa concepção de leitura única fundamenta-se na visão de transparência da linguagem, isto é, nas teorias da comunicação e ciências positivistas, as quais pressupõem uma relação direta entre pensamento e linguagem, como se um emissor enviasse uma mensagem esta que refletiria o pensamento do emissor e deveria ser decodificada perfeitamente pelo receptor, ou seja, tudo que é dito deve ser entendido por todos, da mesma maneira.

A crença na transparência da linguagem leva o aluno a acreditar que está na origem do dizer, ou seja, a ter a ilusão de que o seu discurso só pode ser dito daquela forma, com sentido garantido, não levando em conta as condições de produção desse dizer. Com isso, decorre a ideia de que o mero domínio de regras possibilita a produção de um texto coerente.

Orlandi (2012, p. 7) discute a noção de leitura, distinguindo os vários sentidos como ela é concebida no trabalho com a linguagem, seja no âmbito da escrita ou da oralidade. Na AD, conforme define essa autora (2008, p. 65),

A leitura é assim concebida como trabalho simbólico, tendo em sua base a variação assim como o texto comporta sempre outras formulações. Sob esse aspecto podemos dizer que tanto quanto para a autoria há versões de leituras possíveis. A leitura é a aferição de uma textualidade no meio de outras possíveis.

Para Orlandi (ibidem, p. 69), a leitura está relacionada ao arquivo, enquanto a interpretação, ao interdiscurso. Cabe registrar ainda que, nesta pesquisa, é fundamental entender o conceito de interpretação de sentido, já que não se pode falar em sentido sem levar em consideração a interpretação. Esta última, na AD, não é pensada como um código, nem tampouco trabalhada sob o enfoque da transparência da linguagem. Vale salientar que, para Orlandi (2012, p. 118), “A leitura é um dos elementos que constituem o processo de produção da escrita”. Não se trata, porém, de uma relação mecânica, automática entre os processos de leitura e escritura. Ainda, conforme essa autora (ibidem, p. 119), “a leitura fornece a matéria-prima para a escrita: o que se escrever”.

E o que dizer da interpretação? Sabe-se que a escola é um aparelho ideológico, conforme afirma Althusser (2012, p. 23):

[...] o papel do Estado que, através de seus Aparelhos Repressores – ARE – (compreendendo o governo, a administração, o Exército, a polícia, os tribunais, as prisões etc.) e Aparelhos Ideológicos – AIE – (compreendendo instituições tais como: a religião, a escola, a família, o direito, a política, o sindicato, a cultura, a informação, intervém ou pela repressão ou pela ideologia, tentando forçar a classe dominada a submeter-se às relações e condições de exploração.

Nela, observa-se que a interpretação está vinculada a uma ideologia que estabelece um sentido único, de forma a conceber uma leitura homogeneizante. Na perspectiva da AD, a interpretação não deve ser concebida como um mero processo de decodificação, pois a linguagem é histórico-social. Cabe ressaltar ainda que a interpretação, na AD, está ligada ao sujeito, à história e à ideologia. Orlandi (2007, p. 67) trata da questão da interpretação, quando afirma que

A interpretação, portanto, não é mero gesto de decodificação, de apreensão do sentido. Também não é livre de determinações. Ela não pode ser qualquer uma e não é igualmente distribuída na formação social. O que a garante é a memória sob dois aspectos: a) a memória institucionalizada, ou seja, o arquivo, o trabalho social da interpretação em que se distingue quem tem e quem não tem direito a ela; e b) a memória constitutiva, ou seja, o interdiscurso, o trabalho histórico da constituição da interpretação (o dizível, o repetível, o saber discursivo).

Parafraseando Orlandi, para que haja um evento interpretativo, é preciso que o sujeito se represente no lugar de autor, ou seja, que ele se inscreva no interdiscurso. No âmbito da AD, interpretar significa construir sentidos, considerando as condições de produção em que os textos foram produzidos. Para tanto, entende-se que a interpretação leva à autoria, já que trabalha com o interdiscurso. De acordo com Pacífico (2012, p. 30),

[...] a interpretação pode ser entendida como a possibilidade de o sujeito compreender que o sentido pode ser outro, mas não qualquer um, pois existe uma superfície linguística que tenta controlar os pontos de fuga, os sentidos que não devem aparecer, mas que aparecem como indícios para aqueles que compreendem o funcionamento discursivo, que compreendem que interpretar não é repetir o que está dito, mas sim, estabelecer uma relação entre o dito e a memória do dizer, enfim, interpretar é compreender que a ideologia faz parecer naturais determinados sentidos e não outros e estranhar, investigar, refletir sobre tudo isso.

Para melhor compreender a prática da leitura e da interpretação a partir da concepção da AD, leva-se em conta o processo de produção de sentidos, entendido como um gesto de interpretação do sujeito que lê e interpreta.

A respeito do sentido, muitos defendem que ele pode ser qualquer um, concebido como algo fixo, como lugar pré-estabelecido, cujo acesso é direto. Para a AD, como define Orlandi (2007, p. 27), “o sentido não está já fixado a priori como essência das palavras, nem tampouco pode ser qualquer um: há determinação histórica. Ainda um entremeio”.

Conforme essa teoria discursiva, o sentido é construído a partir da posição sujeito, numa dada formação discursiva. Ele ocorre por meio dos gestos de interpretação. Tal posição é caracterizada pela multiplicidade de várias formações discursivas e não pela unicidade. Para a AD, o sentido sempre pode vir a ser outro. Na verdade, sentido e sujeito se constituem na linguagem, de acordo com as formações discursivas em que estão inseridos.

Observa-se, segundo esse autor, que as palavras têm sentido de acordo com as formações ideológicas em que os sujeitos se inscrevem. Orlandi (2012, p. 77) reitera a afirmação de Pêcheux quando diz que “o sentido não existe em si, mas é determinado pelas posições ideológicas colocadas em jogo no processo sócio-histórico em que as palavras são produzidas”. Para essa autora (idem), “as palavras mudam de sentido segundo as posições daqueles que as empregam. Elas tiram seu sentido dessas posições, isto é, em relação às formações ideológicas nas quais essas posições se inscrevem”.

De acordo com Fernandes (2007, p. 26), “A noção de sentidos é dependente da inscrição ideológica de enunciação, do lugar histórico-social de onde se enuncia; logo, envolve os sujeitos em interlocução”. Convém ressaltar que a AD tem muito a explorar a questão do sentido, uma vez que é “pelo viés da falta e do indefinido é que se dão os deslizamentos e as rupturas que fazem e desfazem sentidos”. Para Grigoletto (2011, p. 79), “o fazer sentido não ocorre fora da historicidade que marca a relação do homem com a linguagem”. Segundo essa autora, o sentido se dá entre o sujeito, a materialidade linguística e a história.

Assim, considerando os tópicos aqui apresentados, importa dizer que esta pesquisa não pretende dar respostas definitivas acerca do trabalho de autoria em textos de alunos no espaço escolar, conforme as indagações propostas nas considerações iniciais, visto que na AD de linha francesa não se trabalha com a ideia de completude. Dessa forma, buscar-se-á na metodologia uma compreensão deste estudo.

CAPÍTULO 2: METODOLOGIA E CONSTITUIÇÃO DO *CORPUS* DE ANÁLISE

2.1 Da teoria ao método

Neste trabalho, a reflexão sobre a teoria discursiva que rege esta pesquisa será resgatada, com ênfase nos procedimentos metodológicos e na descrição dos critérios adotados para a seleção dos sujeitos. Com o intuito de analisar, discursivamente, a ocorrência de autoria em artigos de opinião de alunos no âmbito escolar, optou-se pela abordagem qualitativa, uma vez que esse tipo de pesquisa

[...] considera que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, isto é, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito que não pode ser traduzido em números. A interpretação dos fenômenos e a atribuição de significados são básicas no processo de pesquisa qualitativa. Não requer o uso de métodos e técnicas estatísticas (SILVA; MENEZES, 2001, p. 20).

Como se sabe, esta pesquisa foi realizada em um Instituto Federal, com alunos do Ensino Médio da Modalidade Integrado. Para a efetivação deste trabalho, foi assinado um termo de consentimento e livre esclarecimento pelo professor, responsável pelos discentes. A seleção dos sujeitos não foi condicionada a sexo, idade e/ou tempo de formação dos participantes, de modo que, para garantir a preservação da identidade, os nomes desses sujeitos não foram revelados.

Em relação às considerações éticas, é importante ressaltar que foi concedido o direito de desistência, em qualquer fase do trabalho, aos sujeitos envolvidos no projeto. Além disso, por se tratar de um estudo científico e acadêmico, foi dito aos participantes que os resultados obtidos seriam divulgados para a academia e suas ciências, através do depósito da dissertação na biblioteca da Universidade Católica de Pernambuco, em forma de artigos a serem publicados em revistas especializadas e trabalhos apresentados em seminários e congressos.

Com relação ao suporte teórico que sustenta esta dissertação, destaca-se a teoria da Análise do Discurso de linha francesa (AD), considerando a articulação da língua com a ideologia, com o social e o histórico, e a psicanálise. É importante frisar que, para a realização desta pesquisa, consideram-se relevantes a escolha do método de análise e do *corpus*

discursivo. Para isso, recorreu-se ao dispositivo teórico-analítico da Análise de Discurso, com ênfase na noção de recorte apresentada por Orlandi (2012, p. 29).

De acordo com Orlandi (idem), a ideia de recorte assemelha-se à de polissemia. A palavra recorte, para essa teórica, associa-se também à ideia de pedaço, não se tratando, portanto, de um segmento de estrutura organizada, linear e cronológica. Em outras palavras, os recortes discursivos revelam a incompletude da linguagem.

Acerca dos procedimentos metodológicos, leva-se em conta, nos recortes discursivos, a passagem da superfície linguística para o objeto discursivo, que, segundo Orlandi (2009, p. 77), a análise implica duas etapas no contato do analista com o objeto.

Na 1ª etapa, o analista, ao tomar contato com o texto, refuta a ilusão da transparência do pensamento, aquilo que foi dito só poderia sê-lo daquela maneira, o que corresponde ao esquecimento nº 2 (da instância da enunciação), descrito por Pêcheux (1993). Nessa etapa, há o trabalho com as paráfrases, sinônimas, relações do dizer e não-dizer. Como diz Orlandi (2008, 51), “Reconhecer a paráfrase [...] é o primeiro gesto de interpretação do analista”. Ele, por sua vez, começa a identificar as formações discursivas que estão dominando a prática discursiva em foco.

Na 2ª etapa, com base no material discursivo construído no primeiro momento, o analista busca relacionar as diferentes formações discursivas com a formação ideológica que conduz essas relações. É nessa fase que são constituídos os processos discursivos causadores dos efeitos de sentido derivados das formações discursivas, as quais representam no discurso as formações ideológicas.

Nas palavras de Orlandi (ibidem, p. 26), “O gesto do analista é determinado pelo dispositivo teórico enquanto o gesto do sujeito é determinado por um dispositivo ideológico. Sendo assim, nesse dispositivo de análise, a autora reflete o modo de proceder do analista, reportando-se ao funcionamento ideológico da língua, enfocando a materialidade linguística do sentido. Orlandi (ibidem, p. 53) acrescenta em relação ao texto que “o trabalho do analista não é interpretá-lo, mas interpretar os resultados de sua análise”.

2.2 Corpus Discursivo e Procedimentos de Análise

No que diz respeito aos procedimentos para a constituição do *corpus*, foram escolhidos dez artigos de opinião, produzidos pelos discentes no espaço escolar, nas aulas de

Língua Portuguesa. Convém ressaltar que o procedimento didático adotado pela professora no trabalho com a redação escolar ocorre em dois momentos.

No primeiro momento, antes da apresentação da proposta de redação aos alunos, intitulada “*Desenvolvimento e preservação ambiental: como conciliar os interesses em conflito?*”, verificou-se que foi desenvolvido um trabalho prévio de leitura na sala de aula pela professora, através da distribuição e discussão de diferentes textos relacionados com a temática do meio ambiente, com o evento Rio+20, que aconteceu na cidade do Rio de Janeiro em 2012. Em face dessa observação, importa salientar que os textos trabalhados, previamente, possibilitaram aos alunos o acesso ao arquivo.

No segundo momento, mostrou-se aos alunos a proposta de redação propriamente dita, conforme o título acima, solicitando-lhes a produção de um artigo de opinião. Nesse contexto imediato, percebe-se que foi realizado pela professora todo um percurso didático, a fim de propiciar ao aluno condições para que se produza a compreensão das leituras discutidas, atravessadas pela reflexão e pela crítica..

Cabe acrescentar que os artigos de opinião escritos pelos alunos, para efeitos de análise, não foram reescritos. O que motivou essa escolha foi pensar que, quando o aluno produz reescrituras, verifica-se que ele segue a orientação do professor, o qual se coloca na posição de corretor. Acredita-se que desse modo o discente busca reformular o dizer, aproximando-se mais da autoria exigida pela escola. Sendo assim, optou-se, nessa dissertação, por trabalhar os textos na primeira versão. Como são textos do tipo dissertativo-argumentativos, tendem a ser considerados pela ideologia da escola como objetivos, fazendo circular a ideia de sentido único, criando no sujeito que escreve a ilusão de ser o senhor do seu discurso, ao escolher ilusoriamente o que dizer.

De acordo com Lagazzi (1998, p. 59), a demarcação do corpus inicia-se com a própria análise. É importante ressaltar que este trabalho de pesquisa busca analisar a ocorrência de autoria em textos argumentativos, com base nos fundamentos da AD, considerando a situação de interlocução como um processo discursivo, atravessado por diversas posições do sujeito, permeado pela tensão entre o mesmo e o diferente, pelas relações de sentido, e não simplesmente como uma prática restrita ao campo estrutural, cognitivista. Com efeito, este trabalho pauta-se na concepção de texto tratado por Orlandi (ibidem, p. 70), quando diz que: “O discurso é uma dispersão de textos e o texto é uma dispersão de sujeitos”.

Com relação ao procedimento de análise, este trabalho está disposto em três seções. Na primeira seção, para facilitar o manuseio do leitor, será apresentada a proposta de redação, seguida de uma análise discursiva. Na segunda seção, mostrar-se-á o procedimento de análise,

constituído de etapas, em que serão apresentadas as questões, conforme abordadas nas considerações iniciais e no primeiro capítulo, a fim de entender melhor a natureza desta análise. Em seguida, serão apresentados os textos dos alunos, sem a revelação dos nomes. Na terceira seção, analisar-se-ão os recortes discursivos, extraídos das produções dos discentes, com base na teoria da AD francesa, de acordo com os estudos de autores já mencionados nas considerações iniciais.

Dessa forma, ao longo das análises, a partir dos recortes, buscar-se-á compreender como se dá o processo de autoria, levando em conta dois mecanismos fundamentais no funcionamento da linguagem: a paráfrase e a polissemia. Com destaque ainda para as marcas ou traços linguísticos (morfológico, sintático, semântico), as posições discursivas que os alunos ocupam na produção dos sentidos, se eles apenas repetem o já dito, ou se deslocam os sentidos, de forma a instaurar o novo, num movimento de ruptura. Vale lembrar que o aluno será visto, enquanto sujeito, tendo em vista a identificação desse sujeito no espaço da repetição dos dizeres inscritos na memória discursiva, enfatizando a questão da unidade e da dispersão dos sentidos na constituição dos textos.

CAPÍTULO 3: ANÁLISE DO *CORPUS* DISCURSIVO

O *corpus* aqui analisado é constituído de recortes discursivos, extraídos de artigos de opinião escritos por alunos do Ensino Médio da Modalidade Integrado, nas atividades de leitura e produção textual realizadas nas aulas de língua portuguesa no contexto da sala de aula. Salienta-se que não houve quaisquer alterações na apresentação desses recortes, uma vez que está em conformidade com a escrita dos discentes.

A escolha dos recortes como procedimento analítico não foi aleatória, já que, para Orlandi (2008, p. 38), desloca o analista da operação de “segmentação”, visto o recorte como espaço de interlocução, não linear. Nessa perspectiva, o texto é tomado em sua incompletude, atravessado pelo interdiscurso.

Quanto à temática discutida, nos recortes selecionados, segue uma única proposta de redação, formulada a partir da edição 2001 do Exame Nacional do Ensino Médio – Enem-, dialogando com o evento contemporâneo Rio+20. Convém ressaltar que o trabalho de análise desses recortes baseia-se na teoria da Análise do Discurso de matriz francesa, a AD. De acordo com Orlandi (2009, p. 66-67),

inicia-se o trabalho de análise pela configuração do corpus, delineando-se seus limites, fazendo recortes, na medida mesma em que se vai incidindo um primeiro trabalho de análise, retomando-se conceitos e noções, pois a análise de discurso tem um procedimento que demanda um ir-e-vir constante entre teoria, consulta ao corpus de análise. Esse procedimento dá-se ao longo de todo trabalho.

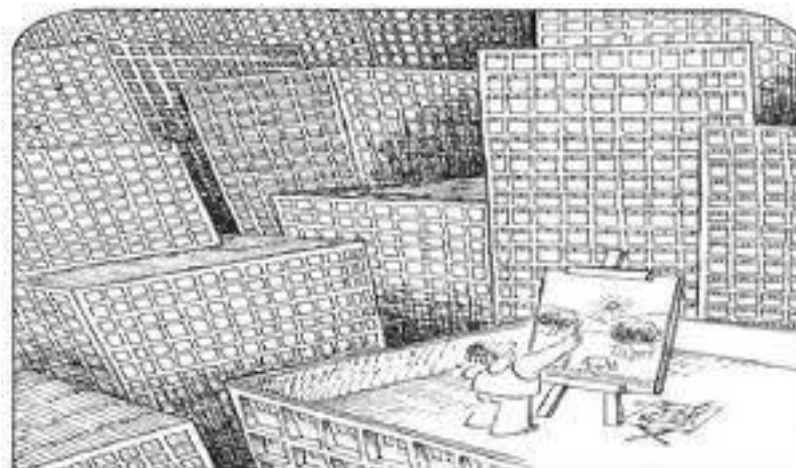
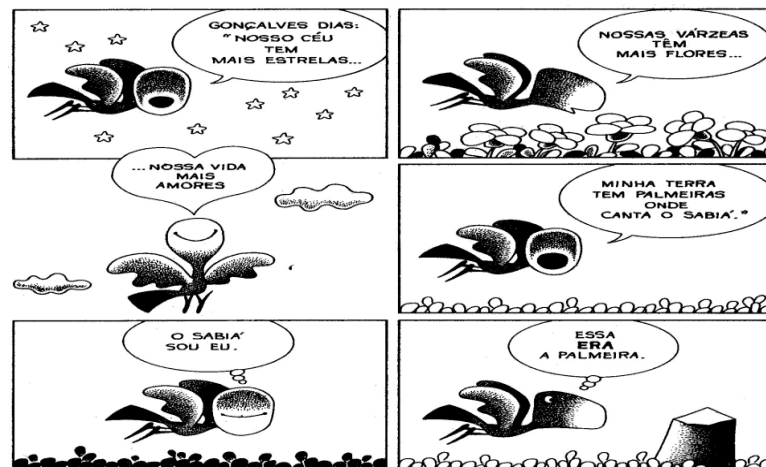
Para Dela-Silva (2004, p. 53), “A escolha do corpus não está totalmente dissociada de uma primeira interpretação dos dados, pois é apenas com base nos objetivos de análise que se torna possível a delimitação do material de análise”. Para tanto, é importante destacar a construção de um dispositivo que permita não só reconhecer esses processos, como também analisá-los.

Sabe-se que, no Instituto Federal em que se dá esta pesquisa, vigora o trabalho da escrita com base em modelos padronizados, para fins de elaboração de textos técnicos, como ofícios, memorandos, visando ainda a exames vestibulares. Nessa perspectiva, para ser considerado bem escrito, é preciso que o texto não apresente erros ortográficos, de concordância, de pontuação, de coesão, de coerência, de forma a garantir a legibilidade, constituindo assim o discurso escolar. Além disso, cabe ao aluno ficar atento às orientações

do professor quanto à apresentação do texto produzido, à posição do título, conforme o espaço indicado, ao uso da variedade linguística, atendendo à proposta de redação. Pois bem, essa prática pedagógica lembra uma das tipologias discursivas apresentadas por Orlandi (2009, p. 86), que é o discurso pedagógico, também considerado autoritário. Nele, sobressai a figura de um único agente, pois não há espaço para a reversibilidade. Em se tratando da escola, destaca-se como agente exclusivo o professor, aquele que dita o que é certo, que também está sujeito ao discurso pedagógico. Nesse quadro, como fica a questão da autoria? Formam-se escritores ou autores? Pensando nisso, dar-se-á o trabalho de análise dos recortes.

3.1 PROPOSTA DE REDAÇÃO

Leia com atenção as imagens abaixo:



Na edição 2001 do Enem (Exame Nacional do Ensino Médio), os candidatos tiveram que elaborar um texto com a temática **“Desenvolvimento e preservação ambiental: como conciliar os interesses em conflito?”**. Embora um pouco mais de uma década separe-nos daquele exame, a temática proposta continua a ser debatida, quer seja na sala de aula, quer seja através dos veículos de comunicação, quer seja, ainda, em eventos como **Rio+20**. Isso posto, sua tarefa será redigir um artigo de opinião acerca do tema acima destacado.

Essa proposta de redação foi a que os alunos fizeram, após o contato com o arquivo de textos sobre a temática do meio ambiente. Nela, observa-se que os sujeitos já se posicionam ideologicamente na tirinha e na charge. Na perspectiva discursiva, esses textos, essas imagens produzem efeitos de sentido e apontam para sentidos possíveis, possibilitando ao sujeito uma tomada de posição mediante a temática apresentada. Como diz Orlandi (2012, p. 171), “no próprio texto, em sua constituição, há gestos de interpretação que mostram a ou as posições do sujeito que o produziu”. Nessa proposta, vê-se a dicotomia entre natureza/preservação x progresso/desenvolvimento. Para melhor compreensão das análises dos recortes feitas a partir dela, o trabalho divide-se em dois momentos.

No primeiro momento, serão analisados os títulos das produções escritas dos alunos, considerando três funcionamentos diferentes em relação à proposta de redação: a) os que apenas repetem a dicotomia entre natureza/preservação x progresso/desenvolvimento, conforme a marca presente no título da proposta “como conciliar interesses em conflito?”, o que faz lembrar o movimento de retomada, a paráfrase; b) os que marcam uma relação outra, como a de “acréscimo”, em natureza e progresso, apontando para a polissemia, para um possível gesto de autoria; c) aqueles que saem desses termos “dados” na proposta, em que o aluno historiciza o dizer, ocupando a posição sujeito-autor. Como se vê, são três gestos interpretativos diferentes que marcam as posições dos alunos em relação à proposta de redação.

No segundo momento, observar-se-á a relação entre o título e o texto que o aluno produz de fato. Nesse caso, serão vistas algumas marcas que se repetem, como a dispersão do sujeito (1^a/3^a pessoas), os tais “erros gramaticais” que, imaginariamente, no discurso escolar, desqualificam os textos de imediato, a retomada/repetição de clichês sobre o meio ambiente x progresso, em que funciona um já-dito cristalizado. Seguindo esse percurso, serão enfocados ainda, nas análises, o jogo das formações imaginárias, a relação entre as formações discursivas presentes nos textos, o que se repete enquanto sentido e o que configura o

exercício de autoria, levando em conta o trabalho de Orlandi (2009, p. 54) acerca das três formas distintas de repetição: empírica, formal e histórica.

Texto 1

Industrialização x meio ambiente

É de conhecimento geral que o meio ambiente está passando por várias modificações, muitas vezes causadas pelo ser humano, mas não deixam de afetá-lo. Entre as modificações, podemos citar a poluição dos rios, o desmatamento das florestas e a escassez dos recursos naturais.

Não é difícil de se encontrar, enormes quantidades de lixo, em muitos casos, industrial jogado nos rios. Algumas empresas pensam apenas no lucro que conseguirão e não se preocupam com o mal que fazem as espécies marinhas, as pessoas que utilizam a água dos rios etc.

Por outro lado, imagens recentes de satélites mostram que áreas habitadas por florestas estão ficando cada vez menores, devido ao desmatamento das mesmas, constantemente, para adquirir madeira, para o desenvolvimento urbano das cidades, entre outras utilidades.

Além disso, muitos minerais são extraídos incessantemente da natureza sem o controle necessário, fazendo com que a quantidade disponível para uso seja reduzida e ainda mais lixo seja produzido.

Com base nos argumentos apresentados, tornou-se possível observar as transformações que a natureza vem sofrendo. Por isso, é preciso que as indústrias, principalmente, percebam a importância de pensar no meio ambiente, não apenas no dinheiro.

Recorte discursivo 1

Industrialização x meio ambiente

É de conhecimento geral que o meio ambiente está passando por várias modificações, muitas vezes causadas pelo ser humano, mas não deixam de afetá-lo. Entre as modificações, podemos citar a poluição

dos rios, o desmatamento das florestas e a escassez dos recursos naturais.

No recorte 1, pela análise do título, nota-se, no primeiro gesto interpretativo do sujeito, uma relação de oposição entre industrialização x meio ambiente, identificada pelo uso da marca “x”, entendida na rede das significações como oposição entre as partes (PACÍFICO, 2012, p. 94). Essa marca está presente tanto nesse recorte como na proposta de redação. No entanto, o título do texto do aluno já sugere ao leitor uma nova possibilidade de leitura, porque não é o mesmo da proposta, em cujas tirinhas, imagens, observa-se a oposição entre urbanização x natureza.

A palavra “industrialização” não produz o mesmo efeito de sentido de “desenvolvimento”, que aparece no enunciado da atividade de redação, uma vez que está relacionado ao progresso, enquanto aquela está associada à contaminação dos rios, através do lixo acumulado, como se vê no segundo recorte, a partir deste fragmento discursivo: “*Não é difícil de se encontrar, enormes quantidades de lixo, em muitos casos, industrial jogado nos rios*”. Como se sabe, na AD, os sentidos não são concebidos como algo fixo, nem tampouco pode ser qualquer um (ORLANDI, 2007, p. 27).

Considerando o título como parte da organização do texto, podendo funcionar discursivamente como marca de autoria, pode-se dizer que o aluno, nesse movimento interpretativo, assume a posição-autor, na produção do título, pois seu dizer aponta para a polissemia.

No que diz respeito à relação entre o título e o texto que o aluno produz, observa-se também no recorte 1 que o sujeito começa a falar na 3ª pessoa do singular, e depois muda de posição, passando a falar na 1ª pessoa do plural, inserindo-se no discurso, conforme se vê nestes enunciados: “*É de conhecimento geral que o meio ambiente está passando por várias modificações [...] podemos citar a poluição dos rios, o desmatamento das florestas e a escassez dos recursos naturais*”. Isso implica na dispersão do sujeito, ou seja, essa mudança de posição acarreta também uma mudança de efeito de sentido do discurso, dado que, segundo Pacífico (2012, p. 64), quando o sujeito usa a 1ª pessoa do discurso, cria-se uma proximidade com o objeto discursivo. Nessa abordagem, a dispersão impede que a autoria se instale nesse recorte discursivo.

Recorte discursivo 2

Algumas empresas pensam apenas no lucro que conseguirão e não se preocupam com o mal que fazem as espécies marinhas, as pessoas que utilizam a água dos rios etc.

No recorte 2, por exemplo, nota-se a estratégia discursiva do sujeito para melhor trabalhar a sua tese. Em posições ideológicas distintas, o sujeito através desses enunciados: *“Não é difícil de se encontrar, enormes quantidades de lixo, em muitos casos, industrial jogado nos rios. Algumas empresas pensam apenas no lucro que conseguirão”*, apresenta os pontos de vistas acerca do objeto discursivo, enfatizando ainda o confronto entre duas posições ideológicas, uma que denuncia a poluição do meio ambiente, resultante do descaso industrial, a outra que mostra o interesse de empresas pelos bens naturais em função do lucro. No entanto, infere-se pelo uso das marcas linguísticas *“algumas”* e *“pensam”* que não são todas as empresas que se apropriam dos bens naturais para o fim comercial. Pode-se ver, nesse recorte, que o texto é atravessado por posições do sujeito, as quais correspondem a diferentes formações discursivas. Isso porque, como diz Orlandi (2012, p. 71), *“A constituição do texto, do ponto de vista da ideologia, não é homogênea”*.

Recorte discursivo 3:

Com base nos argumentos apresentados, tornou-se possível observar as transformações que a natureza vem sofrendo. Por isso, é preciso que as indústrias, principalmente, percebam a importância de pensar no meio ambiente, não apenas no dinheiro.

Considerando que todo discurso é parte de um processo discursivo mais amplo que se recorta, observa-se, no recorte 3, que o sujeito sustenta o seu dizer em formulações já feitas, conforme se vê neste enunciado: *“Com base nos argumentos apresentados, tornou-se possível observar as transformações que a natureza vem sofrendo”*. Tal movimento produz a retomada do já dito.

Outrossim, verifica-se, nesse recorte discursivo, que o aluno relaciona o seu dizer ao que foi posto no recorte 2, fundamentando o seu ponto de vista acerca do tema tratado. Esse movimento permite a identificação de duas formações discursivas que se opõem

ideologicamente. O uso do verbo “*pensar*” reforça esse confronto, uma vez que não tem o mesmo efeito de sentido no recorte anterior. Na verdade, “as formações discursivas não são fechadas em si mesmas, estando sempre sujeitas à reconfiguração das redes de filiação dos sentidos” (MARIANI, 2003, p. 110). Dito isso, o efeito de sentido do verbo em foco é diferente em relação ao recorte anterior porque a posição-sujeito é outra, falando de um lugar social diferente.

Assim, dando prosseguimento à análise, como postula a AD no trabalho com a linguagem, constitutiva do sujeito, o sentido das palavras pode vir a ser outro, já que não é concebido como uma estrutura fixa, de sentido único. Em relação à autoria, não se trata aqui do sujeito autor de que fala Foucault (2012), quando o define como agrupamento de discurso, como fundador de discursividade, restrito a um grupo de escritores legitimados, a exemplo de Freud, Marx, mas de um sujeito, cuja posição-autor é construída pela interpretação, conforme diz Orlandi (2007, p. 70), “O sujeito só se faz autor se o que ele produz for interpretável”.

Verifica-se, pela análise dos recortes, que o sujeito produz gestos de interpretação, sendo responsável pelo sentido que diz, como afirma Lagazzi (2007, p. 97), “ele é responsável por uma formulação que faz sentido”. Em todo texto, o aluno trabalha a oposição entre “industrialização e meio ambiente”, não repetindo exatamente o mesmo dizer da proposta de redação, marcada pela oposição entre “urbanização e natureza”.

Pode-se dizer, então, que há autoria nesses recortes, indiciada a partir da análise do título. Outro ponto importante que assinala a ocorrência de autoria nesses recortes está relacionado ao modo como o sujeito formula o dizer, colocando-se, imaginariamente, em sua origem. Observa-se que há unidade textual, na maior parte do texto, coerência entre as suas partes constitutivas, não havendo contradição, condições necessárias para a função-autor, conforme Orlandi (2008, p. 65), pois o sujeito começa o texto mostrando as modificações pelas quais o meio ambiente vem passando, sem romper com a sequência discursiva.

Pela análise dos recortes, percebe-se que há um encadeamento entre as partes constitutivas do texto. O sujeito constrói a partir do já-lá (interdiscurso) um intradiscurso e historiciza o fio do discurso que está tecendo.

Texto 2

Desenvolvimento x Preservação

Sabemos que o desejo de todas as empresas são crescer mais e mais. Só que esse crescimento, nem sempre é favorável ao meio ambiente.

Quando pensamos em “desenvolvimento” as primeiras coisas que vem em nossas cabeças são edifícios e novas tecnologias. Por que?

Porque o desenvolvimento, desde a antiguidade, “meio que” nunca esteve associado ao meio ambiente. As únicas coisas que os ligavam e liga, até hoje, é a raiva de quem defende o meio ambiente como de quem não compreende este pensamento.

A “beleza” do desenvolvimento, por ser prático, útil e fácil, fez com que muitas pessoas não pensem nas consequências que o mesmo causa. Como:

O desmatamento: várias árvores, plantas, etc., entram em extinção, constantemente, por causa de novas construções. E com isso as florestas diminuem cada vez mais;

Poluição na água: muitas vezes por não ter onde jogar seus lixos, empresas acabam os jogando no esgoto, o que acaba causando intupimentos, e também jogam em mares e rios.

Esses são apenas dois exemplos de muitos que existem.

O desenvolvimento é bom. Mas é necessário lembrar que é possível crescer, preservando o meio ambiente. Só basta cada um, primeiramente, ter consciência do que está fazendo que vai ver que é possível sim conciliar o desenvolvimento com a preservação!

Recorte discursivo 1

“Desenvolvimento x Preservação”

Sabemos que o desejo de todas as empresas são crescer mais e mais.

Só que esse crescimento, nem sempre é favorável ao meio ambiente.

Quando pensamos em “desenvolvimento” as primeiras coisas que vem em nossas cabeças são edifícios e novas tecnologias. Por que?

Observa-se, no recorte 1, que o título “*Desenvolvimento x Preservação*” apenas repete o dizer dado na proposta de redação, retomando esses dois campos do saber. Percebe-se ainda, nesse título, o uso da marca “x”, cujo efeito de sentido é de oposição entre as partes (PACÍFICO (2012, p. 94). Nesse movimento do sujeito, nota-se o jogo das formações

imaginárias, ou seja, a imagem que o aluno faz do que se espera do seu texto. Pode-se dizer que, nesse primeiro gesto de interpretação, o sujeito reproduz o já-dito na proposta de redação, parafraseando-o, não acrescentando um novo sentido ao seu dizer, como mostra esse enunciado: “*Quando pensamos em “desenvolvimento” as primeiras coisas que vem em nossas cabeças são **edifícios** e novas tecnologias*”. A palavra “edifícios” está na proposta. Neste caso, ocorre o processo parafrástico, correspondente ao esquecimento nº 2 mencionado por Pêcheux (2010, p. 176).

Para a AD, o texto é concebido como um efeito imaginário, simbólico, sendo o título uma marca que faz parte da sua organização, que visa antecipar ao leitor aquilo que será discutido em todo texto. Isso faz lembrar as “formações imaginárias que presidem todo discurso: a imagem que o sujeito faz dele mesmo, a imagem que ele faz de seu interlocutor, a imagem que ele faz do objeto do discurso” (ORLANDI, 2010, p. 15).

No recorte 1, observa-se ainda no título, visto também como marca de organização do texto, o uso da marca X, entendida na rede das significações como oposição entre as partes. Com isso, o sujeito desse recorte valida a ideia de que desenvolvimento e preservação são coisas distintas, opostas. Logo, representam duas posições discursivas em confronto.

Quanto ao funcionamento discursivo, considerando a relação do título com o texto, nota-se no início do texto que o sujeito utiliza um discurso pautado na ideia do lucro pelo âmbito empresarial, como se vê neste fragmento discursivo: “*Sabemos que o desejo de todas as empresas são crescer mais e mais*”. Essa posição ideológica reflete um dizer que se inscreve numa formação discursiva capitalista, representada por sujeitos empresários em busca do enriquecimento. Em oposição a essa ideologia, surge o discurso dos ambientalistas, ancorado na preservação da natureza, como mostra o recorte 2.

Com efeito, pela análise do título e de todo recorte 1, o sujeito não ocupa a função-autor, pois apenas repete o dizer, o que lembra a repetição formal trabalhada por Orlandi (2009, p. 54).

Recorte discursivo 2

Porque o desenvolvimento, desde a antiguidade, “meio que” nunca esteve associado ao meio ambiente. As únicas coisas que os ligavam e liga, até hoje, é a raiva de quem defende o meio ambiente com a de quem não compreende este pensamento”.

Neste fragmento discursivo “*a raiva de quem defende o meio ambiente com a de quem não compreende este pensamento*”, percebe-se aqui que o sujeito fala de outro lugar, que não é o mesmo dos empresários que só pensam em lucro. Observa-se no dizer do sujeito que escreve esses recortes algumas marcas, expressões (“*todas*”, “*mais e mais*”, “*meio que nunca*”) representativas de um discurso estereotipado, do senso comum, ancorado na repetição formal, em que não se vê a produção do novo, a ruptura de sentidos, que apontem para a polissemia. Pela análise desses recortes, nota-se que o sujeito mantém-se na paráfrase, não se mostra pela ruptura, pela transgressão, para que a autoria se instale. “O sujeito só se faz autor se o que ele produz for interpretável. Ele inscreve sua formulação no interdiscurso, ele historiciza seu dizer”. (ORLANDI, 2007, p. 70).

Texto 3

Desenvolvimento x Preservação

O meio ambiente, desenvolvimento e preservação, São assuntos que parecem não entrar em harmonia.

Essa questão já vem sido debatida à muito tempo, porém, poucos conseguem conciliar preservação e desenvolvimento.

Basta ter consciência, tem que haver um pouco de bom senso por parte das pessoas e das indústrias, muitos não optam pela preservação pois elas tem que aumentar o investimento em combustíveis não poluentes e isso às vezes gera tempo e gastos, então, pelo próprio espírito de individualismo e concorrência, as pessoas acabam escolhendo a maneira mais lucrativa.

Acredito que em pouco tempo as pessoas irão acordar e compreender que individualmente nada vai mudar.

Recorte discursivo 1

O meio ambiente, desenvolvimento e preservação, São assuntos que parecem não entrar em harmonia.

Essa questão já vem sido debatida à muito tempo, porém, poucos conseguem conciliar preservação e desenvolvimento.

Sabe-se que, na AD, os sentidos não vêm colados às palavras, às ideias, ou seja, não são transparentes. Eles são construídos em cada gesto de leitura, de interpretação. Em consonância com o momento sócio-histórico, podem vir a ser outros, como diz Pêcheux (2008, p. 53), “todo enunciado é intrinsecamente suscetível de tornar-se outro, diferente de si mesmo, se deslocar discursivamente de seu sentido para derivar para um outro”. Com isso, o sujeito, ao produzir um texto, deve-se posicionar-se, ao mesmo tempo como autor e leitor do seu texto, considerando ainda a possibilidade de outros leitores.

Com relação ao recorte 1, pode-se ver, no título, o uso da marca linguística X, já identificada nas análises anteriores, cujo efeito de sentido produzido cria a ideia de oposição entre as partes. Neste caso, assinala o confronto ideológico entre duas formações discursivas, uma representada pelo desenvolvimento, aliado ao progresso econômico, a outra relacionada à questão da preservação do meio ambiente.

Considerando que, na Análise do Discurso, as posições dos sujeitos resultam de sua inscrição em diferentes formações discursivas, e os sentidos constituem-se por redes de memória, percebe-se nesse recorte que o sujeito reproduz o já dito no título, sem questioná-lo, sem argumentar a favor deste ou daquele sentido, conforme se vê nestes enunciados: [...] *São assuntos que parecem **não entrar em harmonia**. [...] poucos conseguem **conciliar preservação e desenvolvimento**.*

Nota-se que o sujeito faz uso, nos dois casos, de relações sinonímicas, da repetição formal, para construir o efeito de sentido de contradição, de confronto, a fim de dizer diferente a mesma coisa, permanecendo no esquecimento nº 2, da ordem da enunciação, conforme atesta Pêcheux. Neste recorte, a partir da análise do título, o sujeito não ocupa a posição de autor, uma vez que o seu discurso não acrescenta o novo, apenas repete o já-dito, o que lembra o movimento parafrástico.

Recorte discursivo 2

Basta ter consciência, tem que haver um pouco de bom senso por parte das pessoas e das indústrias, muitos não optam pela preservação pois elas tem que aumentar o investimento em combustíveis não poluentes e isso às vezes gera tempo e gastos, então, pelo próprio espírito de individualismo e concorrência, as pessoas acabam escolhendo a maneira mais lucrativa.

Acredito que em pouco tempo as pessoas irão acordar e compreender que individualmente nada vai mudar.

Para Orlandi (2012, p. 74), “O sujeito se constitui como autor ao constituir o texto. O autor é o lugar em que se constrói a unidade do sujeito”. A partir dessa compreensão, chama atenção o recorte 2 para a dispersão do sujeito, ora se identificando com a formação discursiva capitalista, cuja ideologia baseia-se no lucro, no individualismo, ora se opondo a ela, quando diz “*Acredito que em pouco tempo as pessoas irão acordar e compreender que individualmente nada vai mudar*”.

Como se pode notar, no enunciado destacado, o sujeito assume um ponto de vista sobre o tema, inserindo-se no discurso, ao usar a 1ª pessoa gramatical indicada pela marca verbal “*Acredito*”, apesar de não explorá-lo, como sugere o título. Verifica-se ainda que o sujeito começa o discurso usando a 3ª pessoa gramatical, em seguida, muda de posição, usando a 1ª pessoa. Isso configura também a mudança no efeito de sentido, em virtude da mudança de posição do sujeito, o qual passa a falar de outro lugar com referência ao objeto discursivo. Essa dispersão impede a instauração da autoria.

Percebe-se, nesse mesmo recorte, a dificuldade de o sujeito migrar de uma formação discursiva para outra, já que não usa marcas linguísticas que indiquem ao leitor tal mudança. Por exemplo, ao dizer “... pois *elas* tem que aumentar o investimento em combustíveis não poluentes e isso às vezes gera tempo e gastos”. A quem o pronome em destaque se refere? Às pessoas, às indústrias? Há, na verdade, um rompimento com a unidade textual no intradiscurso, entendido, por Orlandi (2008, p. 11), numa dimensão horizontal, o da linearização do dizer.

Considerando que, para ser autor, é preciso que o sujeito se responsabilize pelo dizer, inscrevendo sua formulação no interdiscurso, acrescentando o novo, convém ressaltar que o sujeito, nos dois recortes, não consegue organizar o dizer, questionar, argumentar o tema proposto, textualizá-lo, ou seja, dar um acabamento ao texto, apesar de ter essa ilusão. Fica apenas no nível da paráfrase, uma vez que não historiciza o dizer, não desloca sentidos. Com efeito, “a autoria está no limiar da repetição formal e histórica”. (PFEIFFER, 1995, p. 110).

São vistos, ainda, nos recortes 1 e 2 problemas de ortografia, pontuação, em especial, quanto ao uso da vírgula, como se vê nestas passagens discursivas: “*Basta ter **consiência***” e “*O meio ambiente, desenvolvimento e preservação, São assuntos...*” Como diz Orlandi (2012, p. 105),

[...] do autor se exige: coerência; respeito aos padrões estabelecidos, tanto quanto à forma do discurso como às formas gramaticais; explicitação; clareza; conhecimento das regras textuais; originalidade; relevância e, entre várias coisas, ‘unidade’, ‘não contradição’, ‘progressão’ e ‘duração’ do seu discurso.

Texto 4

Preservação e Progresso

Normalmente vistos como opostos, cada qual com defensores radicais e fervorosos de suas causas, se faz mais do que necessário nos dias atuais a criação de uma aliança entre a preservação da natureza e o progresso do homem. O desenvolvimento humano acelerou imensamente desde as revoluções industriais, porém isso não aconteceu sem que um preço fosse cobrada Metrôpoles importantes construídas às custas de incontáveis árvores, belíssimos casacos de pele jogados nos ombros de alguma dama da sociedade. A natureza somente por não ter a capacidade de estar presente em grandiosas reuniões internacionais organizadas para decidir o futuro dela própria, merece ficar a mercê das decisões humanas? Decisões estas; aliás, que geralmente levam em conta somente seus próprios interesses.

Está no momento dos líderes das nações tomarem decisões realmente efetivas sobre o assunto, lidar como desaparecimento da biodiversidade não como um problema futuro, mas como um atual, que bate insistentemente na nossa porta e não íra embora caso na façamos nada, caso apenas o ignoremos.

Leis ambientais mais rígidas, aumento das áreas de preservação, conscientização ecológica nas escolas, criação de um maior número de áreas verdes nas cidades. Tudo isso é essencial para que paremos uma destruição que nós mesmos começamos.

Recorte discursivo 1

Preservação e Progresso

Normalmente vistos como opostos, cada qual com defensores radicais e fervorosos de suas causas, se faz mais do que necessário nos dias atuais a criação de uma aliança entre a preservação da natureza e o progresso do homem. O desenvolvimento humano acelerou

imensamente desde as revoluções industriais, porém isso não aconteceu sem que um preço fosse cobrada Metrôpoles importantes construídas às custas de incontáveis árvores, belíssimos casacos de pele jogados nos ombros de alguma dama da sociedade. A natureza somente por não ter a capacidade de estar presente em grandiosas reuniões internacionais organizadas para decidir o futuro dela própria, merece ficar a mercê das decisões humanas? Decisões estas; aliás, que geralmente levam em conta somente seus próprios interesses.

Considerando o título “Preservação e progresso” o primeiro ponto dessa análise, e os sentidos que nele circulam, determinados pelas posições ideológicas às quais se filiam os sujeitos, uma voltada para a conservação do meio natural, a outra aliada à ideia de progresso. Importa lembrar que esta palavra “preservação” está presente na proposta de redação. No entanto, observa-se que o título do texto do aluno não revela uma relação dicotômica, como acontece na proposta de redação. A marca “e” presente no título desse recorte não é entendida como efeito de oposição, pois marca uma relação outra, a de acréscimo. Esse movimento do sujeito caminha para a polissemia, em que se nota um gesto de autoria, uma vez que esse sujeito interpreta.

Nota-se, no recorte 1, que o sujeito se posiciona, inicialmente, a favor do equilíbrio entre a preservação e o desenvolvimento humano. Em seguida, muda de posição, quando diz “*Metrôpoles importantes construídas às custas de incontáveis árvores, belíssimos casacos de pele jogados nos ombros de alguma dama da sociedade*”, mostrando os efeitos de destruição causados por esse desenvolvimento. Essa região de sentidos que tenta denunciar está interdita pelo individualismo humano, como mostra o recorte 2.

Recorte discursivo 2

Está no momento dos líderes das nações tomarem decisões realmente efetivas sobre o assunto, lidar como desaparecimento da biodiversidade não como um problema futuro, mas como um atual, que bate insistentemente na nossa porta e não irá embora caso na façamos nada, caso apenas o ignoremos.

Na tentativa de explicar o porquê dessa situação, ao questionar o fato de a natureza não ser respeitada pela sociedade, o sujeito apresenta o embate entre duas formações discursivas, a “FD ambiental”, enunciada a partir de um lugar ideológico que valoriza os bens naturais, e a “FD individualista”, representada pelas reuniões internacionais, por um grupo social, de onde se enuncia um discurso pautado pelos desejos pessoais e particulares, como se vê nessa passagem discursiva: *“A natureza somente por não ter a capacidade de estar presente em grandiosas reuniões internacionais organizadas para decidir o futuro dela própria, merece ficar a mercê das decisões humanas? Decisões estas; aliás, que geralmente levam em conta somente seus próprios interesses”*.

Conforme o enunciado apresentado, verifica-se que o sujeito utiliza uma estratégia discursiva para fundamentar sua tese acerca do objeto discursivo tratado. Observa-se ainda, no dizer do sujeito, um discurso de exclusão, quando se refere à “natureza” como objeto, ao lado do interesse humano. Há nesse movimento do sujeito a ilusão de que os sentidos estão colados às palavras, de forma transparente, a ilusão ou esquecimento 2 de Pêcheux.

Recorte discursivo 3

Leis ambientais mais rígidas, aumento das áreas de preservação, conscientização ecológica nas escolas, criação de um maior número de áreas verdes nas cidades. Tudo isso é essencial para que paremos uma destruição que nós mesmos começamos.

No recorte 3, o que se pode dizer do discurso do sujeito? Em que FD se inscreve? Mais uma vez nota-se que o sujeito, capturado pela ideologia, fala do lugar daqueles que se preocupam com a preservação do meio ambiente, cujo discurso está repleto de medidas socioeducativas para o combate à exploração da natureza pelo homem. Logo esse sujeito identifica-se com a FD ambiental, ecológica. No entanto, esse discurso natural só existe porque existe um conflito entre os que defendem o meio ambiente e os que são a favor do progresso urbano, do desenvolvimento industrial. A esse confronto de forças em uma dada situação discursiva, a AD chama de Formação Ideológica.

Assim, compreende-se que uma FI comporta mais de uma posição capaz de se confrontar uma com a outra. Por outro lado, numa FI, as forças não precisam estar, necessariamente, em confronto, em lados opostos, uma vez que podem ser também vistas numa relação de aliança, conforme a proposta inicial no recorte 1, quando o sujeito sugere a

criação de uma aliança entre a preservação da natureza e o progresso humano. Outro aspecto observado no recorte 3 diz respeito à dimensão intradiscursiva, ou seja, percebe-se nele a ausência de uma marca que indique o efeito de conclusão, como acontece geralmente com o uso de “portanto”, o qual constrói um sentido de retomada em relação ao que foi discutido.

Considerando que o artigo de opinião é um texto argumentativo, que exige do sujeito um posicionamento acerca do objeto discursivo, e também uma conexão entre os discursos produzidos, o que implica a unidade textual, observa-se que houve essa relação. Há marcas de um dizer estereotipado sobre a preservação do meio ambiente, como se observa nesse enunciado: *“lidar como desaparecimento da biodiversidade não como um problema futuro, mas como um atual, que bate insistentemente na nossa porta e não irá embora caso na façamos nada, caso apenas o ignoremos.*

Cabe ressaltar que, para ser autor, é preciso inscrever o dizer no repetível histórico (interdiscurso), supondo a interpretação. (ORLANDI, 2007, p. 70). O que só repete, não o faz. Desta forma, entende-se que a autoria ocorre, nesses recortes, considerando o título presente no recorte 1, em que se vê que o aluno interpreta, e não só repete o dizer. Na verdade, a relação de oposição enunciada na proposta se mantém em todo texto, menos no título.

Texto 5

Preservação ambiental: Evolução ou retardo do progresso?

A questão ambiental é sempre debatida, pois sempre está relacionada ao progresso. Como em pleno século XXI, pensamos em desenvolvimento sem falar de preservação ambiental?, já que os dois estão ligados.

Se olharmos, a retrospectiva da preservação ambiental e do desenvolvimento do homem ao longo dos anos, revermos que causamos impactos e isto afetou, afeta e afetará a vida do homem. Contudo o homem está em constante evolução, então é natural um constante desenvolvimento. Porém, temos o contra peso a preservação ambiental, que se não há observamos será um problema a longo prazo, e talvez esse seja um dos grandes problemas desse conflito.

Em um mundo capitalista onde o dinheiro domine isso é um problema, pois eles pensam a curto prazo. Uma das formas de resolver isso seria a criação de mais empresas ambientais, aumenta a “onda verde”, criar projetos para desenvolvimento sem esquecer de

olhar para o meio ambiente e eles sim se tornarem mais baratos para competir com os não sustentáveis, uma política de ambientalismo para população.

Portanto há uma forma de ter o desenvolvimento sem agredir o meio ambiente, assim os dois estão juntos e não em conflito. Basta apenas a população querer, a criação de políticas públicas e privadas e a conscientização da sociedade a favor da sustentabilidade aliada ao desenvolvimento.

Recorte discursivo 1

Preservação ambiental: Evolução ou retardo do progresso?

A questão ambiental é sempre debatida, pois sempre está relacionada ao progresso. Como em pleno século XXI, pensamos em desenvolvimento sem falar de preservação ambiental?, já que os dois estão ligados.

Se olharmos, a retrospectiva da preservação ambiental e do desenvolvimento do homem ao longo dos anos, revermos que causamos impactos e isto afetou, afeta e afetará a vida do homem. Contudo o homem está em constante evolução, então é natural um constante desenvolvimento. Porém, temos o contra peso a preservação ambiental, que se não há observamos será um problema a longo prazo, e talvez esse seja um dos grandes problemas desse conflito.

A Análise do Discurso francesa trabalha com as marcas linguísticas, enquanto propriedades discursivas, conforme postula Orlandi (2012, p. 34), funcionando como pistas indiciárias de um determinado modo de funcionamento do discurso. Essas marcas, entendidas pela sua relação com a ideologia e derivadas das condições de produção, caracterizam as formações discursivas.

No recorte 1, observa-se que o sujeito movimenta-se e este movimento é visto linguisticamente pelo uso de certas marcas, que mostram a construção de uma posição discursiva e também o modo de organização do discurso, como se vê nestes enunciados: “[...] é *sempre* debatida, *pois sempre* está relacionada ao progresso”. “*Como em pleno*

século XXI”. “*Se olharmos [...] e do desenvolvimento do homem ao longo dos anos*”. “*Contudo o homem está em constante evolução, então é natural[...]*”.

Percebe-se, no recorte acima, a inserção do sujeito numa FD sustentada pela ideologia de um desenvolvimento sustentável, aliado ao progresso. O discurso ecológico, no primeiro momento, é pensado pelo viés do progresso, do desenvolvimento. No entanto, pela força da ideologia que está sempre circulando, o sujeito consegue instigar o leitor a discutir o tema proposto, levando-o à reflexão, como se vê nessa formulação discursiva: *Como em pleno século XXI, pensamos em desenvolvimento sem falar de preservação ambiental?*

Chama atenção, nesse dizer, o uso da conjunção “*Como*”, a qual já indicia um determinado modo de funcionamento discursivo, em que a questão a ser respondida não é o “o quê” mas o “como”. Trata-se de uma das estratégias argumentativas do sujeito, abrindo espaço para a produção de novos sentidos. Pode-se ver, nessa formulação, em sua materialidade linguística, uma das características inerentes a um texto argumentativo, quando o sujeito questiona, discute o problema em foco.

Para sustentar a argumentação, o sujeito precisa ter seu arquivo bem constituído, para melhor trabalhar seu ponto de vista acerca do objeto discursivo. Dando seguimento à análise do recorte 1, observa-se que, apesar de o sujeito apresentar seu ponto de vista sobre o assunto já expresso no título, e questionado, posteriormente, em forma de pergunta retórica, não mostra ter arquivo suficiente para desenvolvê-lo, ou seja, leitura bem constituída para se tornar autor. Segundo Pacífico (2012, p. 54):

[...] para argumentar o sujeito precisa ter um ponto de vista formado e certo conhecimento sobre o objeto discursivo, como é que o mesmo sujeito pode construir ‘seu’ ponto de vista sobre um objeto se ele não tem acesso ao arquivo, se a escola [...] não lhe dá meios para realizar pesquisas para investigar os discursos acordes ou discordes sobre determinado tema?

Observam-se, nesse recorte, rupturas do sentido na organização do texto, pois as formações discursivas se cruzam de forma desordenada, de modo que não se consegue identificar que posição discursiva o sujeito coloca em pauta, se é a questão da preservação ambiental ou se é o desenvolvimento como responsável pelos malefícios da natureza. Não há uma coerência no fio do discurso, também chamado de intradiscurso.

Para Orlandi (2007), a coerência, a não-contradição são fatores importantes para a constituição da autoria. Na verdade, em virtude da mudança de posições-sujeito, o que acarreta a dispersão, e também da falta de unidade textual, vista não só por meio de marcas linguísticas (conjunções, verbos), mas também através da pontuação, a autoria não se instala.

Recorte discursivo 2

Em um mundo capitalista onde o dinheiro domine isso é um problema, pois eles pensam a curto prazo. Uma das formas de resolver isso seria a criação de mais empresas ambientais, aumenta a “onda verde”, criar projetos para desenvolvimento sem esquecer de olhar para o meio ambiente e eles sim se tornarem mais baratos para competir com os não sustentáveis, uma política de ambientalismo para população.

No recorte 2, o sujeito começa a falar sobre um mundo capitalista, representado pela ideologia do lucro. No entanto, como interpretar o uso dos pronomes “*isso*” e “*eles*” nos enunciados “*Em um mundo capitalista onde o dinheiro domine **isso***” e “*pois **eles** pensam a curto prazo*”. Nota-se que o sujeito não consegue amarrar os sentidos, deixando-os dispersos e à deriva. Percebe-se ainda, nesse recorte, no movimento do sujeito, a repetição de sentidos, que é outro modo de dizer o mesmo, como se vê nesta sequência discursiva: “[...] *a criação de mais empresas ambientais, aumenta a “onda verde”*”. Este mesmo dizer é retomado no recorte 3: “[...] *a criação de políticas públicas e privadas e a conscientização da sociedade a favor da **sustentabilidade** [...]*”. Essas palavras produzem o efeito de sentido de um mundo sustentável, próprio do discurso dos ecologistas.

Nos enunciados destacados acima, observa-se que o sujeito apenas fez uso de relações sinonímicas, da repetição formal, da paráfrase, como pode ser percebido em “onda verde” e “sustentabilidade”, o que faz lembrar o esquecimento nº 2 postulado por Pêcheux, em o sujeito tem a ilusão do controle dos sentidos.

Recorte discursivo 3

Portanto há uma forma de ter o desenvolvimento sem agredir o meio ambiente, assim os dois estão juntos e não em conflito. Basta apenas a população querer, a criação de políticas públicas e privadas e a conscientização da sociedade a favor da sustentabilidade aliada ao desenvolvimento.

O que chama atenção, no recorte 3, é a tentativa de o sujeito em criar um efeito de sentido de conclusão, a partir do uso da marca “*portanto*”, a qual funciona, do ponto de vista

linguístico, como conjunção conclusiva. Pode-se dizer ainda que o sujeito busca falar do objeto discursivo a partir de uma formação discursiva com a qual se identifica, que é a ilusão de igualdade entre desenvolvimento e sustentabilidade, a qual parece ser o sentido dominante. O sujeito não consegue responder, discursivamente, ao que foi interrogado no título.

Apesar de o sujeito aluno abrir espaço para a constituição de novos dizeres, no recorte 1, observa-se que não há um encadeamento lógico entre as partes constitutivas dos recortes analisados, o que se espera ver em um artigo de opinião, próprio de um texto dissertativo-argumentativo. Como diz Orlandi (2008, p. 114): [...] do ponto de vista discursivo, não há ponto final como não há um começo absoluto. Mas na instância do imaginário, em que o sujeito toma forma na história e funciona pela ideologia, ele se realiza em sua função-autor que começa e termina seu texto.

Diferentemente do que fala Foucault, quando defende o autor como instaurador de discursividade, o autor aqui apresentado é entendido como posição discursiva do sujeito, como um lugar de interpretação no meio dos outros. Todavia, pelas análises desses recortes, não foi possível verificar a função discursiva de autor, uma vez que o sujeito aluno não consegue mobilizar novos sentidos, e também não consegue realizar a passagem da função de sujeito-enunciador para a de sujeito-autor. (ORLANDI, 2012, p. 106).

Texto 6

Devastação

O desenvolvimento cresce a cada dia mais, crescendo consigo a população e a poluição; tanto quanto as moradias e a ocupação de áreas não legalizadas.

Com mais desenvolvimento significa mais população, que conseqüentemente trás mais moradias, e para isso é necessario mais espaço. Para se ter mais espaço para construções é necessario devastar, onde a vitima vai ser a natureza; as plantas, e também pode ser você a vitima. Como vemos em jornais e em TV, muitas barreiras caindo e consigo cai aquela casa que foi construida ali sem legalização.

Com a devastação das plantas para a construções de moradias fica mais exposto ao ar liberação de muito CO2 prejudicando a todos e agravando ainda problemas já existentes como por exemplo o “Efeito estufa”.

Deve-se construir, mais sempre respeitando a natureza, pois ela nos mantem respirando, ela limpla as impurezas deixada por nós.

Recorte discursivo 1

Devastação

O desenvolvimento cresce a cada dia mais, crescendo consigo a população e a poluição; tanto quanto as moradias e a ocupação de áreas não legalizadas.

No recorte 1, pelo título “devastação”, já se percebe um gesto de leitura do aluno, cuja palavra não se vê na proposta de redação. Em seguida, o aluno começa a falar sobre as áreas legalizadas, o que já demonstra um gesto de interpretação e de autoria, pois isso não está na proposta. No entanto, com base nas expressões “população” e “poluição”, é possível entender que o uso da palavra “desenvolvimento” remete à questão do progresso, associado ao crescimento urbano e populacional, e também aos impactos desse crescimento na qualidade de vida das pessoas. Nesse caso, há retomada do já-dito no enunciado da atividade de redação.

No funcionamento discursivo desse recorte, percebe-se ainda que a noção de desenvolvimento está intimamente ligada ao crescimento, apesar de não ser condição suficiente para o atendimento das necessidades humanas, uma vez que há pessoas habitando em áreas não determinadas por lei, conforme essa sequência: “...tanto quanto as moradias e a ocupação de áreas não legalizadas”.

Recorte discursivo 2

Com mais desenvolvimento significa mais população, que conseqüentemente trás mais moradias, e para isso é necessario mais espaço. Para se ter mais espaço para construções é necessario devastar, onde a vitima vai ser a natureza; as plantas, e também pode ser você a vitima. Como vemos em jornais e em TV, muitas barreiras caindo e consigo cai aquela casa que foi construida ali sem legalização.

A respeito desse recorte, observa-se que o sujeito parte de uma determinada posição discursiva, usando a 3ª pessoa do singular, ao usar o verbo “significar” na 3ª pessoa do singular, conforme se vê neste enunciado: “Com mais desenvolvimento *significa* mais

população”. No entanto, muda de posição, quando usa o verbo “ver” na 1ª pessoa do plural, a exemplo deste enunciado: “*Como vemos em jornais e em TV*”. Isso posto, significa dizer que, com a mudança de pessoas gramaticais no interior do discurso, ocorre a dispersão do sujeito, permitindo que a deriva se instale, de forma a prejudicar a unidade textual e a função-autor. Pacífico (2012, p. 64) acrescenta que essa “mudança de posição do sujeito acarreta uma mudança no efeito de sentido do discurso”.

Outro aspecto observado nesse recorte diz respeito à marca “**você**”, que não se refere à segunda pessoa do singular, nem a um sujeito determinado, mas está relacionado a um sujeito universal, referindo-se ainda a qualquer leitor, o qual poderá ser também vítima da destruição do meio ambiente.

Veem-se, nessa análise, os chamados “erros gramaticais”, que, para a AD, trata-se da presença de um lapso, de um equívoco de memória do aluno, motivado pelo inconsciente, conforme se observa no uso destas marcas linguísticas: “*trás mais moradias*”, “*construções é necessario devastar*”, “*a vítima vai ser a natureza*”, “*barreiras caindo e consigo cai aquela casa que foi construída*”. Para Maia (2006, p. 34), “há uma falsa ideia de que nós escolhemos as palavras para dizê-las, ao contrário, são elas que nos escolhem via inconsciente em manifestações que Freud denomina de formação do inconsciente”.

Nesta passagem discursiva: *Como vemos em jornais e em TV, muitas barreiras caindo e consigo cai aquela casa que foi construída ali sem legalização*”, o sujeito traz para seu texto a mídia e o discurso jurídico, que ele diz se uma construção é ou não legal. Nesse gesto de leitura, o sujeito interpreta. Há, portanto, autoria.

Recorte discursivo 3

Com a devastação das plantas para a construções de moradias fica mais exposto ao ar liberação de muito CO2 prejudicando a todos e agravando ainda problemas já existentes como por exemplo o “Efeito estufa”.

Deve-se construir, mais sempre respeitando a natureza, pois ela nos mantém respirando, ela limpla as impurezas deixada por nós.

No recorte 3, observa-se também, no uso das marcas “*mais*”, “*mantem*”, “*limpla*” e “*deixada*”, a ocorrência dos chamados “erros gramaticais”, já abordados na interpretação do recorte acima. Como se vê, o presente recorte chama atenção para outros lapsos de escrita,

tais como se apresentam neste enunciado: “mais sempre respeitando a natureza”. Usa-se “*mais*”, cujo sentido é de adição, em vez do “*mas*”, que funciona como marca de oposição de sentido no processo discursivo. Nesse caso, fica claro que, “ao falar isso, o aquilo – significante preterido – reverbera, ecoa e pode aparecer como um equívoco que se desvela para um sujeito” (MAIA, 2006, p. 44). Trabalha-se, portanto, nesse enunciado, a concepção de língua sujeita à falha, a equívoco, tendo em vista a ideia de um sujeito dividido, interpelado pela ideologia e afetado pelo inconsciente.

Outro ponto a ser destacado nesse recorte diz respeito ao discurso ecológico, o qual se refere ao espaço citadino como algo decadente, caótico, em razão do progresso, quando praticado de forma desordenada, agredindo a natureza.

É possível observar nessa análise o uso do pronome “*nós*”, entendido aqui como marca linguística da inclusão do sujeito no discurso, pois, ao mesmo tempo que ele considera a natureza como um bem precioso, responsável pela vida humana, conforme se vê nesta passagem discursiva “*pois ela nos mantém respirando*”, também se inclui, aproximando-se do objeto discursivo, ao se colocar na posição-sujeito responsável pelos danos cometidos ao meio ambiente, ao dizer “as impurezas deixada por nós”. Dessa forma, a dispersão se instala com o uso da 1ª pessoa do plural (nós) e da 3ª pessoa do singular (ele).

A partir dos recortes analisados, pode-se examinar que há repetição de sentidos, mas há também polissemia, sentidos outros, da mídia, do jurídico, havendo, assim, autoria, entendida aqui como processo de historicização do dizer, de deslocamentos de sentidos.

Texto 7

Desenvolvimento letal

Desde a antiguidade uma das principais metas do ser humano tem sido o desenvolvimento, só no século XXI, os custos desse desenvolvimento descontrolado, foi ser alvo de reflexão.

Muito se tem feito para recuperar os danos causados pela ambição da civilização moderna, a conscientização da população sobre os efeitos dos seus atos no meio ambiente é uma tentativa de amenizar a falta de informação sobre o assunto da poluição ambiental.

Mas não só a população tem sido conscientizada sobre o meio ambiente, os governos tem buscado investir em vários projetos sustentáveis, como, projetos ecológicos e fontes de

energia renováveis, o desenvolvimento desenfreado tem sido letal para o meio ambiente, o homem tem tentado conciliar esses conflitos para evitar uma “overdose” de desenvolvimento que pode agravar ainda mais a situação ambiental.

Para esta análise, foram transcritos, no recorte 1, o título, o primeiro e segundo parágrafos, e no recorte 2, o terceiro parágrafo do texto em foco. Neles serão vistas a posição do sujeito, inscrita em diferentes formações discursivas, considerando ainda a estratégia do discurso, guiada pelo imaginário.

Recorte discursivo 1

Desenvolvimento letal

Desde a antiguidade uma das principais metas do ser humano tem sido o desenvolvimento, só no século XXI, os custos desse desenvolvimento descontrolado, foi ser alvo de reflexão.

Muito se tem feito para recuperar os danos causados pela ambição da civilização moderna, a conscientização da população sobre os efeitos dos seus atos no meio ambiente é uma tentativa de amenizar a falta de informação sobre o assunto da poluição ambiental.

O recorte discursivo 1 chama atenção, primeiramente, para o título ‘*desenvolvimento letal*’. Nele, o sujeito tenta construir um sentido sobre ‘desenvolvimento’, quando escolhe a palavra ‘letal’, cujo efeito de sentido é de morte. No interior desta formação discursiva, inscreve-se um sujeito, cuja posição discursiva compreende a preservação do meio ambiente, em oposição à destruição, à depreciação da natureza frente ao desenvolvimento desordenado. Segundo Orlandi (2003, p. 13), “As formações discursivas determinam uma posição mas não a preenchem de sentido. As formações são constituídas pelas diferenças, pelas contradições, pelo movimento”.

Vale salientar que essa posição não é única ao longo do processo discursivo, uma vez que antagoniza com a rede discursiva examinada posteriormente, conforme se vê neste enunciado: “*Desde a antiguidade uma das principais metas do ser humano tem sido o desenvolvimento*”. A palavra em destaque é vista, inicialmente, como uma conquista do homem, integrando um dos seus objetivos, desde os primórdios da civilização. Nessa

formulação discursiva, inscreve-se o discurso de um sujeito empreendedor, que visa ao progresso, sendo, para ele, sinônimo de desenvolvimento.

Por outro lado, observa-se um movimento de negação do sujeito em relação ao termo ‘desenvolvimento’, quando diz: “*só no século XXI, os custos desse **desenvolvimento descontrolado**, foi ser alvo de reflexão*”. Nessa rede de significação, a marca “só” reforça a ideia de que os efeitos do desenvolvimento, entendido aqui como uma situação que está fora de controle, refletem drasticamente no meio ambiente, o que se vê no título. Conforme o enunciado, antes do século XXI não havia a preocupação de se refletir quanto às consequências advindas de um desenvolvimento de caráter predatório, causador do conflito entre homem e natureza.

Não se pode negar que o sujeito desse recorte apresenta-se disperso na constituição do dizer, pois ora fala do lugar daqueles que defendem a natureza, ora se identifica com o progresso como forma de desenvolvimento. Cabe ressaltar que a organização da argumentação, na AD, não se dá de forma linear, apreendida no fio do discurso, mas pelo viés de inúmeras formulações dispersas espacial e temporalmente.

Recorte discursivo 2

Mas não só a população tem sido conscientizada sobre o meio ambiente, os governos tem buscado investir em vários projetos sustentáveis, como, projetos ecológicos e fontes de energia renováveis, o desenvolvimento desenfreado tem sido letal para o meio ambiente, o homem tem tentado conciliar esses conflitos para evitar uma “overdose” de desenvolvimento que pode agravar ainda mais a situação ambiental.

Dando continuidade à análise dos recortes, pode-se dizer que a relação do sujeito com o sentido é também construída, ou melhor, compreendida pelas marcas ou pistas que perpassam o discurso. Isso se vê no recorte 2. Nele, é possível perceber o uso das marcas correlatas “Mas não só” e “mas também”. Vale lembrar que este último par apresenta-se de forma implícita no discurso, constituindo assim a estratégia discursiva do sujeito, pensando sua relação interdiscursiva com o recorte anterior, conforme se vê neste enunciado: “*Mas não só a população tem sido conscientizada sobre o meio ambiente, os governos tem buscado investir em vários projetos sustentáveis, como, projetos ecológicos...*”

Nesse enunciado, observa-se que a questão dos problemas ambientais interessa não só à população, mas também ao governo. Há, portanto, uma nítida oposição entre as direções argumentativas. Ao colocar em destaque as propostas do governo em relação ao meio ambiente, o sujeito acrescenta um novo argumento, negando assim o sentido de abrangência no recorte anterior, quando diz “*a conscientização da população sobre os efeitos dos seus atos no meio ambiente é uma tentativa de amenizar a falta de informação sobre o assunto da poluição ambiental*”.

Dito de outro modo, vê-se, nessa análise, que a forma-sujeito não é una, podendo-se desdobrar, fragmentar-se em outras posições-sujeito. Por exemplo, as marcas correlativas “*não só... mas também*” apontam para as diferentes posições do sujeito, inscritas numa FD, ora marcada pelo movimento de identificação, ora pelo movimento de contraidentificação. É importante ressaltar que estas marcas são responsáveis ainda pela quebra da linearidade do discurso e da sucessão temporal. Além disso, numa situação discursiva, elas consistem em negar uma direção argumentativa, e acrescentar a ela um novo argumento, que, de certa maneira, justifica a inversão.

Outro dado relevante diz respeito à dificuldade de o sujeito em migrar de uma FD para outra, uma vez que não consegue sustentar o dizer, a argumentação, pois lhe falta, na construção coerente do discurso, uma palavra ou um conectivo, chamados por Orlandi de marcas linguísticas, que possa amarrar o sentido que indicasse ao leitor tal mudança, como se vê nesta passagem: “*... projetos ecológicos e fontes de energia renováveis, o desenvolvimento desenfreado tem sido letal para ao meio ambiente, o homem tem tentado conciliar esses conflitos para evitar uma “overdose” de desenvolvimento que pode agravar ainda mais a situação ambiental*”.

Em “*o desenvolvimento desenfreado tem sido letal para ao meio ambiente*” percebe-se que o sujeito retoma o sentido de desenvolvimento já expresso no título, buscando no interdiscurso enunciados para a constituição de seus pontos de vista, através das posições-sujeito. Pode-se dizer que a retomada parafrástica se constrói a partir da FD, em que se observa a repetição como funcionamento do discurso.

Quanto ao uso das aspas na palavra “*overdose*”, parece indicar que o sujeito busca a palavra que falta para “amarrar” o sentido do discurso. Assim diz Pacífico (2012, p. 92) “[...] toda nomeação implica uma falta, isto é, todo dizer é carregado de uma falta, pois a linguagem é falha, o sujeito é falho e, sendo assim, o sujeito busca, na construção do seu discurso, a palavra ‘certa’ as palavras que faltam”.

Em outras palavras, as aspas funcionam como marcas de heterogeneidade mostrada e marcada, como postula Authier-Revuz (1990). Elas sugerem ainda que a palavra empregada não é a mais adequada para designar o que o sujeito pretende, havendo assim uma não-coincidência entre a palavra e a coisa. Nesse caso, verifica-se que, no uso da palavra “*overdose*”, entendida, no discurso do senso comum, como uma grande quantidade de drogas que pode levar o ser humano à morte, continua indicando o sentido de excesso, ao ser associada à palavra desenvolvimento, o qual poderá também acarretar graves prejuízos à natureza. Como se vê, não há deslizamento de sentido, ruptura do dizer, que permita a produção de sentidos diferentes.

Em relação à análise do recorte 2, apesar de o sujeito enfatizar, inicialmente, em seu discurso a questão dos projetos ambientais, de sustentabilidade, de iniciativa dos governos, e também denunciar os prováveis danos causados à natureza em função do desenvolvimento desordenado, ele não consegue mobilizar outros sentidos, a fim de construir um intradiscurso coeso e coerente, o que permitiria a função-autor. Observa-se que a mudança do objeto discursivo provoca uma ruptura na harmonia do discurso do sujeito, já que os enunciados ficam soltos, sem amarração de sentidos, prejudicando assim a unidade textual, que, para Orlandi, seria determinante para um discurso com autoria.

Vale salientar que a constatação de que o sujeito não assume a função-autor serve também para o recorte 1. Nele, observam-se também a dispersão do sujeito, a dificuldade de migrar de uma FD para outra. Por exemplo, neste enunciado “*Muito se tem feito para recuperar os danos causados pela ambição da civilização moderna*”, o leitor poderia se perguntar: Quem fez o quê? Que danos são esses? Percebe-se que o sujeito não consegue amarrar os sentidos, deixando-os dispersos. Com isso, a autoria não se instala.

Texto 8

Se uma gota cair, encha o copo novamente

O mundo precisa de um equilíbrio entre o desenvolvimento e a preservação ambiental. Todos sabemos disso e sabemos o quanto é difícil, mas para acontecer a principal mudança deve a mental, enquanto nós seres humanos não tivermos consciencia, ou enquanto não quisermos ter, o mundo não vai para frente, também pelo fato das pessoas se importarem simplesmente com a sua vida e não pensar nas vidas futuras, no futuro do mundo.

Hoje em dia pessoas que dedicam suas vidas a tentar salvar o mundo não são nem ao menos levadas a sério e por diversas vezes essas pessoas são condenadas pela sociedade por “atrasar o progresso”, não sabem elas, ou as vezes até ignoram o fato desse progresso ser uma forma lenta de um futuro suicídio coletivo, porque destruindo o mundo você está se destruindo também. Várias pesquisas mostram o significativo aumento no destamento de anos atras para cá, estamos realmente tentando salvar o mundo? Fique em alerta caso sua resposta seja não.

O pensamento de salvar o mundo de alguns é por várias vezes enganoso, temos que equilibrar a balança e a cada árvore que cair, plantar duas, e assim tentar fazer do mundo futuro um lugar melhor.

Recorte discursivo 1

Se uma gota cair, encha o copo novamente

O mundo precisa de um equilíbrio entre o desenvolvimento e a preservação ambiental. Todos sabemos disso e sabemos o quanto é difícil, mas para acontecer a principal mudança deve a mental, enquanto nós seres humanos não tivermos consciencia, ou enquanto não quisermos ter, o mundo não vai para frente, também pelo fato das pessoas se importarem simplesmente com a sua vida e não pensar nas vidas futuras, no futuro do mundo.

Sabe-se que o texto funciona como um objeto simbólico que o aluno utiliza para produzir sentidos. Nele, podem ser criadas redes de significação, possíveis gestos de interpretação, pois a todo instante está se interpretando. No recorte 1, observa-se, no gesto interpretativo do sujeito, no tocante à análise do título, que ele não apresenta a mesma relação de sentido de oposição ocorrida na proposta de redação, pois revela um sentido outro, repleto de esperança de um futuro melhor, conforme se vê nestas marcas discursivas: “Se uma **gota cair, encha o copo** novamente”. Na verdade, nota-se, nesse movimento, um gesto de autoria, uma vez que caminha para a polissemia, em que o sujeito historiciza o dizer, textualiza-o.

Já se vê, nesse primeiro movimento do sujeito, indícios da sua posição argumentativa. Seguindo a análise, é possível dizer que o sujeito-aluno repete o dizer da proposta de redação, quando diz: “*O mundo precisa de um equilíbrio entre o desenvolvimento e a preservação ambiental*”. Neste movimento, percebe-se que há a retomada do já-dito, sem acrescentar o novo. No entanto, em uma outra posição, o sujeito sustenta a opinião de que só será possível esse equilíbrio se houver mudança de mentalidade (“*mas para acontecer a principal mudança deve a mental*”). Isso não é visto na proposta da produção escrita. Com efeito, nesse recorte, o discurso do sujeito ora se mantém no nível da paráfrase, ora caminha para a polissemia, de forma que há possíveis gestos de autoria no recorte analisado.

Recorte discursivo 2

Hoje em dia pessoas que dedicam suas vidas a tentar salvar o mundo não são nem ao menos levadas a sério e por diversas vezes essas pessoas são condenadas pela sociedade por “atrasar o progresso”, não sabem elas, ou as vezes até ignoram o fato desse progresso ser uma forma lenta de um futuro suicídio coletivo, porque destruindo o mundo você está se destruindo também. Várias pesquisas mostram o significativo aumento no destamento de anos atras para cá, estamos realmente tentando salvar o mundo? Fique em alerta caso sua resposta seja não.

O pensamento de salvar o mundo de alguns é por várias vezes enganoso, temos que equilibrar a balança e a cada árvore que cair, plantar duas, e assim tentar fazer do mundo futuro um lugar melhor.

Com relação ao recorte 2, percebe-se nesta sequência discursiva “*Várias pesquisas mostram o significativo aumento no destamento de anos atras para cá, estamos realmente tentando salvar o mundo?* que o sujeito abre espaço para a deriva, pois questiona e não explica, dando a entender quem deve responder essa questão é o leitor, cabendo a ele esse papel, conforme sugere a expressão “*Fique em alerta caso sua resposta seja não*”, a marca verbal sublinhada reforça esse dizer. Além disso, o sujeito não consegue controlar a dispersão que se instala no texto, ora produzindo o discurso na 1ª pessoa gramatical do plural, ora no singular, usando ainda a 3ª pessoa do singular, de acordo com as marcas verbais assinaladas. Nesse caso, percebem-se também algumas marcas que fogem ao discurso formal tão cultivado

na escola. No texto do aluno, nesse recorte, veem-se as seguintes marcas linguísticas: “suicídio”, “*destamento*”, “*atras*”, as quais representam, numa abordagem gramatical, problemas de ortografia que poderiam comprometer o exercício de autoria. No entanto, não a abordagem deste trabalho.

No recorte 2, pode-se verificar que o sujeito apresenta soluções para a questão do meio ambiente, apontando o discurso para um possível fechamento, embora ilusório. Nele, vê-se ainda que o sujeito ocupa uma posição que permite o fechamento dos sentidos, embora ilusório, caracterizado pela responsabilização do dizer (CARREIRA, 2001, p. 51).

Com isso, pela análise dos recortes, observou-se que o sujeito se singulariza no trabalho com a linguagem, assumindo a posição de autor na construção do título, em outras passagens discursivas já apresentadas acima, no recorte 1, por exemplo. Mas que, em outros momentos do texto, apenas parafraseia, como ocorre nesse fragmento discursivo do recorte 2: “*Várias pesquisas mostram o significativo aumento no destamento de anos atras para cá*”.

Texto 9

Nossos bosques “tem” mais vida

O Brasil já teve lindas florestas e bosques. Já teve uma variedade de animais maior. Mas com o desenvolvimento, quase tudo que era verde, virou cinza.

A falta de verde em nosso país está cada vez mais eminente, o solo verde é trocado por concreto e as árvores são trocadas por grandes pilastras de metal para a construção de edifícios. A necessidade cega do homem em expandir o seu espaço acaba “batendo de frente” com a natureza, que em consequência desse encontro, é destruída.

Ainda há pessoas que lutam para isso mudar, para o homem para destruir a natureza, mas é uma pequena parte. Indústrias não vizam as consequências naturais ou desequilíbrios ecológicos, elas vizam apenas o lucro que vão ter, mesmo que isso signifique destruir a natureza. Além de destruir a natureza, o homem está “tapando” toda beleza natural, que é o fato de prédios enormes na frente de praias e outras maravilhas da natureza.

Atualmente há modos para mudar esse conflito entre a natureza e o desenvolvimento, como por exemplo prédios que vão possuir parques, campos e até plantas. O homem tem como mudar isso é só ele querer.

Recorte discursivo 1

“Nossos bosques “tem” mais vida

O Brasil já teve lindas florestas e bosques. Já teve uma variedade de animais maior. Mas com o desenvolvimento, quase tudo que era verde, virou cinza”.

Com relação ao recorte discursivo 1, observa-se que o aluno cria um título para a sua produção baseado no verso “*Nossos bosques têm mais vida*”, do poema “Canção do Exílio”, escrito no ano de 1843, em Portugal, pelo poeta romântico Gonçalves Dias, pertencente ao movimento literário intitulado Romantismo. Nesse poema, Gonçalves Dias exalta a natureza brasileira, expressando todo o seu saudosismo em relação à Pátria.

Cabe registrar que, na criação do título dessa redação, há o retorno ao já dito, uma vez que o poema está na proposta da redação, resultando, assim, no primeiro momento, no movimento parafrástico. No entanto, nota-se que o “**tem**” veio entre aspas e sem o acento circunflexo, funcionando como marca do singular em oposição à marca do plural. Numa perspectiva estritamente linguística e normativa, a ausência do acento no verbo em destaque seria “mais um erro” no emprego da língua. Em outra direção, numa abordagem discursiva, objeto dessa análise, pode-se vê-lo como marca do sentido outro, uma vez que o uso das aspas abre espaço para um possível deslocamento de sentido proveniente da interpretação ideológica que atravessa o sujeito. Assim, observa-se no título um lugar para a constituição de outros sentidos no processo de interpretação, em que o sujeito da linguagem se constitui ao mesmo tempo como repetição e como deslocamento, uma vez que o verso que ele traz é do poema, mas não está na tirinha.

Ressalta-se ainda que o uso das aspas e a ausência do acento circunflexo sobre o verbo *ter* permitem o sentido de que os bosques tinham muitas flores, mas essas flores no plural não existem mais. Cabendo ainda dizer que, nesse caso, o uso das aspas parece indicar um sentido outro, bem diferente da época de Gonçalves Dias, em que a natureza era idealizada, ícone de beleza. Na verdade, as aspas, entendidas aqui como marcas linguísticas, põem em dúvida a existência daquela natureza exuberante, símbolo do ufanismo, do nacionalismo tão cultivados no século XIX. As aspas são entendidas aqui mais como uma crítica a essa representação natural mítica, ou seja, o seu uso revela, antecipadamente, a tomada de posição discursiva do sujeito, que não é aquela representante da ideologia nacionalista, ufanista, indianista, saudosista da 1ª fase do Romantismo. Segundo Authier-Revuz (1998, p. 143), “É o

conjunto de aspas, itálicos, entonação de modalização autonímica que apresentam uma marca, mas uma marca que deve ser interpretada como referência a um outro discurso”.

Como se sabe, o título constitui a primeira marca de autoria, fornecendo ao leitor uma pista de leitura. Para Pacífico (2012, p. 94), “o título é a primeira tentativa de controle de deriva; a marca inicial de autoria, que pode ou não se efetivar no texto”. Na análise do título, pode-se levar em conta também a noção de intertextualidade, deslocando esta noção, que nasce na literatura, para a análise do discurso (INDURSKY, 2010, p. 70).

Vê-se, portanto, autoria no título desse recorte, principalmente porque a frase escolhida pelo aluno não é nenhuma daquelas usadas na tirinha, que traz versos da Canção do Exílio. Pode-se dizer ainda que os sentidos não são apenas retomados, mas transformados, deslocados de seu lugar das redes de filiações históricas, projetando-se em novos sentidos. Segundo Orlandi (2007, p. 69), “A função de autor é tocada de modo particular pela história: o autor consegue formular, no interior do formulável, e se constituir, com seu enunciado, numa história de formulações”.

Nota-se também, no recorte 1, que numa mesma formação discursiva, pode haver diferentes posições do sujeito, como ocorre no enunciado “*Mas com o desenvolvimento, quase tudo que era verde, virou cinza*”. Essa sequência discursiva, inicialmente, é marcada pelo “*mas*”, que expressa o ponto de vista do sujeito, funcionando como argumento em relação ao que foi dito anteriormente. Segundo Orlandi (2011, p. 129), “A argumentação pode, ao contrário, servir para manter a relação com a mesma formação discursiva, dando-lhe apenas uma outra dinâmica interna”.

Na análise desse recorte, as marcas discursivas “*verde*” e “*cinza*” não são compreendidas em seu sentido literal, mas pelas relações que estabelecem com o interdiscurso. Dito isso, elas simbolizam, respectivamente, a natureza em seu estado bruto, ainda não explorada pelo homem, e o desenvolvimento, responsável em parte pela destruição do meio ambiente. Nesse enfoque, pode-se dizer que a marca verbal “*virou*” também assinala a mudança do espaço natural, cujo efeito de sentido produzido no discurso é marcado pela tensão entre o mesmo e o diferente. Como parte desse funcionamento discursivo, estão as formações ideológicas.

Recorte discursivo 2

A falta de verde em nosso país está cada vez mais eminente, o solo verde é trocado por concreto e as árvores são trocadas por grandes

pilastras de metal para a construção de edifícios. A necessidade cega do homem em expandir o seu espaço acaba ‘batendo de frente’ com a natureza, que em consequência desse encontro, é destruída.

No recorte discursivo 2, o sujeito foge um pouco da homogeneização da escrita tão valorizada e cultivada na instituição escolar, pautada na censura e na interdição de dizeres, quando usa estas palavras *edifícios*, *expandi*, *consequência*, *destruída*, em que se observam desvios quanto à acentuação gráfica e à ortografia. Trata-se de uma escrita que não historiciza. No entremeio do discurso da escrita, há também marcas da oralidade, da coloquialidade, indicadas linguisticamente pela expressão ‘*batendo de frente*’. Com efeito, percebe-se, nesse recorte, que a relação do aluno com a grafia é atravessada pela oralidade. No entanto, ressalte-se que a função-autor não é privilégio apenas daqueles que dominam a variedade culta, bastante exigida no âmbito escolar. Segundo Orlandi (2009, p. 76), “Não basta falar para ser autor. A assunção da autoria implica uma inserção do sujeito na cultura, uma posição dele no contexto histórico-social”.

Na escola, geralmente esses supostos desvios, “erros tipográficos ou ortográficos”, indicam a falta de domínio do educando da escrita determinada por normas gramaticais, da chamada variedade culta. Pelo dispositivo da AD, segundo Maia (2006, p. 35), não se trata de “erros”, comumente interpretados no senso comum como equívocos. Tais “erros gramaticais” são vistos por essa autora como um lapso ou como um equívoco, motivados pelo inconsciente. Isso posto, significa dizer que o texto escrito para ser considerado bem produzido não precisa estar isentos de “erros ortográficos”, como se observa em práticas de sala de aula, numa concepção meramente cognitivista. Lagazzi (2010, p. 83) acrescenta “Discutir a equivocidade é abrir espaço para tornar visível a contradição de diferentes interpretações, é se expor às diferentes formas significantes e, no caso específico da linguagem verbal, se expor às palavras”.

Cabe dizer ainda que, conforme a AD, o sujeito do discurso é histórico, social e descentrado, cindido pela ideologia e pelo inconsciente. Sendo assim, entende-se que o sujeito não é livre para dizer tudo o que pensa. Em outras palavras, é importante lembrar que o discurso, nessa teoria, não é transparente, é “efeito de sentido entre locutores”, conforme se vê em Orlandi (2009, p. 21), quando ela retoma de Pêcheux esse dizer. Na verdade, o sujeito tem a ilusão de que controla a linguagem, o dizer, ao selecionar as palavras para compor o seu discurso, o que faz lembrar os esquecimentos postulados por Pêcheux, o primeiro da ordem

do inconsciente; o segundo, da enunciação. E é exatamente quando assume a função-autor que há maior apagamento do sujeito

Portanto observa-se, nesse recorte discursivo, que o aluno apenas repete aquilo que está posto pelo professor na proposta de redação textual, por meio da repetição formal, de modo que não consegue ocupar plenamente a posição de autor, uma vez que não historiciza o seu dizer, conforme atesta Orlandi (2009, p. 54). Assim, nesse movimento parafrástico, há o retorno exaustivo de um mesmo dizer, sobretudo, quando o assunto é meio ambiente. No entanto, segundo Pfeiffer (1995, p. 127), “há autoria no mesmo, não é preciso que se deem rupturas para que se instaurem o novo e assim o autor. [...] Só que essa autoria não se dá se o sujeito não tem condições de ultrapassar a repetição formal”.

Recorte discursivo 3

Atualmente há modos para muda esse conflito entre a natureza e o desenvolvimento, como por exemplo prédios que vão possuir parques, campos e até plantas. O homem tem como mudar isso é só ele querer.

Com relação ao recorte 3, o que chama atenção, no início, é o uso da marca linguística “atualmente”. Nela fica silenciado que antes não havia formas de como mudar o conflito entre os que defendem a natureza e os que fazem dela objeto de riqueza, em função do progresso, ou seja, entre essas duas formações discursivas. Nesse sentido, vê-se, em funcionamento, o silenciamento que, por sua vez, não opera no vazio, mas abre a formulação para a possibilidade de uma outra significação.

Seguindo essa análise, percebe-se que o sujeito fala a partir de uma posição discursiva que não é da ideologia dominante, constituída por um pequeno grupo que defende a exploração do meio ambiente para fins de comércio, em prol do progresso; ao contrário, o sujeito produz um discurso oponente em relação a ela. Para ele, a mudança da realidade conflituosa entre essas duas formações discursivas depende exclusivamente da vontade do homem, conforme se vê neste enunciado: “*O homem tem como mudar isso é só ele querer*”. Assim, pela análise desse recorte, observa-se que o sujeito usa esse espaço para poder se colocar no discurso, mas não o historiciza, reproduzindo apenas o discurso do senso comum, o esperado. Na verdade, pode-se dizer que a autoria só ocorre no título.

Texto 10**Solução para o excesso de cinza.**

Milhões de pessoas nascem por dia, e consecutivamente, os mesmos necessitam de moradia e conforto. Para que isso aconteça, é necessário áreas para ocupação. Áreas essas que, na maioria das vezes, vem com a necessidade de desmatamento. A questão é: O que fazer quando estamos numa situação em que temos que escolher entre o que precisamos no e prejudicar aquilo que, ao mesmo tempo, nos beneficia?

Existem inúmeros possíveis soluções para isso, basta deixarmos o nosso egoísmo de lado e pensarmos um pouco mais no que podemos fazer hoje sem prejudicar nosso amanhã; um exemplo muito comum são das empresas que desmatam e sabem que, no mínimo, podiam replantar, mas mesmo assim elas permanecem indiferente sobre o assunto (afinal, quanto menos trabalho para eles, melhor).

Precisamos reforçar a questão da educação ambiental nas empresas, precisamos moderar mais, reciclar mais e consumir menos. Enfim, dentre as inúmeras possibilidades da redução dos impactos ambientais, as empresas podiam fazer o seguinte: a cada quarteirão que fosse urbanizado numa área rural, deixassem um ou dos espaços para que fosse plantada árvores, etc. criando ali uma área verde, ecológica.

Recorte discursivo 1**Solução para o excesso de cinza.**

Milhões de pessoas nascem por dia, e consecutivamente, os mesmos necessitam de moradia e conforto. Para que isso aconteça, é necessário áreas para ocupação. Áreas essas que, na maioria das vezes, vem com a necessidade de desmatamento. A questão é: O que fazer quando estamos numa situação em que temos que escolher entre o que precisamos no e prejudicar aquilo que, ao mesmo tempo, nos beneficia?

No recorte 1, considerando o título “*Solução para o excesso de cinza*” como primeiro ponto de análise, pode-se dizer que ele funciona como uma das estratégias discursivas utilizadas pelo sujeito para atingir os objetivos a que se propõe ao produzir o texto, uma vez que antecipa o assunto a ser discutido. Trata-se da formação imaginária em circulação que, segundo Pêcheux (2010, p. 82-83), é uma antecipação do que o outro vai pensar.

Percebe-se que, no título, há um deslizamento de sentido no uso da palavra “*cinza*”, cujo efeito produzido instaura a polissemia: cinza do conjunto de prédios (cor), cinza da destruição ambiental. Nesse ponto, ocorre o “efeito metafórico, uma palavra por outra. Sentidos que abrem para o inesperado. E o *logo* fala mais do que queria/devia. Efeito da língua sobre a língua” (ORLANDI, 2012, p. 137). Não se trata, aqui, de uma figura de linguagem, de um recurso poético, como se vê na literatura. Numa perspectiva discursiva, ocorre uma transferência, ou seja, uma palavra por outra. Pois bem, estes são alguns indícios de que o título constitui a marca inicial de autoria, mostrando que o sujeito interpreta.

Numa outra perspectiva, o efeito de objetividade é levado em conta no trabalho com o texto argumentativo, no caso o artigo de opinião. Não se admitiria, portanto, o uso de termos que promovessem um deslizamento de sentido, tal como visto no título desse recorte. No entanto, a análise que este trabalho se propõe considera o histórico e o ideológico na constituição das posições do sujeito. Vale lembrar que, para a formulação de sentidos, o sujeito recorre a outros dizeres que não estão dados na proposta de redação, como se vê nesse fragmento discursivo: “*Milhões de pessoas nascem por dia, e consecutivamente, os mesmos necessitam de moradia e conforto.* Em seguida, apresenta uma das razões nas quais o desmatamento se faz necessário, quando realizado em função da moradia e conforto do ser humano. A discursividade que aqui é produzida mostra como a ideologia e a língua se articulam na produção dos sentidos e dos sujeitos.

Nesse mesmo recorte, percebe-se outro movimento do sujeito, uma tomada de posição ancorada numa pergunta, num questionamento, tal como se vê nesse enunciado: *A questão é: O que fazer quando estamos numa situação em que temos que escolher entre o que precisamos **no e prejudicar aquilo que**, ao mesmo tempo, nos beneficia?* Nesse movimento do sujeito, nota-se um redirecionamento do discurso, abrindo espaço para a formulação de outros dizeres, de pontos de vista. Apesar de esse enunciado apresentar problemas no encadeamento do discurso, conforme se vê nos termos destacados, verifica-se que o sujeito se desloca da posição em que afirma algo, para outra em que interroga, reflete, questiona, aponta soluções. Pelo deslocamento em direção à possibilidade de resposta, a autoria pode se instalar. E isso acontece. O sujeito ocupa nesse recorte a função discursiva de autor.

Recorte discursivo 2

Existem inúmeros possíveis soluções para isso, basta deixarmos o nosso egoísmo de lado e pensarmos um pouco mais no que podemos fazer hoje sem prejudicar nosso amanhã; um exemplo muito comum são das empresas que desmatam e sabem que, no mínimo, podiam replantar, mas mesmo assim elas permanecem indiferente sobre o assunto (afinal, quanto menos trabalho para eles, melhor).

Recorte discursivo 3

Precisamos reforçar a questão da educação ambiental nas empresas, precisamos moderar mais, reciclar mais e consumir menos. Enfim, dentre as inúmeras possibilidades da redução dos impactos ambientais, as empresas podiam fazer o seguinte: a cada quarteirão que fosse urbanizado numa área rural, deixassem um ou dos espaços para que fosse plantada árvores, etc. criando ali uma área verde, ecológica.

Dando seguimento à análise, percebe-se, no recorte 2, que há vários gestos de interpretação feitos pelo sujeito, expressos em forma de pontos de vista sobre o objeto discursivo, mas não se vê um sentido novo em seu dizer. Como se sabe, no interdiscurso, os sentidos se movimentam, havendo sempre a possibilidade do mesmo e do diferente, como diz Orlandi (2012, p. 172). Em relação aos argumentos produzidos nesse recorte, observa-se que não diferem muito dos apresentados no recorte seguinte. Esperava-se um interdiscurso mais elaborado, e isso não aconteceu. Pelo contrário, o discurso apresenta-se disperso, dado que é observado em sua formulação, no intradiscurso.

No recorte 3, o sujeito apresenta a “solução para o excesso de cinza”, relacionado ao dito no título. Nesse caso, percebe-se que o sujeito tenta criar um efeito de conclusão para o texto, embora ilusório. Por exemplo, quando diz: “[...] *a cada quarteirão que fosse urbanizado numa área rural, deixassem um ou dos espaços para que fosse plantada árvores, etc. criando ali uma área verde, ecológica*”. Como se sabe, essa ilusão de completude é necessária, uma vez que comunga com o primeiro esquecimento de Pêcheux, em que o sujeito

acredita ser a fonte do discurso. Nele, “inscreve a ‘eficácia do assujeitamento’ (ou a ilusão da autonomia)” (ORLANDI, 2012, p. 144). ^

Assim, mediante as análises feitas, percebe-se que a autoria acontece nesses recortes, com destaque o título, em que se percebe o efeito metafórico, o acréscimo do novo, o interpretável, abrindo espaço para o sentido múltiplo, para o polissêmico.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Chega-se, então, ao final do percurso investigativo desse trabalho. Convém ressaltar que o objetivo maior dessa pesquisa foi a análise da ocorrência de autoria em artigos de opinião de alunos do Ensino Médio Integrado de um Instituto Federal de Educação, com base na trilha dos estudos da Análise do Discurso, seguindo os pressupostos teóricos de Michel Pêcheux.

Por meio desse trabalho, foi possível conhecer o percurso teórico da análise de discurso de linha francesa, bem como as principais contribuições dessa teoria para o estudo do texto e do discurso no âmbito do ensino da língua materna. Em relação ao texto, pôde-se compreendê-lo *como um todo que organiza recortes*” (ORLANDI, 2011, p. 140, grifos da autora), a noção de recorte não como um simples pedaço de informação, entendido, geralmente, como uma extensão da sintaxe da frase, mas como um espaço discursivo, de interlocução, não linear, que mantém uma relação com a constituição histórica do texto.

A respeito do conceito de autoria, esse estudo apoiou-se, em especial, nos trabalhos de Orlandi (2007;2012), dialogando ainda com outros autores como Foucault (1992;2011), Gallo (1992), Indursky (2001;2010), Lagazzi (2006;2010), Pacífico (2012), Pfeiffer (2002) e Tfouni (2001), para melhor fundamentar a pesquisa. Além disso, nessa pesquisa, buscou-se pensar a relação do discurso, entendido como efeito de sentidos, com o texto, visto como a materialidade discursiva, considerando também a importância da leitura como trabalho simbólico, relacionada ao interdiscurso, englobando não somente o que é dito, mas também os não ditos.

Com relação às análises, notou-se que, em todas as redações, há a marca do título, considerado por Pacífico (2012, p. 94) como “a primeira tentativa de controle da deriva; a marca inicial da autoria”, uma vez que ele faz parte da organização do texto. Percebeu-se também que há títulos em que o aluno se posiciona como sujeito-autor, uma vez que o seu dizer é passível de interpretação na relação com o interdiscurso. No entanto, na maior parte dos recortes analisados, observou-se que a construção do título retoma o já-dito na proposta de redação, sem instaurar o novo, com poucos deslizamentos de sentidos, mostrando assim a dificuldade de o aluno em realizar gestos de interpretação.

A respeito das formações discursivas, pôde-se observar a heterogeneidade discursiva, o cruzamento de discursos, de forma desordenado, provocando assim rupturas de sentido, interferindo na função-autor. Em relação às posições discursivas do sujeito aluno, percebeu-se

a dificuldade de ele migrar de uma formação discursiva para outra, de modo a prejudicar a unidade do texto no fio do discurso, um dos requisitos exigidos por Orlandi (2007) para que ocorra a autoria.

Pelas análises feitas, verificou-se também que há enunciados em que o sujeito não consegue sustentar o dizer, ou seja, defender um ponto de vista, visto que o próprio texto, de natureza argumentativa, reclama a posição-autor (PACÍFICO, 2012, p. 156). Para assumir essa função, é preciso que o sujeito consiga sustentar seu ponto de vista, de forma a assumir a responsabilidade pelo dizer. Assim, pensar o articulista, o produtor de um artigo de opinião, como um sujeito discursivo, significa que ele não está totalmente livre para formulação do discurso, pois o seu dizer estará sendo afetado pela memória discursiva, pelos já-ditos, pela multiplicidade de sentidos, determinados pelas formações discursivas.

Quanto à relação sujeito-objeto discursivo, notou-se, na análise de alguns recortes, que houve uma dispersão dos sentidos (Tfouni, 2001, p. 80), no que concerne ao efeito de proximidade e distanciamento com o objeto discursivo, pois o sujeito muda de posição, ao começar o discurso na 1ª pessoa do plural, em seguida passando para a terceira do singular, ou vice-versa. Essa mudança de lugar também possibilita a dispersão do sujeito, contribui ainda para falta de unidade textual, coerência, sendo estes fatores apontados por Orlandi (2012, p. 105) como relevantes para que a autoria se instale.

Considerando os elementos linguísticos como marcas discursivo-ideológicas, presentes nos enunciados dos recortes analisados, optou-se por não fazer quaisquer alterações, uma vez que o objetivo não foi realizar uma correção gramatical, mas considerar a escrita historicizada, nova e única nas produções. Sendo assim, buscou-se, através dessas marcas identificar o modo de funcionamento do discurso, os traços reveladores de autoria que indicassem a singularidade do sujeito em diferentes formações discursivas. Estas entendidas não como uma máquina fechada sobre o primado do mesmo, mas compreendidas como uma rede de significações.

Pode-se dizer ainda com relação às análises dos recortes, que, mesmo sendo feito um trabalho prévio de leitura pela professora, antes da apresentação da proposta de redação aos alunos, nota-se que alguns sentem dificuldade em sustentar o dizer nas produções escritas, ou seja, não irrompem com os sentidos estabilizados, permanecendo na paráfrase, no eixo do previsível, não saindo da repetição formal. Neste caso, em que medida os alunos podem sair da repetição? Tal reflexão aponta para um possível trabalho no doutorado.

Sabe-se que ocorre a autoria quando o aluno realiza gestos interpretativos que apontem para a polissemia, para a repetição histórica, ou seja, quando ele historiciza o dizer,

inscrevendo-o no repetível histórico (interpretável). Pensar desse modo significa pensar a relação entre sujeito, texto e autoria na perspectiva de estudos discursivos da linguagem.

Diante do exposto, é preciso que o aluno aprenda a exercer a função discursiva de autor nas atividades realizadas na escola e fora dela também. Para que isso aconteça, é necessário que a escola trabalhe a dimensão sócio-histórica da produção do sentido, permitindo que o aluno seja, ao mesmo tempo, autor e leitor de suas produções textuais, exercendo a criatividade, o que significa dizer não estar preso aos mesmos dizeres, à leitura parafrástica.

Considerando ainda que os resultados das análises refletem o modo como o trabalho com a linguagem é realizado na escola, ressalta-se aqui a necessidade de o professor ser capaz de exercer também a função discursiva de autor em suas práticas pedagógicas, em comunhão com os seus alunos. Como diz Pfeiffer (1995): “O professor dar-se a possibilidade de autoria significa, certamente, a abertura de possibilidades para que a autoria do aluno possa se produzir”.

Cumprido destacar ainda que esse trabalho, em face da sua incompletude, do fechamento ilusório, está sujeito a novos olhares, já que o sentido nunca se fecha em si mesmo, possibilitando sempre novos gestos de leitura. Nos termos de Orlandi: “[...] este texto que escrevi, e que se coloca como um produto na circulação do saber, também não está pronto. É só parte do processo” (ORLANDI, 2012, p. 110).

Enquanto possibilidade de ampliação desse estudo, poderia ainda assinalar novos trabalhos sobre autoria, incluindo o sujeito professor, considerando a sua prática didática em sala de aula. Como se vê, há muito a ser dito sobre essa temática e suas relações com a Análise do Discurso de linha francesa, o que implica um possível estudo futuro, em uma provável tese de doutorado.

REFERÊNCIAS

AUTHIER-REVUZ, J. **Heterogeneidade(s) Enunciativa(s)**. Trad. Celene M. Cruz e João Wanderley Geraldi. In: **Cadernos de Estudos Linguísticos** (19). Campinas, Unicamp, jul./dez. 1990.

BARONAS, Roberto Leiser (2005). “**Proposições e notas sobre o princípio da autoria**”, in: BARONAS, Roberto Leiser (org.) **Identidade cultural e linguagem**. Cáceres: UNEMAT; Campinas: Pontes.

BRANDÃO, Helena H. Nagamine. **Introdução à Análise do Discurso**. 3ª ed. ver. Campinas, SP: Unicamp, 2012.

BOLOGNINI, Carmen Zink; PFEIFFER, Claudia; LAGAZZI, Suzy (Orgs.). **Práticas de Linguagem na escola**. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2009.

BOTTOMORE, T. **Dicionário do pensamento marxista**. 1ª ed. Rio de Janeiro. RJ. Jorge Zahar Editor Ltda., 1988.

CARREIRA, Alessandra Fernandes (2001). ‘**Sobre a singularidade do sujeito na posição de autor**’. Linguagem em (Dis)curso, vol. 1, nº 2. Tubarão: UNISUL.

CHAUÍ, Marilena. **O que é ideologia**. São Paulo: Brasiliense, 1980. (Coleção Primeiros Passos).

CORACINI, Maria José Rodrigues Faria (Org.). **Interpretação, autoria e legitimação do livro didático**. 2ª ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2011.

COURTINE, Jean-Jacques. **Langages 62**, Larousse, 1981.

DELA SILVA. S. C. **A realidade-ficção do discurso televisivo**. Dissertação de Mestrado. São José do Rio Preto : [s.n.], 2004.

FERNANDES, Cleudemar Alves; DOS SANTOS, João Bosco Cabral (Orgs.). **Percursos da Análise do Discurso no Brasil**. São Carlos: Clara Luz, 2007.

FOUCAULT, Michel. **Arqueologia do saber**. Trad. L. F. Baeta Neves. Petrópolis, Vozes, 1971. (título original, 1969).

_____. (1992). **O que é um autor?** 3ª ed. São Paulo: Loyola.

_____. (2011). **A ordem do discurso**. 3ª ed. São Paulo: Loyola.

GALLO, Solange Leda. **Discurso da Escrita e Ensino**. São Paulo, Unicamp. 1992.

GINZBURG, C. “**Sinais: raízes de um paradigma indiciário**”. In. C. GINZBURG: Mitos, emblemas e sinais: morfologia e história. [Trad. Frederico Carotti]. São Paulo, SP: Companhia de Letras, 1980.

INDURSKY, Freda. **Da heterogeneidade do discurso à heterogeneidade do texto e suas implicações no processo da leitura**. In: ERNEST-PEREIRA, Aracy; FUNCK, Susana Bornéo (Org). A leitura e a escrita como práticas discursivas. Pelotas: Educat, 2001, p. 28-41.

_____; MITTMANN, Solange.; FERREIRA, Maria Cristina Leandro. (orgs.) **Memória e História na/da Análise do Discurso**. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2011.

_____. **A fragmentação do sujeito em análise do discurso**. In: INDURSKY, Freda & CAMPOS, Maria do Carmo. **Discurso, memória, identidade**. Porto Alegre: Editora Sagra Luzzatto, 2000. p. 70 – 81.

LACAN, J. (1957-58/1998). **O Seminário livro 5. As formações do inconsciente**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.

LAGAZZI-RODRIGUES, S. Texto e autoria. In: ORLANDI, E.; LAGAZZI-RODRIGUES, S. (Orgs.). **Introdução às Ciências da linguagem: Discurso e textualidade**. Campinas: Pontes, 2006. p. 81-103.

MALDIDIER, D. 2003. **A inquietação do discurso – (Re)ler Michel Pêcheux Hoje**. Tradução Eni. P. Orlandi - Campinas: Pontes, 2003.

MARIANI, B. Subjetividade e imaginário linguístico. **Revista Eletrônica Linguagem em (Dis)curso, vol.3, número especial, 2003**. Disponível no endereço <http://www3.unisul.br/paginas/ensino/pos/linguagem/0303/04.htm>. Acesso em 22 de maio de 2013.

_____. (org.). **A escrita e os escritos: reflexões em análise do discurso e em psicanálise**. São Carlos: Claraluz, 2005, p. 31-44.

MAZIÈRE, Francine. **A Análise do Discurso: história e práticas**. São Paulo: Parábola, 2007.

MEDEIROS, João Bosco. **Redação Científica: a prática de fechamentos, resumos, resenhas**. 11ª ed. -6. reimpr. – São Paulo: Atlas, 2013.

MUSSALIM, Fernanda; BENTES, Anna Christina (Orgs.). **Introdução à linguística: domínios e fronteiras**, v. 2. 5ª ed. São Paulo: Cortez, 2006.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Discurso e Argumentação: um Observatório do Político**. Florianópolis: Fórum Linguístico, n. 1 (73-81), jul.-dez. 1998.

_____. **Paráfrase e polissemia**: a fluidez nos limites do simbólico. *RUA*, Campinas, 1998, p. 9-19.

ORLANDI, Eni Puccinelli (Org). **A Leitura e os leitores**. 2ª ed. Campinas, SP: Pontes, 2003.

_____. **Interpretação, autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico**. 5ª ed. Campinas: Pontes Editores, 2007.

_____. **Discurso e texto: formulação e circulação dos sentidos**. 3ª. ed. Campinas-SP: Pontes editores, 2008.

_____. **Análise de discurso. Princípios e procedimentos**. 8ª ed. Campinas: Pontes, 2009.

_____. (Org.). **Gestos de leitura: da história no discurso**. 3ª ed. Campinas: Ed. da UNICAMP, 2010a.

_____. & LAGAZZI-RODRIGUES, S. (orgs.) **Introdução às ciências da linguagem: discurso e textualidade**. 2ª ed. Campinas: Pontes, 2010b.

_____. **A linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso**. 6ª ed. Campinas, SP, Pontes, 2011.

_____. **Discurso em análise: sujeito, sentido e ideologia**. Campinas, SP, Pontes editores, 2012a.

_____. **Discurso e leitura**. 9ª ed. São Paulo: Cortez, 2012b.

OSAKABE, H. **Argumentação e discurso político**. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

PACÍFICO, Soraya Maria Romano. **Argumentação e autoria: o silenciamento do dizer**. Tese de Doutorado, FFCLRP-USP, 2002.

_____. **Argumentação e autoria nas redações de universitários: Discurso e silêncio.** 1ª ed. Curitiba: Appris, 2012.

PÊCHEUX, M. (1983). **O discurso: estrutura ou acontecimento.** Trad.: Eni P. Orlandi. 5ª ed. Campinas-SP: Pontes Editores, 2008.

_____. **Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio.** Trad. de Eni Puccinelli Orlandi et al. – 4ª ed. – Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2009.

_____. **Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Pêcheux.** Em GADET, F. & HAK, Tradução Bethânia S. Mariani [et at] Campinas, SP: Editora da Unicamp, 4ª ed, 2010.

PFEIFFER, C.C. **Que autor é este?** Campinas: Unicamp, Dissertação de Mestrado, 1995.

PFEIFFER, C. C. O lugar do conhecimento na escola: alunos e professores em busca de autorização. In: **Escrita, escritura, cidade (III).** Campinas: Escritos, LABEURB, UNICAMP, 2002, n. 7, p. 1-33.

POSSENTI, Sírio. **Questões para analistas do discurso.** São Paulo: Parábola Editorial, 2009.

SAYEG-SIQUEIRA, João Hilton. **Organização do texto dissertativo.** São Paulo, Selinunte, 1995.

SILVA, Edna Lúcia; MENEZES, Estera Muszkat (orgs.). **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação.** 3. ed. Florianópolis: Laboratório de Ensino a Distância da UFSC, 2001.

TFOUNI, L. V. **A dispersão e a deriva na constituição da autoria e suas implicações para uma teoria do letramento.** In: SIGNORINI, I. (Org.). **Investigando a relação oral/escrito e as teorias do letramento.** Campinas: Mercado de Letras. 2001. P. 77-96.

_____. (Org.). **Múltiplas faces da autoria: Análise do Discurso, Psicanálise, Literatura, Modernidade e Enunciação.** Ijuí: ed. Unijuí, 2008.

TEIXEIRA, Marlene. **Análise do discurso e psicanálise: elementos para uma abordagem do sentido no discurso.** 2ª ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2005.

APÊNDICES

APÊNDICE I**CARTA DE ANUÊNCIA I**

Declaro, para os devidos fins, que concordo em participar do Projeto de Pesquisa, intitulado: Uma abordagem discursiva: sujeito e autoria em artigos de opinião de alunos do Ensino Médio Integrado, sob a responsabilidade da Professora/Pesquisadora Prof^a. Dr^a. Maria de Fátima Vilar de Melo do Curso de Mestrado em Ciências da Linguagem, da Universidade Católica de Pernambuco, desenvolvendo as atividades que me competem, pelo período de execução previsto no referido Projeto.

Assinatura

NOME: Maria Simone da Silva Holanda

CPF:

Fone(s) para contato: (81) 9528-2134

E-mail: mssholanda@hotmail.com

APÊNDICE II**CARTA DE ANUÊNCIA II**

Declaro, para os devidos fins, que concordo em participar do Projeto de Pesquisa, intitulado: Uma abordagem discursiva: sujeito e autoria em artigos de opinião de alunos do Ensino Médio Integrado, sob a responsabilidade da Professora/Pesquisadora Prof^a. Dr^a. Maria de Fátima Vilar de Melo do Curso de Mestrado em Ciências da Linguagem, da Universidade Católica de Pernambuco, desenvolvendo as atividades que me competem, pelo período de execução previsto no referido Projeto.

Assinatura

NOME: Maria de Fátima Vilar de Melo

CPF:

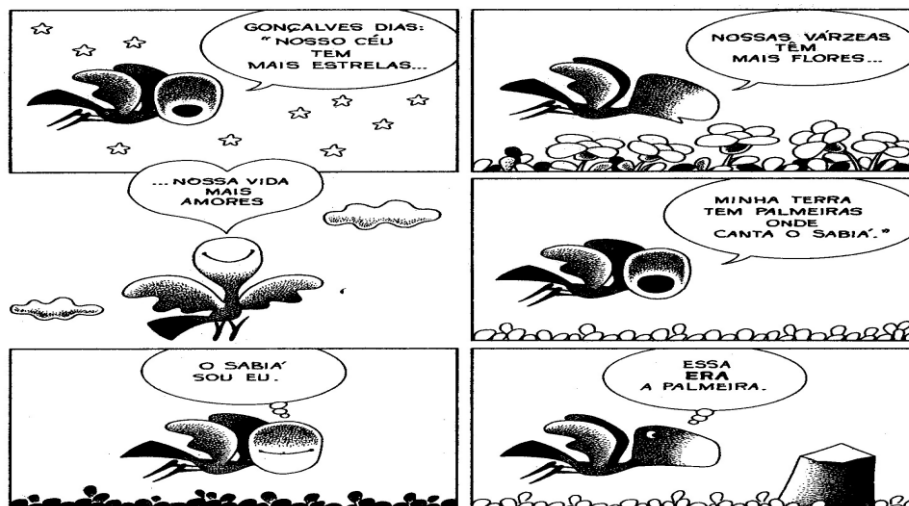
Fone(s) para contato: (81) 9626-2222/8848-7398

E-mail: vilardemelo@yahoo.com.br

ANEXOS

ANEXO A

Leia com atenção as imagens abaixo:



Zélio, Sem Sahida

Na edição 2001 do Enem (Exame Nacional do Ensino Médio), os candidatos tiveram que elaborar um texto com a temática **“Desenvolvimento e preservação ambiental: como conciliar os interesses em conflito?”**. Embora um pouco mais de uma década separe-nos daquele exame, a temática proposta continua a ser debatida, quer seja na sala de aula, quer seja através dos veículos de comunicação, quer seja, ainda, em eventos como **Rio+20**. Isso posto, sua tarefa será redigir um artigo de opinião acerca do tema acima destacado.

ANEXO B

Produções dos alunos

Artigos de opinião

Título: Industrialização X meio ambiente

É de conhecimento geral que o meio ambiente está passando por várias modificações, muitas vezes causadas pelo ser humano, mas não deixam de afetá-lo. Entre as modificações, podemos citar a poluição dos rios, o desmatamento das florestas e a escassez dos recursos naturais.

Não é difícil de se encontrar, enormes quantidades de lixo, em muitos casos, industrial jogado nos rios. Algumas empresas pensam apenas no lucro que conseguirão e não se preocupam com o mal que fazem as espécies marinhas, as pessoas que utilizam a água dos rios etc.

Por outro lado, imagens recentes de satélites mostram que áreas habitadas por florestas estão ficando cada vez menores, devido ao desmatamento das mesmas, constantemente, para adquirir madeira, para o desenvolvimento urbano das cidades, entre outras utilidades.

Além disso, muitos minerais são extraídos incessantemente da natureza sem o controle necessário, fazendo com que a quantidade disponível para uso seja reduzida e ainda mais lixo seja produzido.

Com base nos argumentos apresentados, tornou-se possível observar as transformações que a natureza vem sofrendo. Por isso, é preciso que as indústrias, principalmente, percebam a importância de pensar no meio ambiente, não apenas no dinheiro.

Título: Desenvolvimento X Preservação

Sabemos que o desejo de todas as empresas são crescer mais e mais. Só que esse crescimento nem sempre é favorável ao meio ambiente.

Quando pensamos em "desenvolvimento" as primeiras coisas que vêm em nossas cabeças são edifícios e novas tecnologias. Por que?

Porque o desenvolvimento, desde a antiguidade, "meio que" nunca esteve associado ao meio ambiente. As únicas coisas que os ligaram e liga, até hoje, é a ciência de quem defende o meio ambiente como de quem não compreende este pensamento.

A "beleza" do desenvolvimento, por ser prático, útil e fácil, fez com que muitas pessoas não pensem nas consequências que o mesmo causa. Como:

* O desmatamento: várias árvores, plantas, etc., entram em extinção constantemente, por causa de novas construções. E com isso as florestas diminuem cada vez mais;

* Poluição na água: muitas vezes por não ter onde jogar seu lixo, empresas acabam os jogando no esgoto, o que acaba causando intupções, e também jogam em mares e rios.

Esses são apenas dois exemplos de muitos que existem.

O desenvolvimento é bom. Mas é necessário lembrar que é possível crescer preservando o meio ambiente. Só basta cada um, primeiramente, ter consciência de que está fazendo que não ver que é possível sim conciliar o desenvolvimento com a preservação!

Título: Desenvolvimento x Preservação

Os meios ambiente, desenvolvimento e preservação, são assuntos que parecem não entrar em harmonia.

Esta questão já vem sendo debatida à muito tempo, porém, poucas vezes quem concilia preservação e desenvolvimento.

Basta ter consciência, tem que haver um pouco de bom senso por parte das pessoas e das indústrias, muitas não optam pela preservação pois elas tem que aumentar o investimento em combustíveis não poluentes e isso às vezes gera tempo e gastos, então, pelo próprio espírito de individualismo e concorrência, as pessoas acabam escolhendo a maneira mais lucrativa.

Acredito que em pouco tempo as pessoas ~~se irão~~ lembrar e compreenderem que individualmente nada vai mudar.

Título: Preservação e Progresso

Normalmente vistos como opostos, cada qual com defensores radicais e fervorosos de suas causas, se faz mais do que necessário nos dias atuais a criação de uma aliança entre a preservação da natureza e o progresso do homem. O desenvolvimento humano acelerou imensamente desde as revoluções industriais, porém isso não aconteceu sem que um preço fosse cobrado. Metrópoles importantes construídas às custas de incontáveis árvores e milhares de casas de pobre jogadas nas ruas de alguns domos da sociedade. A natureza somente por manter a capacidade de estar presente em grandiosas reuniões internacionais organizadas para decidir o futuro da própria, merecemos ficar a mercê das decisões humanas? Precisamos estar atentos, que geralmente levam em conta somente seus próprios interesses.

Está no momento dos líderes das nações tomarem decisões realmente efetivas sobre o assunto, lidar com o desaparecimento da biodiversidade ^{mão} como um problema futuro, mas como um atual, que bate insistentemente na nossa porta e não irá embora caso não façamos nada, caso apenas ignorarmos.

Leis ambientais mais rígidas, aumento das áreas de preservação, conscientização ecológica nas escolas, planta criação de um maior número de áreas verdes nas cidades. Tudo isso é essencial para que paremos uma destruição que nós mesmos começamos.

Título: Pensamentos ambientais: Evolução ou retardos de progresso?

A questão ambiental é sempre debatida, pois sempre está relacionada ao progresso. Como em pleno século XXI, pensamos em desenvolvimento sem falar a preservação ambiental? Já que os dois estão ligados.

Por exemplo, a recuperação da preservação ambiental e do desenvolvimento da economia ao longo dos anos, mostramos que houve mais impactos e até efeitos, afeta e afeta a vida da economia, contudo a economia está em constante evolução, então é natural um constante desenvolvimento. Porém, temos a luta para a preservação ambiental, que se não há desenvolvimento há um problema a longo prazo, e talvez essa seja um dos grandes problemas desse conflito.

Em um mundo capitalista onde o dinheiro domina isso é um problema, pois eles pensam a curto prazo. Uma das formas de mudar isso seria a criação de mais empresas ambientais, aumentar a "onda verde", criar projetos para desenvolvimento sem esquecer de olhar para o meio ambiente e eles sim se tornarem mais livres para competir com os não sustentáveis, uma política de ambientalismo para população.

Portanto há uma forma de ter o desenvolvimento sem prejudicar o meio ambiente, assim os dois estão juntos e não em conflito. Basta apenas a população querer, e criação de políticas públicas e privadas e a conscientização da sociedade e fazer da sustentabilidade o foco do desenvolvimento.

Título:

Devastação

O desenvolvimento cresce a cada dia mais, crescendo consigo a população e a poluição; tanto quanto as moradias e a ocupação de áreas não legalizadas.

Com mais desenvolvimento significa mais população, que conseqüentemente traz mais moradias, e para isso é necessário mais espaço. Para se ter mais espaço para construções é necessário devastar, onde a vítima vai ser a natureza; as plantas, e também pode ser até a vítima. Como vemos em jornais e em TV, muitas barragens laindo e consigo cai aquela casa que foi construída ali sem legalização.

Com a devastação das plantas para a construções de moradias fica mais exposto ao ar liberações de muito CO_2 prejudicando a todos e agravando ainda problemas já existentes como por exemplo o "efeito estufa".

Deve-se construir, mais sempre respeitando a natureza, pois ela nos mantém respirando, ela limpa as impurezas deixada por nós.

Título: Desenvolvimento letal

Desde a antiguidade uma das principais metas do ser humano tem sido o desenvolvimento, só no século XXI, os custos desse desenvolvimento descontrolado, foi ser alvo de reflexão.

Muito se tem feito para recuperar os danos causados pela ambição da civilização moderna, a conscientização da população sobre os efeitos dos seus atos no meio ambiente é uma tentativa de amenizar a falta de informação sobre o assunto da poluição ambiental.

Mas não só a população tem sido conscientizada sobre o meio ambiente, os governos tem buscado investir em vários projetos sustentáveis, como, projetos ecológicos e fontes de energia renováveis, o desenvolvimento desenfreado tem sido letal para o meio ambiente, e nemem tem tentado conciliar esses conflitos para evitar uma "averde" de desenvolvimento que pode agravar ainda mais a situação ambiental.

Título: Se uma gota cair, encha o copo novamente

O mundo precisa de um equilíbrio entre o desenvolvimento e a preservação ambiental. Todos sabemos disso e sabemos o quanto é difícil, mas para acontecer a principal mudança deve a mental, enquanto nós seres humanos não tivermos consciência, ou enquanto não quisermos ter, o mundo não vai para frente, também pelo fato das pessoas se importarem simplesmente com a sua vida e não pensar nas vidas futuras, no futuro do mundo.

Hoje em dia pessoas que dedicam suas vidas a tentar salvar o mundo não são nem ao menos levadas a sério e por diversas vezes essas pessoas são condenadas pela sociedade por "atrasar o progresso", não sabem elas, ou as vezes até ~~ignoram~~ ignoram o fato desse progresso ser uma forma lenta de um futuro suicídio coletivo, porque destruindo o mundo real está se destruindo também. Várias pesquisas mostram o significativo aumento no desmatamento de áreas áreas para cá, estamos realmente tentando salvar o mundo? Fique em alerta com sua resposta não.

O pensamento de salvar o mundo de alguns é por várias vezes enganoso, temos que equilibrar a balança e o cada ovelha que cair, plantar duas, e assim tentar fazer do mundo futuro um lugar melhor.

Título: Nossos bosques "tem" mais vida

O Brasil já teve lindas florestas e bosques. Já teve uma variedade de animais maior. Mas com o desenvolvimento, quase tudo que era verde, virou cinza.

A falta de verde em nosso país está cada vez mais evidente, o solo verde é trocado por concreto e os rios são trocados por grandes pilstras de metal para a construção de edifícios. A necessidade cega do homem em expandir o seu espaço acaba "batendo de frente" com a natureza, que em consequência desse encontro, é destruída.

Ciando a pessoas que lutam para isso mudar, para o homem para de destruir a natureza, mas é uma pequena parte. Indústrias não vizam as consequências naturais ou desequilíbrios ecológicos, elas vizam apenas o lucro que vão ter, mesmo que isso signifique destruir a natureza. Além de destruir a natureza, o homem está "tapando" toda a beleza natural, que é o fato de prédios enormes na frente de praias e outros maravilhas da natureza.

Atualmente há modos para muda esse conflito entre a natureza e o desenvolvimento, como por exemplo prédios que vão permitir parques, campos e até plantas. O homem tem como mudar isso e só ele quer.

Título: Soluções para o excesso de lixo.

Milhões de pessoas morrem por dia, e consequentemente, os mesmos necessitam de moradia e conforto. Para que isso aconteça, é necessário áreas para ocupação. Áreas estas que, na maioria das vezes, vêm com a necessidade de desmatamento. A questão é: o que fazer quando estamos numa situação em que temos que escolher entre o que precisamos não e prejudicar aquilo que é, ao mesmo tempo, mais benéfico?

Existem inúmeras possíveis reduções para isso, basta deixarmos o nosso egoísmo de lado e pensarmos um pouco mais no que podemos fazer hoje sem prejudicar o nosso amanhã; um exemplo muito comum são as empresas que desmatam e sabem que, no mínimo, poderiam replantar, mas mesmo assim elas nem sequer se preocupam com o assunto (afinal, quanto mais áreas trabalhadas para elas, melhor).

Precisamos reforçar a questão da educação ambiental nas empresas, precisamos mediar mais, reciclar mais e consumir menos. Enfim, de entre as inúmeras possibilidades da redução dos impactos ambientais, as empresas podem fazer o seguinte: a cada vez que estiverem que fosse utilizado uma área rural, deixar um ou dois espaços para que fosse plantada árvores, etc. criando ali uma área verde, ecológica.